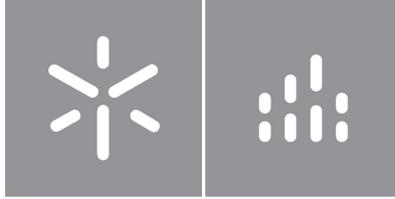


Universidade do Minho
Escola de Arquitetura

Ana Isabel Valente Braz Sepúlveda Ramôa

**Revisitando a Arquitetura Senhorial em
Guimarães: análise histórico-formal da
Casa de São Miguel**



Universidade do Minho

Escola de Arquitetura

Ana Isabel Valente Braz Sepúlveda Ramôa

**Revisitando a Arquitetura Senhorial em
Guimarães: análise histórico-formal da
Casa de São Miguel**

Dissertação de Mestrado
Ciclo de Estudos Integrados Conducentes ao
Grau de Mestre em Arquitetura
Área de Cultura Arquitetónica

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor Jorge Manuel Simão Alves Correia

Declaração

Nome: Ana Isabel Valente Braz Sepúlveda Ramôa

Endereço eletrónico: ana.ramoa@hotmail.com

Telefone: 963582831

Número de Identificação Civil: 13901650

Título da dissertação: Revisitando a Arquitetura Senhorial em Guimarães: análise histórico-formal da Casa de São Miguel

Orientador: Professor Doutor Jorge Manuel Simão Alves Correia

Ano de conclusão: 2020

Designação do Mestrado: Mestrado em Arquitetura

Área de Especialização: Cultura Arquitetónica

Direitos de autor e Condições de utilização do trabalho por terceiros:

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho:



Atribuição-NãoComercial-Compartilhalgual CC BY-NC-SA

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

Universidade do Minho, 31 de janeiro de 2020

Assinatura

Agradecimentos

Ao professor doutor Jorge Correia, orientador desta dissertação, pela disponibilidade, pelo apoio e por todos os conhecimentos transmitidos.

À Dra. Maria José Borges de Araújo, proprietária da Quinta de São Miguel, e ao seu irmão, Arq. Nuno Borges de Araújo, por toda a ajuda e disponibilidade, confiança e simpatia demonstradas aquando da realização dos levantamentos e pelo esclarecimento de todas as dúvidas durante a investigação.

À Arq. Teresa Costa por toda a disponibilidade, simpatia e ajuda.

Ao Dr. Rui Faria pela ajuda na fase inicial do trabalho.

À Manuela, pela amizade, motivação, força e alegria que sempre me transmite e que me inspiraram durante este percurso.

À Márcia, pela amizade e pela sua garra e determinação que me inspiraram, e por sempre me lembrar que tudo é possível.

À Maria, pela amizade e por todos os bons momentos que compartilhámos durante este percurso e por me ouvir e ajudar sempre.

À Ghadeer, por toda a alegria e boa-disposição, gargalhadas e por todos os bons momentos que passámos juntas, mesmo quando estávamos cheias de trabalho.

Aos meus pais, irmãos e avós por toda a paciência, incentivo e apoio incondicional.

À restante família por todo o carinho.

Por último, mas não menos importante, ao meu namorado José Pedro, agradeço toda a sua ajuda, compreensão e apoio. Mas acima de tudo, por ter estado sempre presente durante este percurso e ter testemunhado os melhores e piores momentos, por acreditar em mim e por me ter dado a força para nunca desistir.

Declaração

Declaração de Integridade:

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducentes à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Universidade do Minho, 31 de janeiro de 2020

Assinatura

Resumo

O presente trabalho consiste numa análise histórica e morfológica ao conjunto edificado da Quinta de São Miguel localizado na freguesia de São Clemente de Sande em Guimarães. Esta residência senhorial fez parte do inventário de um morgadio instituído em 1430 por um cavaleiro e sua mulher. Atualmente, encontra-se parcialmente abandonada e num estado de degradação que ameaça comprometer o seu valor arquitetónico. Tendo a sua fundação acontecido possivelmente ainda na Idade Média, ela foi assumindo diferentes configurações ao longo dos séculos.

Com o objetivo de fazer uma interpretação evolucionar deste conjunto arquitetónico, ou seja, enquadrar cada uma das suas fases construtivas num período histórico-artístico e reconstituir os seus respetivos estratos arquitetónicos, foi realizada uma exaustiva pesquisa bibliográfica. A escassez de informação disponível relativa ao objeto, nomeadamente ao seu desenho, tornou necessária a realização dos levantamentos arquitetónico e fotográfico, que permitiram fixar o seu estado atual. O cruzamento de todos os dados recolhidos com os levantamentos, juntamente com a comparação com outros casos de contextos semelhantes e a análise de estudos sobre esta temática, permitiram a criação de uma linha cronológica que sintetiza as possíveis fases construtivas do objeto, e a sua integração na historiografia da arquitetura portuguesa.

Numa parte final é feita uma reflexão sobre o conceito de património e a evolução dos procedimentos de intervenção sobre ele bem como a importância do reconhecimento e valorização da Casa de São Miguel. Com vista a ser também uma ferramenta de auxílio a futuras intervenções, é aqui apresentada uma síntese da investigação realizada expondo a relevância e significado dos elementos, constituintes deste conjunto, que lhe conferem valor patrimonial. Cada elemento tem uma história, comprovando a existência deste objeto em diferentes épocas, o que o torna único e com valor histórico e arquitetónico, sendo por isso importante motivar a sua preservação.

Palavras-chave: Casa de São Miguel, casa senhorial, património, ruína

Abstract

This work consists of a historical and morphological analysis of the built complex of Quinta de São Miguel located in the parish of São Clemente de Sande in Guimarães. This manor house was part of the inventory of an estate instituted in 1430 by a knight and his wife. Currently, it is partially abandoned and in a state of degradation that threatens to compromise its architectural value. Since its foundation possibly in the Middle Ages, it has taken on different configurations over the centuries.

With the purpose of making an evolutionary interpretation of this architectural ensemble, that is, to frame each of its construction phases in a historical-artistic period and reconstruct its respective architectural strata, an exhaustive bibliographic search was carried out. The scarcity of available information related to the object, namely its design, made it necessary to carry out architectural and photographic surveys to fix its current state. The crossing of all the data collected with the surveys, together with the comparison with other cases of similar contexts and the analysis of studies on the subject, allowed the creation of a timeline that summarizes the possible construction phases of the object, and their integration in the historiography of Portuguese architecture.

In the final segment, a reflection is made on the concept of heritage and the evolution of intervention procedures on the architectural heritage, as well as the importance of the recognition and appreciation of Casa de São Miguel. In order to also be a tool to aid future interventions, a summary of the research carried out is presented, exposing the relevance and meaning of each of the constituent elements of this set, which grant it patrimonial value. Each element has a history, demonstrating the existence of the object at different periods and making it unique and with inherent historical and architectural value, therefore it being important to motivate its preservation.

Keywords: Casa de São Miguel, heritage, manor house, ruin

Índice

NOTAS PRÉVIAS Introdução	11
O Objeto de Estudo	13
Âmbito e objetivos	15
Metodologia e Estrutura	19
CAPÍTULO I Da História ao Objeto	23
Fontes e referências escritas, visuais e orais	25
O Morgadio de São Miguel ou do Parto Suposto	31
Após o Morgadio	35
Cronologia Síntese	38
Levantamentos métrico e fotográfico	39
Síntese do Estado Atual do Edificado	59
CAPÍTULO II Do Objeto à Interpretação	71
Método Interpretativo	72
FASE 1 – A origem do Conjunto Edificado (até ao séc. XVI)	73
FASE 2 – A cabeça do Morgadio de São Miguel (séc. XVII – XIX)	103
FASE 3 – O período pós-Morgadio (séc. XX – XXI)	137
Síntese Cronológica	151
CAPÍTULO III O Valor Patrimonial do Edificado	155
NOTAS FINAIS Conclusão	169
Bibliografia	173
Índice de Figuras	179
Índice de Anexos	183

NOTAS PRÉVIAS | **Introdução**

O Objeto de Estudo

Âmbito e Objetivos

Metodologia e Estrutura



Fig. 1. Ortofotomapa com a localização e limites atuais da Quinta de São Miguel (Imagem retirada do Google Earth)

O Objeto de Estudo

A Quinta de São Miguel situa-se na freguesia de São Clemente de Sande, no concelho de Guimarães, distrito de Braga. Já no limite da freguesia e do concelho de Guimarães, ela estende-se quase até à Autoestrada A11 bem como ao concelho de Braga. Tem cerca de quarenta hectares, dos quais aproximadamente dez possuem vinha (Fig. 1). Nesta Quinta existe um conjunto arquitetónico composto por um corpo principal de dois pisos e vários anexos e acrescentos ao seu redor, casas para caseiros, uma capela e um portal de entrada que outrora marcava o acesso principal ao mesmo. Esse portal tem no topo uma pedra de armas sinalizando o carácter nobre da habitação (Fig. 2).

Esta propriedade pertenceu ao inventário de um morgadio instituído em 1430 – o Morgadio de São Miguel.¹ A Quinta de São Miguel foi cabeça deste ‘vínculo’ e vários dos seus morgados viveram nesta residência senhorial e usufruíram dos rendimentos proporcionados por todos os bens pertencentes ao morgadio.

Parte deste conjunto encontra-se em ruína e muito incompleto, evidenciando um longo período de abandono. Algumas zonas encontram-se inacessíveis devido à vegetação que cresce rapidamente e esconde fragmentos dos seus vários constituintes, como são exemplo uma parte superior do portal de entrada e o interior das cortes para os animais. Também como consequência deste abandono, os objetos do interior da capela e da casa, bem como pedras e elementos integrantes do exterior, foram desaparecendo. Devido ao facto de ser um local isolado e não totalmente vedado, a quinta é um alvo fácil para atos de vandalismo. Apesar da maior parte do recheio ter sido vendido, alguns elementos foram roubadas devido à facilidade em entrar na propriedade.

Atualmente, a casa encontra-se desabitada e a proprietária está a dedicar-se à parte agrícola, fazendo visitas regulares à quinta para acompanhar o trabalho que está a ser realizado, principalmente na vinha. O conjunto arquitetónico permanece igual, sem nenhuma intervenção desde que foi abandonado na década de 1980, à exceção dos telhados da capela e do volume principal da casa que foram recentemente renovados.

¹ Os morgadios eram conjuntos de terras, rendas e outros bens criados pelo seu respetivo instituidor (o morgado). Estes bens vinculados só podiam ser vendidos ou trocados com autorização régia, mas era permitido acrescentar bens. As regras de sucessão na administração do morgadio eram definidas pelo respetivo instituidor. Em geral, sucedia o filho primogénito e, à falta de filhos, o parente mais próximo. (Retirado de: Léxico Comum in “Dicionário Enciclopédico” (1980), p. 580)



Fig. 2. Pedra de Armas no Portal de Entrada na Quinta de São Miguel (Fotografia cedida por Nuno Borges de Araújo)

Âmbito e Objetivos

A arquitetura civil em Portugal nem sempre foi alvo de um estudo e análise aprofundados. No seu livro *Solares Portugueses: Introdução ao Estudo da Casa Nobre* de 1969, Carlos de Azevedo refere que “os historiadores de arte e outros investigadores têm dedicado até agora o melhor do seu esforço à arquitectura religiosa, dotando-nos com obras que já hoje permitem o estudo pormenorizado de grande parte dos edifícios e, ao mesmo tempo, enquadrá-los na história da arte europeia.”² Menciona também que este campo da arquitetura portuguesa raramente foi abordado e que “o estudo da arquitectura doméstica que poderemos chamar erudita [...] tem continuado por fazer”.³ Talvez para tentar contrariar este quadro, vários autores debruçaram-se sobre o tema nas últimas décadas, como José Custódio Vieira da Silva⁴, Anne de Stoop⁵, Helder Carita⁶, entre outros. Apesar do seu valioso contributo para o estudo da arquitetura civil em Portugal, as suas obras fazem uma compilação de vários objetos arquitetónicos, dos quais são referidos alguns aspetos fundamentais, não sendo feita uma análise exaustiva de cada um. Ao mesmo tempo, são estudadas obras que são mais representativas de uma determinada época ou estilo bem como se dá preferência a objetos de maior escala e facilmente acessíveis. Carlos de Azevedo tentou contrariar isso ao estudar casas nobres, maioritariamente rurais, de diferentes épocas e de várias regiões do país, referindo que “a casa nobre mais característica não é forçosamente o grande palácio, mas sim a casa despreziosa da província, a casa simples e castiça, que até no seu caráter mais rude melhor revela as possibilidades e limitações dos nossos construtores e que melhor define um estilo de vida português.”⁷ De facto, as casas urbanas são mais conhecidas devido talvez ao seu fácil acesso e, por vezes, maior escala, pondo um pouco de parte todo um conjunto de edifícios históricos interessantes, podendo estes facilmente desaparecer completamente com o tempo devido ao abandono e consequente degradação. É neste contexto, e na vontade de contribuir para um maior interesse sobre esta temática, que foi escolhido o caso da Quinta de São Miguel.

Situada no meio rural, longe das grandes cidades, este conjunto arquitetónico passa despercebido não só por estar inserido numa propriedade privada de grandes dimensões mas também por se encontrar em ruína e bastante degradado. Através do seu estudo, será possível ‘fixar’ no tempo este objeto, ao registar o estado em que se encontra, eliminando o risco de desaparecer completamente ou ser alterado de tal modo que já nem seja possível ilustrá-lo com todas as características que hoje possui e que refletem

2 AZEVEDO (1969), p.9

3 Ibidem

4 SILVA (2002)

5 STOOP (2015)

6 CARITA (2015)

7 AZEVEDO (1969), p. 9



Fig. 3. Vista da Casa de São Miguel através do atual caminho de acesso principal

a sua história. Ao mesmo tempo, o estudo destes objetos mais ‘ocultos’ e desconhecidos contribui para que as bases para a realização de estudos síntese mais abrangentes da arquitetura senhorial nacional sejam cada vez mais consistentes e fiáveis à medida que mais casos como este vão sendo investigados.

Este trabalho tem como propósito perceber de que forma evoluiu morfologicamente esta residência senhorial e criar um documento escrito e visual agregador. As várias configurações que o objeto foi assumindo, dão pistas sobre como era a vida neste lugar e como as vontades e necessidades da família nobre foram mudando, através das adaptações que os seus senhores foram realizando na casa, onde ficou “resumido todo um estilo de vida”.⁸

O modelo da casa senhorial é, portanto, o elemento central de estudo deste trabalho. Ela representava o poder de uma família e a sua hierarquia na sociedade e, devido à sua forte ligação aos símbolos de prestígio de cada época, ela é “um testemunho das transformações que a sociedade e o gosto vão assumindo ao longo dos séculos.”⁹ Apesar da sua importância, muitas nunca foram estudadas, nem têm documentação original que descreva a sua construção ou obras que sofreu, bem como o seu desenho inicial e propósito. Devido à carência de documentação escrita e visual sobre este objeto de estudo específico, o mais importante registo que existe é o próprio objeto, e toda a investigação vai partir da sua análise.

Com a criação deste documento único sobre a Casa de São Miguel, pretende-se fazer uma compilação de tudo o que foi dito sobre a mesma e de todos os documentos que a mencionam de alguma forma, assim como criar um novo registo original que serão os levantamentos métrico e fotográfico. Através da sua análise e interpretação, juntamente com a de toda a informação recolhida, o objetivo é identificar quais terão sido as fases construtivas por que passou o objeto, contextualizando-as, para as integrar na história da arquitetura portuguesa e, assim, reconhecer o seu valor patrimonial. Reconhecendo o seu valor e a sua história, o trabalho pretende, ao mesmo tempo, demonstrar o estado avançado de degradação em que este conjunto arquitetónico se encontra e, desse modo, motivar a sua preservação através de uma intervenção de salvaguarda e valorização.

“A casa nobre é, de facto, uma entidade pouco conhecida na nossa arquitectura e, ameaçada como está – tal como a casa urbana – pelo amartelo da destruição, importa dá-la a conhecer.”¹⁰

8 AZEVEDO (1969), p. 9

9 CARITA (2015), p. 16

10 AZEVEDO (1969), p. 11

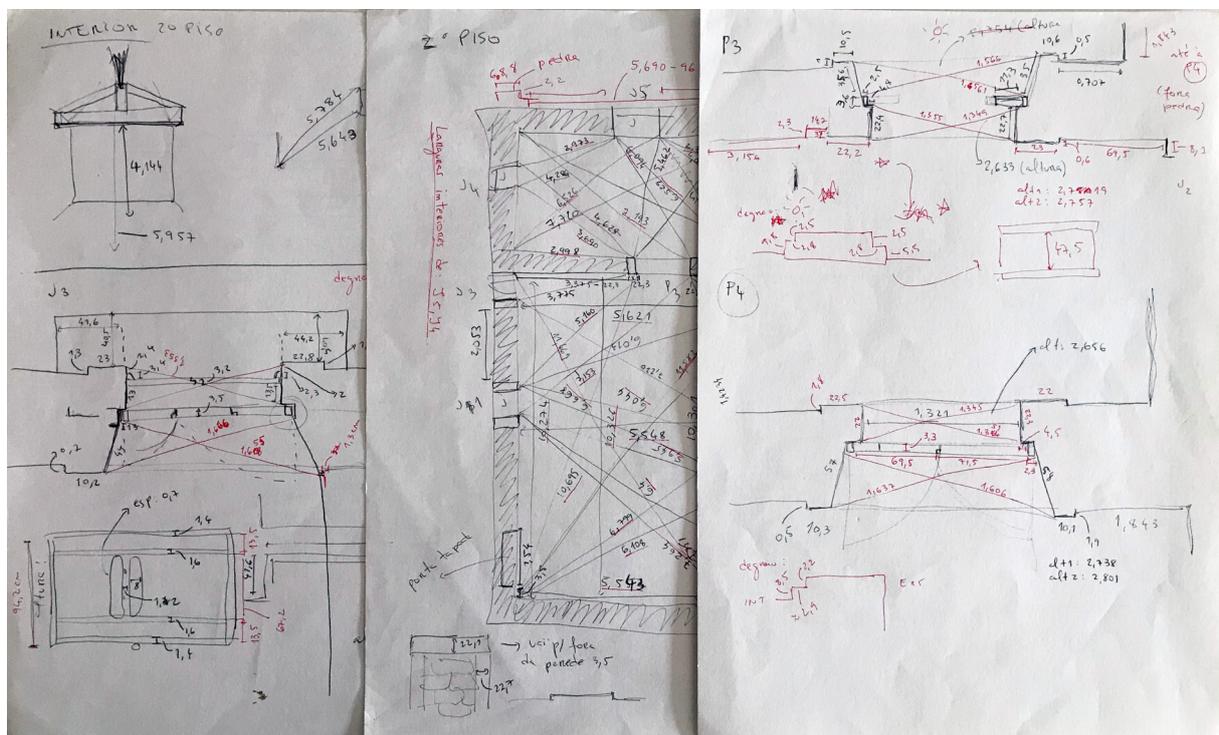


Fig. 4. Anotações do processo do levantamento métrico

Metodologia e Estrutura

O presente trabalho tem por base duas abordagens distintas, mas complementares: uma analítica e uma interpretativa. A primeira incide sobre a compilação e exposição de toda a informação e documentação recolhidas sobre o objeto, terminando com os levantamentos métrico e fotográfico que ilustram o seu estado atual. O trabalho interpretativo procura criar narrativas relativas à transformação do edifício ao longo da sua existência e, assim, enquadrá-lo no contexto de cada época, apoiando-se sempre na componente analítica. Estas duas partes correspondem aos dois primeiros capítulos que compoem esta dissertação respetivamente. No terceiro capítulo, os resultados da investigação e análise serão sintetizados com o objetivo de demonstrar o valor patrimonial do conjunto.

No primeiro capítulo, intitulado **‘Da História ao Objeto’**, numa primeira fase, são analisados os documentos que fazem algum tipo de referência à Quinta de São Miguel. Estes documentos estão organizados cronologicamente em três períodos históricos a que remetem o caso de estudo: a Idade Média (séc. XII-XV), o período de pertença da quinta ao Morgadio de São Miguel (séc. XV-XIX) e o período posterior à existência do Morgadio (séc. XIX-XXI). Com esses dados, é feito um breve resumo de cada um desses períodos e das respetivas referências. Faz-se, de seguida, um relato mais detalhado dos dois últimos períodos, por serem os que mais registos possuem e que permitem esta abordagem mais profunda. Por fim, é apresentado o novo registo realizado para esta investigação: o levantamento métrico e fotográfico. Dado que não foram encontrados desenhos de nenhuma fase deste conjunto, foi executado um levantamento rigoroso dos seus constituintes e ao mesmo tempo um levantamento fotográfico. Para concluir este capítulo é feita uma síntese do estado atual deste conjunto. Com ela pretende-se fornecer um panorama geral, com a ajuda dos documentos produzidos através dos levantamentos, de como se encontra este objeto na atualidade descrevendo-o formalmente, construtivamente e funcionalmente.

No segundo capítulo, intitulado **‘Do Objeto à Interpretação’**, é feita uma análise e interpretação exaustivas de todos os registos recolhidos e referidos no primeiro capítulo. A vida do objeto é então dividida por fases construtivas e cada uma delas é separadamente caracterizada, justificada e contextualizada na história da arquitetura portuguesa. É realizada também a reconstituição bidimensional e tridimensional dos sucessivos estratos de modo a ilustrar o melhor possível cada um deles. Conclui este capítulo uma síntese cronológica onde é exposta de forma clara a evolução morfológica deste conjunto arquitetónico ao longo do tempo. Esta síntese cronológica é o resultado de um cruzamento constante entre várias referências e documentos, juntamente com a análise e interpretação do edificado e suas especificidades. Este referido processo de investigação juntamente com as deduções, especulações e comparações com

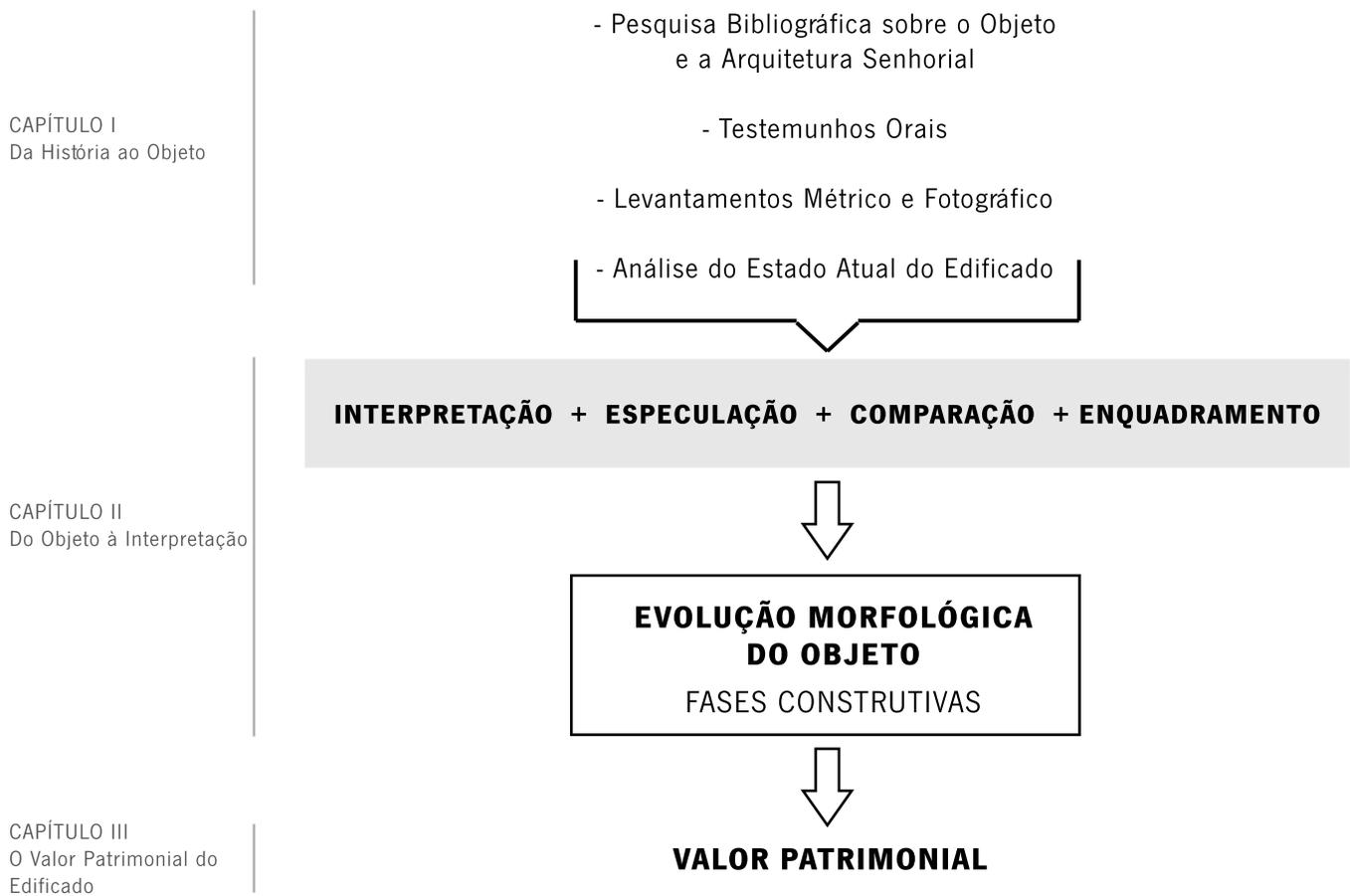


Fig. 5. Esquema do método de trabalho e estrutura

casos de contextos semelhantes, e ainda os testemunhos orais, permitiram as reconstituições das várias fases do conjunto e o seu enquadramento histórico.

No terceiro e último capítulo, intitulado **‘O Valor Patrimonial do Edificado’** é feita uma reflexão sobre o conceito de património e a evolução das práticas de atuação sobre ele até aos dias de hoje. De modo a compreender o valor patrimonial do conjunto edificado, é aqui exposto o ‘sumo’ da investigação realizada para assim se consolidar toda a informação e torná-la em material com utilidade prática. Devido ao estado de degradação em que o objeto se encontra, é provável que seja alvo de uma grande intervenção num futuro próximo. Com o objetivo de se auxiliar as decisões a tomar num ato projetual, é aqui identificado o significado morfológico e simbólico dos elementos que compoem este conjunto e a importância da sua salvaguarda para que aquilo que torna este conjunto edificado único, do ponto de vista histórico, arquitetónico e cultural, não se perca.

CAPÍTULO I | **Da História ao Objeto**

Fontes e referências escritas, visuais e orais

O Morgadio de São Miguel ou do 'Parto Suposto'

Após o Morgadio

Cronologia Síntese

Levantamentos métrico e fotográfico

Síntese do Estado Atual do Edificado



Fig. 6. Portal de entrada na Quinta de São Miguel nos anos 1960 (Fotografia cedida por Nuno Borges de Araújo)

Fontes e referências escritas, visuais e orais

A documentação existente sobre a Quinta de São Miguel é muito pouca e dispersa temporalmente. As fontes encontram-se maioritariamente sob a forma de registos escritos, mas só mencionam a Quinta pontualmente, dando poucos detalhes sobre a sua arquitetura. Todos os registos foram encontrados no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta e na Biblioteca Raul Brandão em Guimarães. Esta escassez de registos sobre a casa pode ser justificada, em parte, pelo facto de se tratar de uma residência nobre onde as maiores alterações foram realizadas até ao final do século XVIII. Devido à grande distância temporal que existe entre esse período e os dias de hoje, a conservação dos documentos que poderiam existir é mais difícil, e quanto maior for essa distância mais improvável será a sua sobrevivência.

As referências encontradas remetem para três intervalos de tempo: o período medieval (séc. XII ou anterior – séc. XV), o período de pertença da quinta ao Morgadio de São Miguel (séc. XV - XIX) e o período posterior à existência do Morgadio (séc. XIX - XXI).

Relativamente à Idade Média, o livro *Vimaranis Monumenta Historica* datado de 1908, faz uma compilação de documentos anteriores a 1258, que foram importantes para o passado histórico de Guimarães.¹¹ Nele, João Gomes de Oliveira Guimarães, também conhecido como Abade de Tagilde, reuniu os documentos de arquivos públicos e privados “onde sabia e presumia existirem monumentos, que desde a idade media se referiam ao territorio vimaranense”.¹² Isto foi de igual modo realizado para outros concelhos do país por outros autores, expondo a história das primeiras épocas do respetivo município e dos seus monumentos. Na primeira parte deste documento, intitulada “*Monumenta ab initio regiminis Alphonsi Henrici initium exarata complectens*” (Monumentos Exarados durante o regime de D. Afonso Henriques), é feita uma referência à capela de “sancti michaelis arcangeli” sob o Monte Outinho.¹³ Nas suas notas, o Abade de Tagilde refere que a Capela de São Miguel, “junto à Quinta com o mesmo nome”, foi edificada nos fins do século XVII e princípios do XVIII em memória de outra que existiu naquele local em tempos remotos “como a tradição narra e este documento confirma”.¹⁴ Isto demonstra que a capela, bem como partes do conjunto arquitetónico, podem ter tido origem na época medieval.

Com base também em dois documentos medievais do séc. XI, na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, a zona onde se insere esta quinta é referida aquando da descrição da freguesia de São Clemente de Sande.¹⁵ O povoamento mais antigo desta freguesia, e que remete para a pré-história, foi num

11 GUIMARÃES (1908)

12 Ibidem, p. X (introdução)

13 Ibidem, p. 52

14 Ibidem

15 Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol. XXVII, p. 29

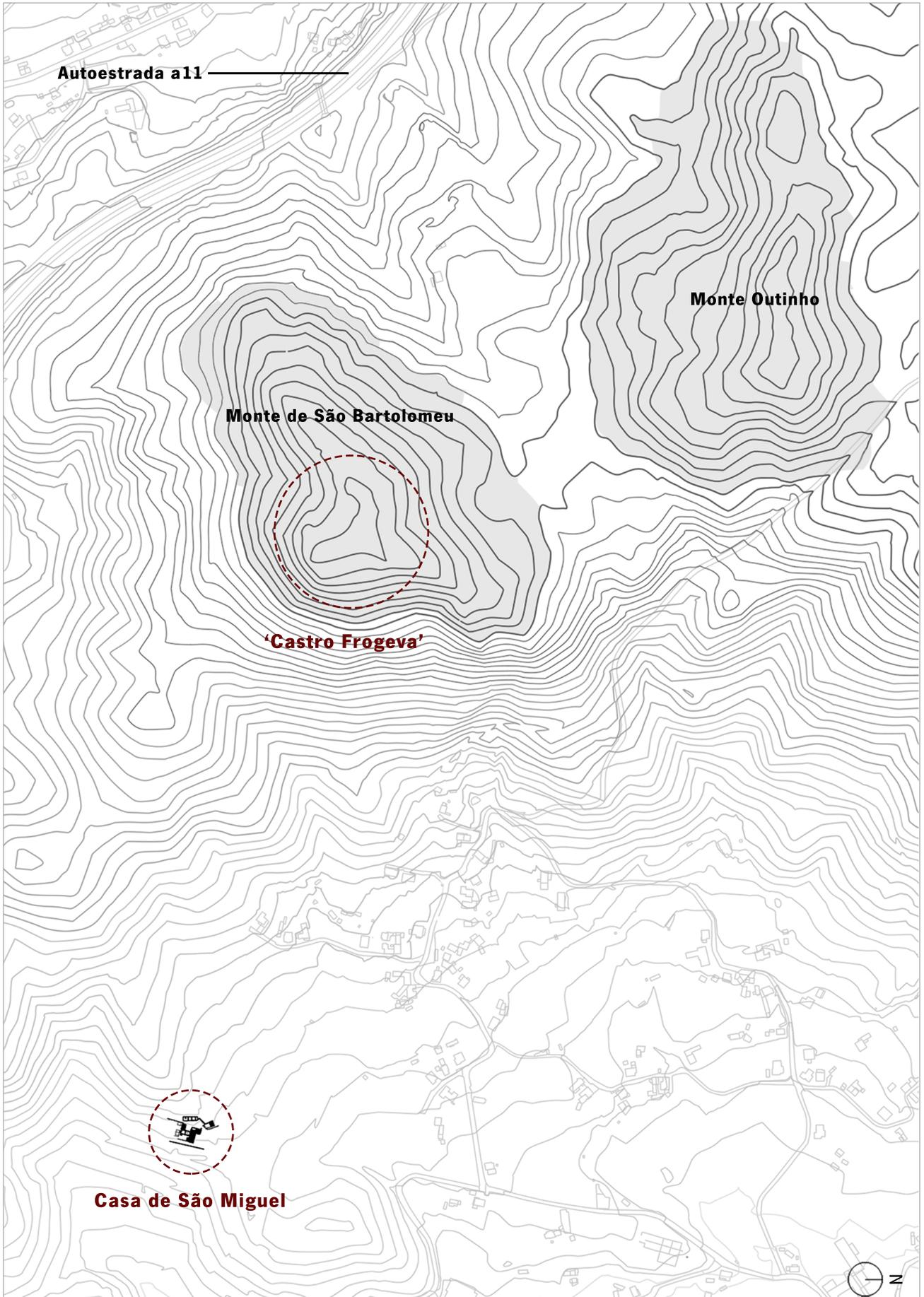


Fig. 7. Planta com a localização da Casa de São Miguel em relação aos Montes de São Bartolomeu e Outinho
(Planta realizada com cartografia cedida pela Câmara Municipal de Guimarães)

Escala 1:8000

vale cercado a norte pelo monte de São Bartolomeu. Nesse monte existem, já nos limites da freguesia, vestígios de um castro, o “castro Frogeva”, como era chamado no séc. XII. ‘Frogeva’ seria o nome de uma importante “possessora local”, séculos antes da fundação da Nacionalidade.¹⁶ Os vestígios encontrados foram caracterizados da seguinte forma pelo arqueólogo Ricardo Teixeira em 1999: “Povoado fortificado com várias linhas de muralhas. Trata-se de um povoado de grandes dimensões, implantado no cume de S. Bartolomeu no limite Sudeste da Serra da Morreira. Foram detectadas à superfície cerâmicas micáceas, datáveis da Idade do Ferro”.¹⁷ Uma parte desse monte de São Bartolomeu tinha o nome de Monte Outinho, sendo à subida do mesmo monte que se situa a Quinta de São Miguel.¹⁸ A proximidade com esta povoação tão antiga pode indicar a ocupação deste local em tempos ainda mais recuados (Fig. 7).

O documento escrito mais significativo para este trabalho é um texto de Maria Adelaide Pereira de Morais numa *Separata de Armas e Troféus* de 1977 onde, baseada num conjunto de documentos originais que recolheu, relata detalhadamente a história do Morgadio de São Miguel ou ‘do Parto Suposto’ como também ficou conhecido.¹⁹ Este documento, apesar de ter poucas referências relativamente à parte construtiva, transmite uma ideia geral de como eram as vivências nesta quinta e os seus senhores ao longo do tempo. Para além disso, lança pistas de como foram ocorrendo as sucessivas transformações no conjunto arquitetónico. Juntamente com a parte escrita, o livro inclui duas fotografias do objeto, as representações visuais mais antigas encontradas, provavelmente da década de 1970, período em que foi publicado o livro. No entanto, elas só mostram o Portal de entrada e um pouco da fachada principal da capela (Fig. 8). Provavelmente referente ao mesmo período da existência do Morgadio, Maria Adelaide descreve um pouco a Casa de São Miguel, no livro *Guimarães, Terras de Santa Maria* de 1978, referindo que ela possuía “dois lances de escada” e “uma brasonada sala”.²⁰ Outro documento importante foi um texto de José Marques intitulado *O morgado de Gil Lourenço de Miranda e a sociedade vimaranense, em 1498*, no qual são descritos vários aspetos sobre o Morgado de São Miguel e a sua história.²¹

O período posterior à extinção dos Morgadios em Portugal e conseqüente venda da Quinta, está muito pouco registado por fontes escritas. Por esse motivo, os testemunhos orais da proprietária, Maria José Borges de Araújo, e do seu irmão, Nuno Borges de Araújo, foram sem dúvida os registos mais significativos para o estudo do objeto durante este período. São poucos os documentos relativos à Casa de São Miguel que chegaram à família e não revelam nada sobre alterações construtivas feitas

16 Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol. XXVII, p. 29

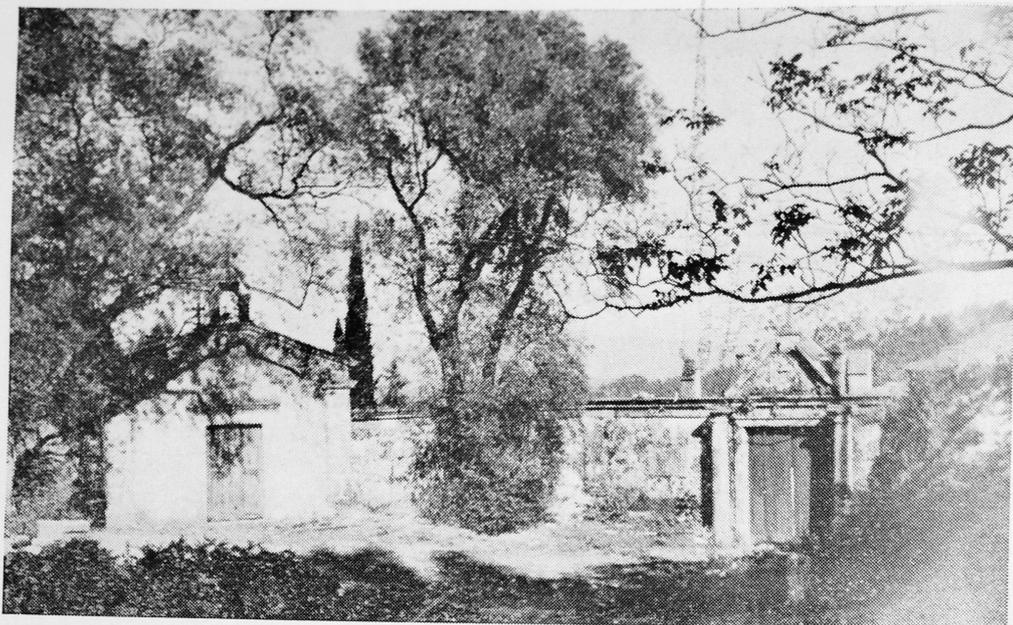
17 Disponível em: <http://pedraformosa.blogspot.com/2008/04/esclarecimento-da-direco-da-sociedade.html>

18 Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol. XXVII, p. 29

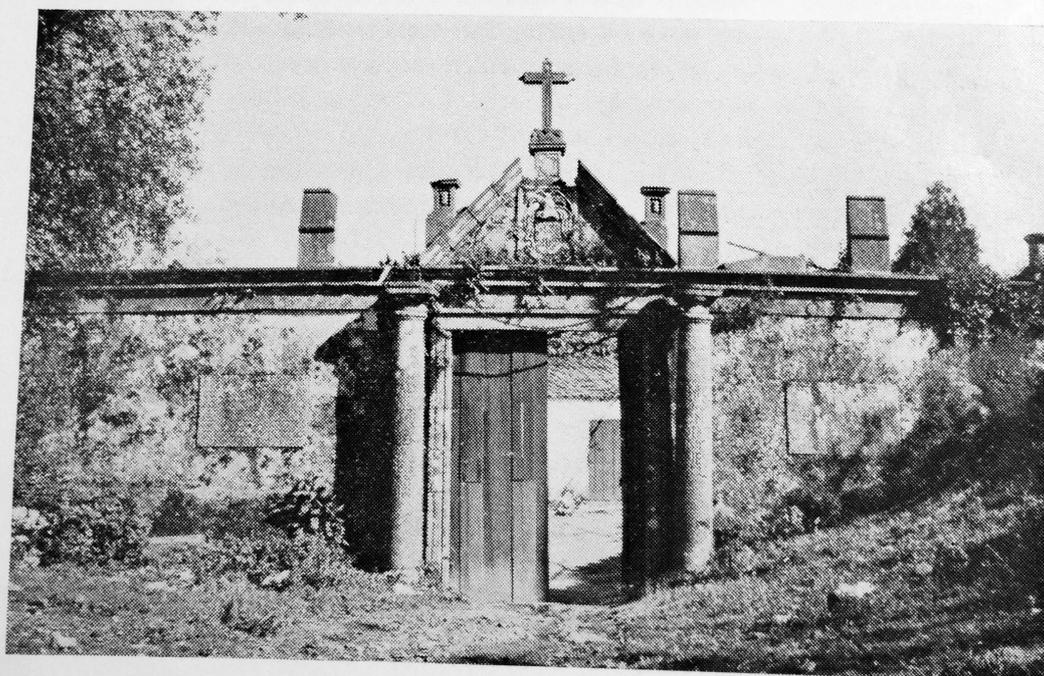
19 MORAIS (1977)

20 Idem (1978), p. 126

21 MARQUES (2008)



Uma abandonada capela, um muro, um portal, ladeado por colunas de pedra...



Portal da Quinta de S. Miguel

Fig. 8. Fotografias do livro *Eugénia da Cunha Peixota ou o Morgado do Parto Suposto* de Maria Adelaide de Morais de 1977, p. 6

ao conjunto arquitetónico nas várias gerações. Apesar desse facto, Nuno Borges de Araújo disponibilizou algumas fotografias do objeto tiradas a partir dos anos 1960 pelo pai e, mais tarde, pelo próprio, que foram bastante úteis para a compreensão do conjunto antes do período de abandono, quando este ainda se encontrava completo e habitável.

Outros documentos referentes a este período recaem em três descrições prediais consultadas na Conservatória do Registo Predial de Guimarães, datadas de 1880, 1885 e 1922, que descrevem o estado do edificado. Estas descrições contêm informação que foi relevante para o processo de interpretação no segundo capítulo.²² Para compensar a falta de informação, todos os documentos que mencionem direta ou indiretamente o objeto de estudo foram tidos em conta para a elaboração deste trabalho. Todos os pormenores foram fundamentais para sustentar e perceber de que modo se foi transformando este conjunto arquitetónico e os gostos e vontades que nele se foram materializando em cada época.

Para além destes registos mais específicos sobre o caso de estudo, foi tido em conta um conjunto de referências que retratam a casa senhorial em Portugal e a sua história e particularidades. O livro intitulado *Solares Portugueses: Introdução ao estudo da casa nobre* de Carlos de Azevedo²³ juntamente com *A Casa Senhorial em Portugal: Modelos, Tipologias, Programas Interiores e Equipamento* de Helder Carita²⁴ foram sem dúvida os que contribuíram mais diretamente para a realização deste trabalho. Pode aqui apontar-se outras obras como o livro *Paços Medievais Portugueses* de José Custódio Vieira da Silva, e os artigos *Em torno da residência senhorial fortificada: quatro torres medievais na região de Amares*, e *Torres, casas-torres ou casas-fortes: a concepção do espaço de habitação da pequena e média nobreza na Baixa Idade Média (sécs. XII-XV)* da autoria de Mário Jorge Barroca. Dado que estes registos caracterizam a casa senhorial de várias épocas da história, eles foram muito importantes para auxiliar na compreensão e especulação das diferentes configurações que o conjunto foi assumindo ao longo do tempo. Sendo que a Quinta de São Miguel não é referenciada em nenhum destes registos, o seu estudo afigura-se ainda mais relevante no âmbito da arquitetura senhorial. Através do estudo destas e de outras obras que retratam a evolução da habitação nobre em Portugal e a exemplificam com vários casos pelo território nacional, mais apoiada e consistente será a cronologia da evolução volumétrica deste caso concreto que é a Quinta de São Miguel, realizada no segundo capítulo desta dissertação. Ao mesmo tempo, permitirá ainda a comparação deste caso com outros de contextos semelhantes de forma a encontrar relações tipológicas e morfológicas com outros edifícios de carácter senhorial.

22 Conservatória do Registo Predial de Guimarães, Livro B, nºs 13382 e 13387

23 AZEVEDO (1969)

24 CARITA (2015)



Fig. 9. Inscrição no exterior do muro que contém o Portal de Entrada na Quinta (Fotografia cedida por Nuno Borges de Araújo)

O Morgadio de São Miguel ou do ‘Parto Suposto’

A instituição de morgados ou morgadios em Portugal desenvolveu-se sobretudo a partir do século XIII e difundiu-se como forma de contrariar o empobrecimento das famílias causado por sucessivas partilhas, servindo para proteger os bens destas durante muitas gerações e, por conseguinte, garantir o seu sustento. Os morgadios constituíam um ‘vínculo’ que não podia ser objeto de partilhas e era transmitido normalmente ao filho varão. Porém, na falta deste poderia passar à linha feminina, enquanto não houvesse descendente masculino.²⁵ Desse modo, não se dividia a propriedade da família, sendo o objetivo juntar mais bens em cada geração para aumentar cada vez mais o seu valor. Os bens estavam normalmente associados à instituição de capelas e ao cumprimento dos chamados “bens de alma” ou serviços religiosos pela alma dos instituidores. “Quase todos os morgados tinham obrigação de rezar pela alma dos antepassados e tinham obrigações caritativas, como dar esmolas aos pobres.”²⁶ Entre os séculos XIV e XVII terão sido fundados cerca de sete mil morgados e capelas fúnebres, tanto em Portugal continental como nos Açores, Madeira e espaços atlânticos colonizados nesse período.²⁷

O Morgadio de São Miguel foi instituído em 4 de agosto de 1430 por Gil Lourenço de Miranda, a quem alguns acrescentam o apelido de Gomide, e sua mulher Joana Gonçalves.²⁸ Uma lápide de pedra no portal de entrada na Quinta comprova este facto ao ter nela inscrito: “Este morgado instituiu Gil Lourenço de Gomide, Mantieiro mor d’EIR D. João pr^o Alcaide Mor de Miranda e irmão de Gon. I^o Lourenço escrivão de puridade em 4 de agosto de 1430” (Fig. 9). Gil Lourenço de Miranda foi um cavaleiro, o que por si só já o situa na esfera da nobreza. Através de outros documentos, é possível identificá-lo também como “criado e cevadeiro mor” de D. João I e seu apoiante incondicional, sendo estas funções atribuídas apenas a pessoas de absoluta confiança do rei.²⁹ Até esta data, Gil Lourenço empenhou-se em garantir os seus rendimentos e em aumentar o seu património rural ao adquirir mais bens. Recebeu também, por doação do rei D. João I, uma quinta (Quinta do Pinheiro) “com todas as suas honras, jurisdições, tomadias e maladias, rendas, direitos e pertenças” o que prova a estreita relação entre ambos.³⁰

Para a criação deste Morgadio, foi determinante o facto de o casal não ter filhos e querer preservar reunido o seu avultado património e evitar conflitos entre os eventuais pretendentes à sua herança. Na sua instituição foi muito bem definida a linha sucessória do vínculo que, à falta de filhos, passaria para Gonçalo Lourenço, filho da sobrinha de Gil Lourenço de Miranda, Leonor Afonso, e posteriormente para

25 Léxico Comum in “Dicionário Enciclopédico” (1980), p. 580

26 Frase da historiadora Maria de Lurdes Rosa numa entrevista disponível em: <https://www.publico.pt/2018/11/29/ciencia/noticia/historia-morgados-portugal-nao-so-impulsionada-16-milhoes-euros-1852929> (Acesso em 20/10/2019)

27 Ibidem

28 MARQUES (2008), p. 17

29 Ibidem, p. 15

30 Ibidem, p. 16

os seus descendentes. Desta linha sucessória foi excluído um membro da família e para o caso de surgirem diversos pretendentes à sucessão, ficou registado que o rei que reinasse na altura poderia decidir qual deles seria o melhor herdeiro, evitando qualquer disputa, com a intenção de se “conservar firme, estável e válido para sempre” este Morgadio.³¹

Os titulares deste ‘vínculo’ tinham algumas obrigações, impostas pelos instituidores, nomeadamente, o dever de sustentarem um pobre permanentemente assegurando-lhe alimentação diária, vestuário e calçado, detalhadamente especificados no auto notarial de instituição. Outra obrigação era a de mandar celebrar anualmente as missas de sufrágio por eles estipuladas.³² Na capela de São Miguel, que pertence ao conjunto arquitetónico em estudo, encontra-se uma inscrição na parede exterior da fachada sul com a frase em latim “SEMPER PAUPERES HABEBITIS VOBISCUM”, o que significa: ‘Tereis sempre pobres entre vós’. Esta inscrição prova o dever que as famílias nobres que aqui habitavam tinham de cumprir os ‘bens de alma’ exigidos pelos instituidores do Morgadio (Fig. 10).

A cabeça do vínculo do Morgadio de São Miguel foi, inicialmente, uma casa com torre na antiga rua das Flores em Guimarães. Esta rua situava-se na atual frente poente do Largo da Misericórdia. À entrada principal da casa existiam duas colunas no cimo das quais estava pendurada uma corrente de ferro que ficava atravessada à entrada da porta. Os descendentes do morgadio foram deixando arruinar este edifício e perderam os privilégios com que os monarcas sempre distinguiram esta família. Um desses privilégios era a proteção e o impedimento de ser preso de qualquer pessoa fugida à justiça por ter cometido algum crime, se a mesma tocasse na corrente existente à entrada da propriedade. No lugar desta casa nobre construiu-se o Largo da Misericórdia e a pedra foi vendida para a construção do Hospital da Misericórdia, atual Santa Casa da Misericórdia de Guimarães.³³

Após a morte sem descendência do 7º morgado de São Miguel, Patrício Machado de Miranda, passa o vínculo para as mãos do seu irmão Jerónimo Machado de Miranda, já com bastante idade e manco. Com ele casa-se, por arranjo dos pais, Eugénia da Cunha Peixoto. Maria Adelaide relata que Eugénia fingiu um parto, para após a morte do marido herdar para a sua família o Morgadio de São Miguel.³⁴ Esse suposto filho e herdeiro na linha de sucessão, seria filho do marido e de uma irmã dela, segundo se dizia.³⁵ Em 1623 foi batizada essa criança com o nome João. Após o batismo, muitos contestaram dizendo que Eugénia mentia e que o filho não era dela, tendo arranjado tudo para ficar

31 MARQUES (2008), p. 18

32 Ibidem

33 CALDAS (1996), p. 205

34 MORAIS (1977), p. 8

35 MENDES (1988), p.5 (Jornal ‘O Comércio de Guimarães’ do dia 25/02/1988)



Fig. 10. Inscrição na fachada lateral Sul da Capela



Fig. 11. Inscrições nas colunas do Portal de Entrada na Quinta

com o morgadio. Em 1624 morre Jerónimo e deixa a sua esposa sozinha contra a vila de Guimarães, os parentes do seu marido e as suas desconfianças. Eugénia foi presa e levada para a cadeia, o Castelo de Guimarães na altura. Após muitos inquéritos sem se chegar a nenhuma conclusão, João, o suposto herdeiro do morgadio, morre e acabam as dúvidas quanto à sucessão dos bens. Após todos estes acontecimentos, Eugénia confessou que o seu pai lhe emprestara vários bens de valor para obter “29 mill reis” para pagar este ‘parto arranjado’ movida pelos parentes do marido. Por este motivo é que este morgadio também ficou conhecido como ‘Morgadio do Parto Suposto’. Quem sucedeu a Joaquim foi o seu sobrinho Pedro Machado de Miranda.³⁶

Em 1637 a cabeça do vínculo do morgadio passa para a Quinta de São Miguel em São Clemente de Sande e Pedro Machado de Miranda, 9º morgado na altura, fez obras e colocou o brasão de armas de seus pais no portal de entrada. Este brasão esquartelado tem “no 1º quartel: Machados, no 2º Castros, no 3º Mirandas, no 4º Melos. Timbre: Machados”.³⁷ Entre o 11º morgado, Felipe Pereira de Miranda Lago, e a morte do 13º, João Pereira de Miranda em 1696, aumentou-se a casa de São Miguel.³⁸ Em 1741, o 14º morgado, Francisco Pereira de Miranda, mandou colocar duas colunas no portal de entrada da propriedade, uma de cada lado do portão, o que se pode comprovar devido às inscrições existentes em cada uma delas. Provavelmente foram colocadas em memória das que existiram na antiga casa da rua das Flores em Guimarães, anterior cabeça do ‘vínculo’. De uma para outra mandou colocar também uma corrente de ferro e sobre a da direita uma coroa de ferro dourada, a sair para fora, sustentada por uma vareta também de ferro.³⁹ Na da esquerda lê-se “Esta obra mandou fazer Francisco Pereira de Miranda morgado desimo quarto de S. Miguel” e na da direita “E sua mulher D. Anna Antónia de Coimbra em cinco de janeiro de 1741” (Fig. 11). Na capela, há também uma sepultura com uma inscrição referente a este morgado que diz “Este tumullo erigio Francisco Pereira de Miranda morgado desimo coarto e sua mulher D. Ana Antónia de Coimbra f. a de L.ço Joseph de Coimbra e moço fidalgo de Sua Magestade em 1741”.

A 19ª e última morgada foi D.ª Maria Inácia de Faria Machado P. R. M. P. R. Tinoco, herdeira e senhora da Casa das Hortas em Braga, casada com o Dr. José Borges Pacheco Pereira de Faria, herdeiro da Casa de Infias na mesma cidade. Este casal viveu em Lisboa e vendeu praticamente tudo o que tinha.⁴⁰ A extinção dos morgadios em Portugal ocorreu no reinado de D. Luís em 1863. A Quinta de São Miguel foi então vendida por estes últimos morgados ao Padre Manuel da Conceição da Costa e Silva.⁴¹

36 MORAIS (1977), p. 12

37 Ibidem, p. 3-4

38 Ibidem, p. 13

39 Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol. XXVII, p. 31

40 Nuno Borges de Araújo, irmão da proprietária, relata que venderam tudo o que tinham devido ao hábito de jogar de D.ª Maria Inácia.

41 Informação obtida através do irmão da proprietária, Nuno Borges de Araújo, que conversou com os descendentes da família.

Após o Morgadio

Em 1880, a Quinta de São Miguel é descrita como estando já arruinada como se pode constatar neste registo predial consultado na Conservatória do Registo Predial de Guimarães: “Quinta denominada de San Miguel, sita no logar d’este nome na freguesia de San Clemente de Sande. Consta de casas de habitação arruinadas, e de terra lavradia e de mato. É murada em volta.”⁴² Já em 1885, lê-se que o conjunto é constituído por várias casas “formando tudo junto um só prédio composto de casas sobradadas e terreas, cortes, quinteiro e capella em ruinas, com suas hortas annexas, pomar, alpendre térreo.”⁴³ Em 1922, o objeto é referido como uma quinta que “se compõe de casas para senhorio e caseiro com cortes, alpendre sobradado e telhado, eira ladrilhada em parte e uma capela contigua construida de pedra e telhada (...) e o campo à beira do alpendre formado em vinha.”⁴⁴ Nestas descrições prediais o termo ‘alpendre’ pode ter sido utilizado para referir um coberto ou sequeiro, ou um alpendre de entrada da casa.

Depois de comprar a Quinta de São Miguel, o Padre Manuel da Conceição da Costa e Silva reformou a capela e restituiu-a ao culto, pois também estaria em ruína. Segundo o testemunho de Nuno Borges de Araújo, irmão da atual proprietária, este padre mandou demolir parte da antiga torre da casa, que se encontrava muito arruinada, e reutilizou a pedra para a construção de uma corte de ovelhas adossada a ela e à Casa. O mesmo ficou a saber deste acontecimento através dos pais, que um dia se cruzaram, no monte de São Miguel, com um velho pastor que trabalhara para o Padre.⁴⁵

Quando o Padre Manuel da Conceição faleceu, quem herdou a quinta foram os seus sobrinhos Manuel, Rafael e Júlia Alves da Costa Pereira Brandão, os quais foram vendendo progressivamente todo o recheio que porventura existiria dentro da casa e na capela. Não sobrou nada, nem a sineta da capela, até as árvores do monte venderam. Depois de alienarem tudo, acabaram por vender a Quinta a José Joaquim Machado Guimarães Júnior.⁴⁶

Foi José Joaquim, avô dos atuais proprietários, que mandou plantar o eucaliptal que hoje cobre os cerca de 20 hectares do Monte de São Miguel, o qual não tinha quase árvores nenhuma. Casou-se com Maria Ludovina dos Prazeres Monteiro Borges de Araújo e tiveram dois filhos - Maria José Costa Borges de Araújo e Nuno Costa Borges de Araújo Machado. Quando José Joaquim comprou a Quinta, a

42 Conservatória do Registo Predial de Guimarães, Livro B, nºs 13382 e 13387

43 Ibidem

44 Ibidem

45 Segundo Nuno Borges de Araújo, os pais contaram-lhe que se cruzaram com esse pastor, já com bastante idade, a apanhar lenha. O mesmo contou-lhes que tinha trabalhado na Quinta de São Miguel, quando esta pertencia ao Padre, e que levava o seu rebanho de ovelhas para o monte e o ajudava na missa.

46 Depoimento de Nuno Borges de Araújo que fez uma investigação sobre os proprietários da Quinta de São Miguel

casa não tinha recheio nenhum, a não ser o altar da Capela. O mesmo é que mobilou a casa, juntamente com a sua esposa, com móveis antigos de casa da sua família (Casa da Igreja em Ronfe) e alguns de casa da família da sua esposa (Casa do Souto em São Clemente de Basto - Celorico de Basto) e lá ficaram até à saída do último caseiro nos anos 1980. José Joaquim viveu os últimos tempos da sua vida na quinta e, já viúvo pela segunda vez, casou-se com Atália Pinto Maia Lamosa na Capela de São Miguel. Pouco tempo depois, em 1952 faleceu no Porto.⁴⁷

José Borges de Araújo Machado Guimarães, filho de José Joaquim e de Maria Ludovina, depois de se casar com Maria Clarisse Ferreira da Costa e enquanto eram efetuadas obras na casa onde habitavam em Caldas das Taipas, viveram em São Miguel e arranjaram a casa.⁴⁸ Ao fim de seis meses, Maria Clarisse saturou-se de tal forma da vida no campo, que o casal decidiu ir viver para Braga até as obras na casa das Taipas terminarem, acabando por ficar na cidade. Apesar de não terem vivido em São Miguel após esse período, costumavam passar lá férias com os filhos durante todo o mês de setembro.

Atualmente, a Quinta de São Miguel pertence como já foi referido antes, a Maria José Costa Borges de Araújo e a Nuno Costa Borges de Araújo Machado, filhos deste último casal. Apesar de ainda pertencer a ambos, Maria José vai ficar com a Quinta, em partilhas. Quando a Casa ficou sem residentes e começou a ser alvo de assaltos, Nuno B. de Araújo levou os móveis que conseguiu de volta para Ronfe e alguns para Braga. No entanto, foram roubadas algumas pedras do Portal, mais tarde devolvidas, e uma inscrição (séc. XVI ou XVII) que nunca chegou a aparecer. Antes de Maria José ter começado a dedicar-se à parte agrícola, houve um grande período em que esta esteve ao abandono e muito arruinada. Apesar dos telhados novos da Casa e da Capela, o conjunto continua inabitável e visivelmente devoluto.

Após este conjunto de referências encontradas, surge agora a necessidade de representar visualmente o estado atual da Casa de São Miguel. Dado que não foram encontrados registos sobre o seu desenho, os seus levantamentos métrico e fotográfico foram produzidos pela primeira vez de modo sistemático. Os documentos resultantes desses levantamentos, realizados no âmbito desta dissertação, constituem portanto o registo de maior relevância sobre este conjunto arquitetónico, já que é através da sua análise e interpretação, em conjunto com as referências encontradas, que se poderá compreender a sua transformação volumétrica.

“A casa é um documento autêntico da vida do homem – documento de pedra e cal -, mas de extraordinária importância para estudarmos os costumes, a evolução do gosto e da vida social.”⁴⁹

47 Testemunho de Nuno Borges de Araújo

48 Nuno B. de Araújo relatou que nessa altura, ela não conduzia nem tinha carro e, estando habituada à vida social agitada da sua família em Vila Nova de Gaia e no Porto, dizia que ao fim do tempo passado em S. Miguel, praticamente só a falar com as pessoas do campo, quase nem conversar sabia.

49 AZEVEDO (1969), p. 13

Cronologia Síntese

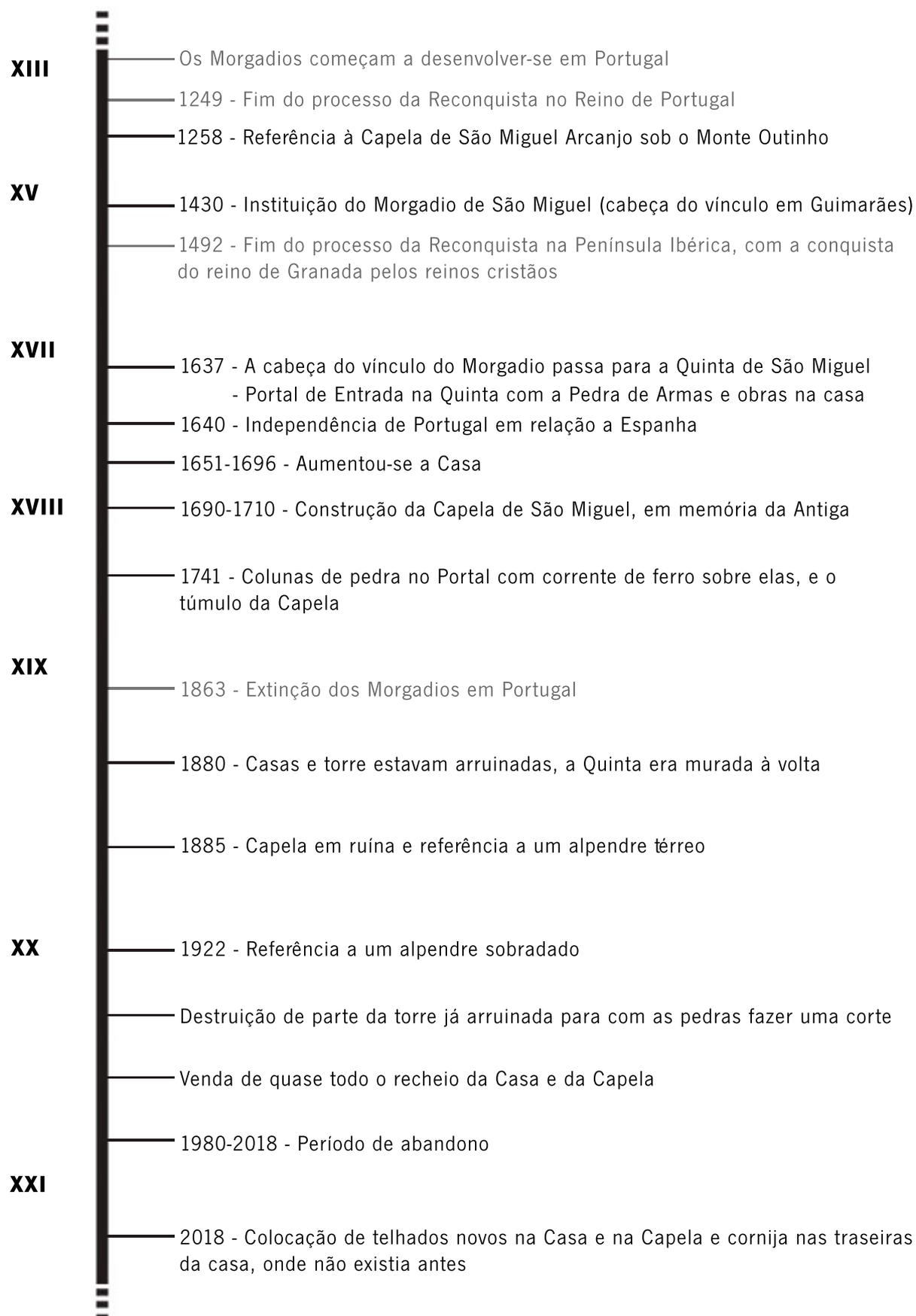


Fig. 13. Cronologia Síntese de toda a informação referente à Quinta de São Miguel em todas as fontes consultadas (A torre aqui mencionada foi apenas comprovada pelos testemunhos orais da proprietária e do irmão).

Levantamentos métrico e fotográfico

Com o intuito de registar o estado atual do objeto foram elaborados os levantamentos métrico e fotográfico do conjunto. O levantamento métrico constitui a base desenhada para todas as especulações sobre as fases propostas. Com as fotografias procurou criar-se uma narrativa visual sobre tópicos importantes para a perceção e interpretação da realidade encontrada. Ambos, de forma distinta, constituem ferramentas indispensáveis para a compreensão da evolução do edifício desde a sua fundação até ao momento atual.

O levantamento métrico deste conjunto arquitetónico pode ser considerado a ferramenta mais importante para a realização desta investigação, não só por ser uma produção original deste estudo, mas também por ser o elemento mais usado, quer para compreender o edifício, quer para o caracterizar. O levantamento fotográfico procura complementar os desenhos, sendo um método mais intuitivo e eficaz para captar marcas, texturas e qualquer vestígio encontrado no objeto.

Numa primeira visita ao edifício foram desenhadas, de modo esquemático, as secções horizontais, ou plantas, dos dois pisos. Foram também atribuídos nomes a todos os vãos, espaços e 'volumes' pertencentes ao conjunto.⁵⁰ Desse modo, tornou-se mais fácil a organização das folhas de levantamento. Através do método da triangulação, foram medidos todos os espaços, exteriores e interiores, com o recurso a um laser, uma fita métrica e um nível. Obtiveram-se desse modo medidas rigorosas para ser possível a criação de plantas e secções verticais, cortes e alçados, que representassem fielmente as características do conjunto. As plantas foram realizadas utilizando um plano de corte a aproximadamente 1.5 metros de altura do chão, de forma a permitir desenhar todas as aberturas do respetivo piso. No total foram elaboradas duas plantas de piso e uma de coberturas, dois alçados e duas secções verticais que se encontram nas páginas seguintes à escala 1:300 e nos Anexos à escala 1:200.

⁵⁰ As duas casas para caseiros localizadas fora do muro do Portal de Entrada, a Noroeste, estão representadas com uma expressão diferente nas plantas de Localização e Implantação e não estão incluídas nos restantes desenhos à escala 1:300 devido ao facto de não ter sido realizado o seu levantamento arquitetónico rigoroso. As casas estão em avançado estado de degradação e encontram-se inacessíveis devido à abundante vegetação. Apesar de também pertencerem ao conjunto, não foram consideradas na numeração dos 'volumes' aqui referidos.



1



2



3



4



5



6



7



8



9



10

Fotografias ao longo do percurso de aproximação ao conjunto edificado



Fig. 14. Planta de Localização com a identificação (a vermelho) do acesso principal à Quinta de São Miguel e do percurso de aproximação ao conjunto edificado. Esc. 1:3000



A



B



C



D

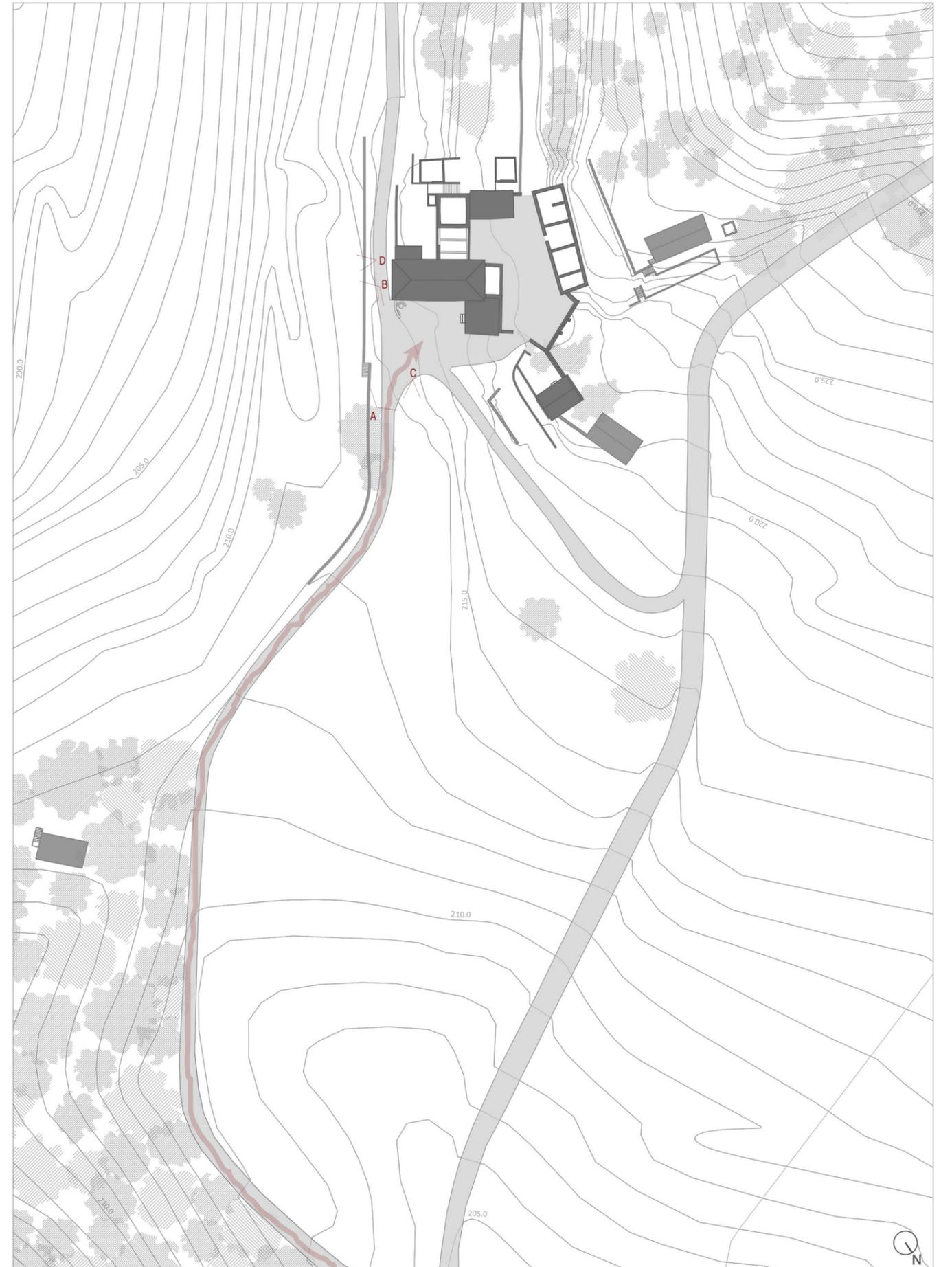


Fig. 15. Planta de Implantação

Esc. 1:1000



A



B



C



D



E



F



G



H



I



J

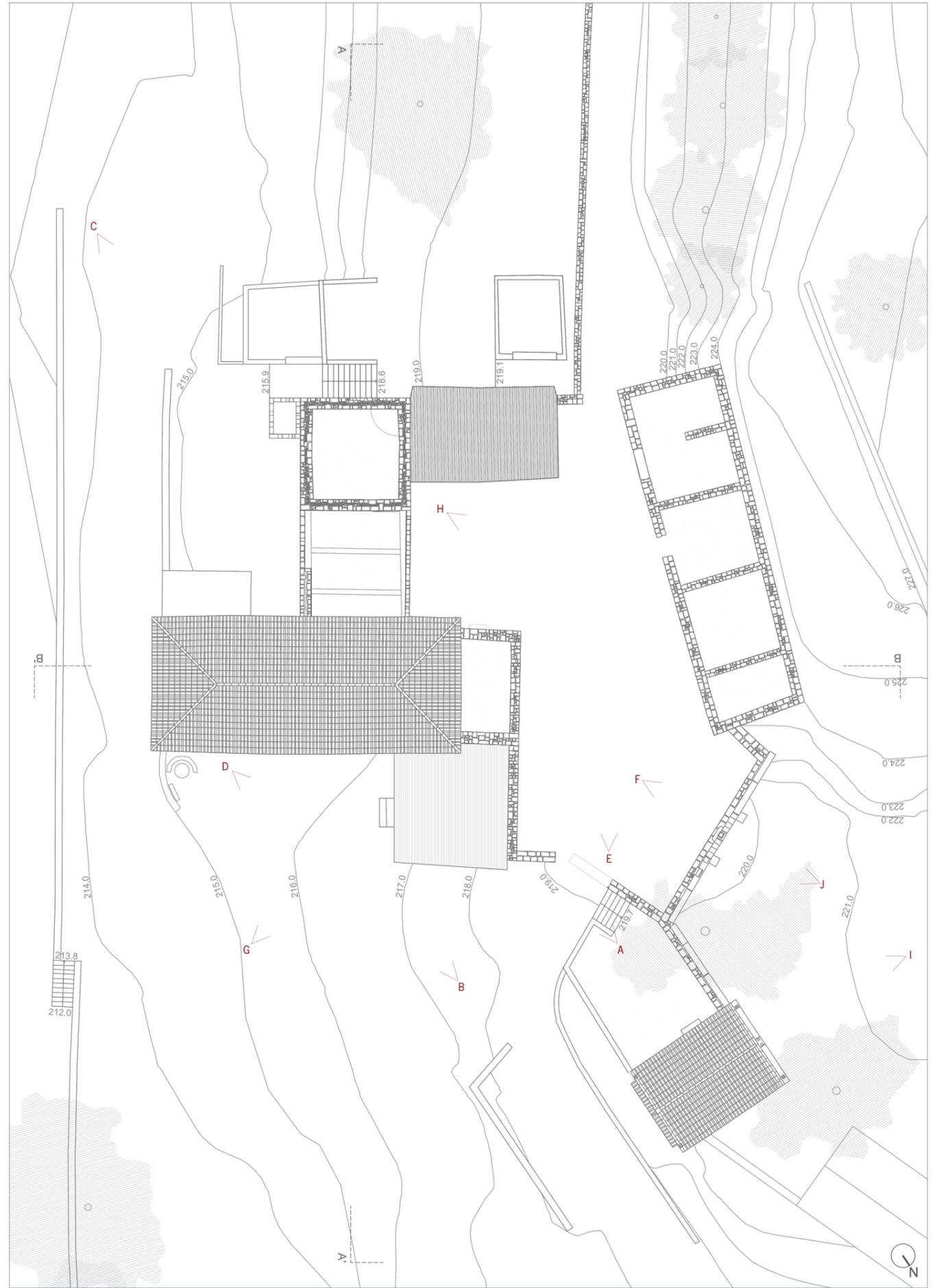


Fig. 16. Planta de Coberturas

Escala 1:300



A



B



C



D



E



F



G



H



I



J



L



M



N

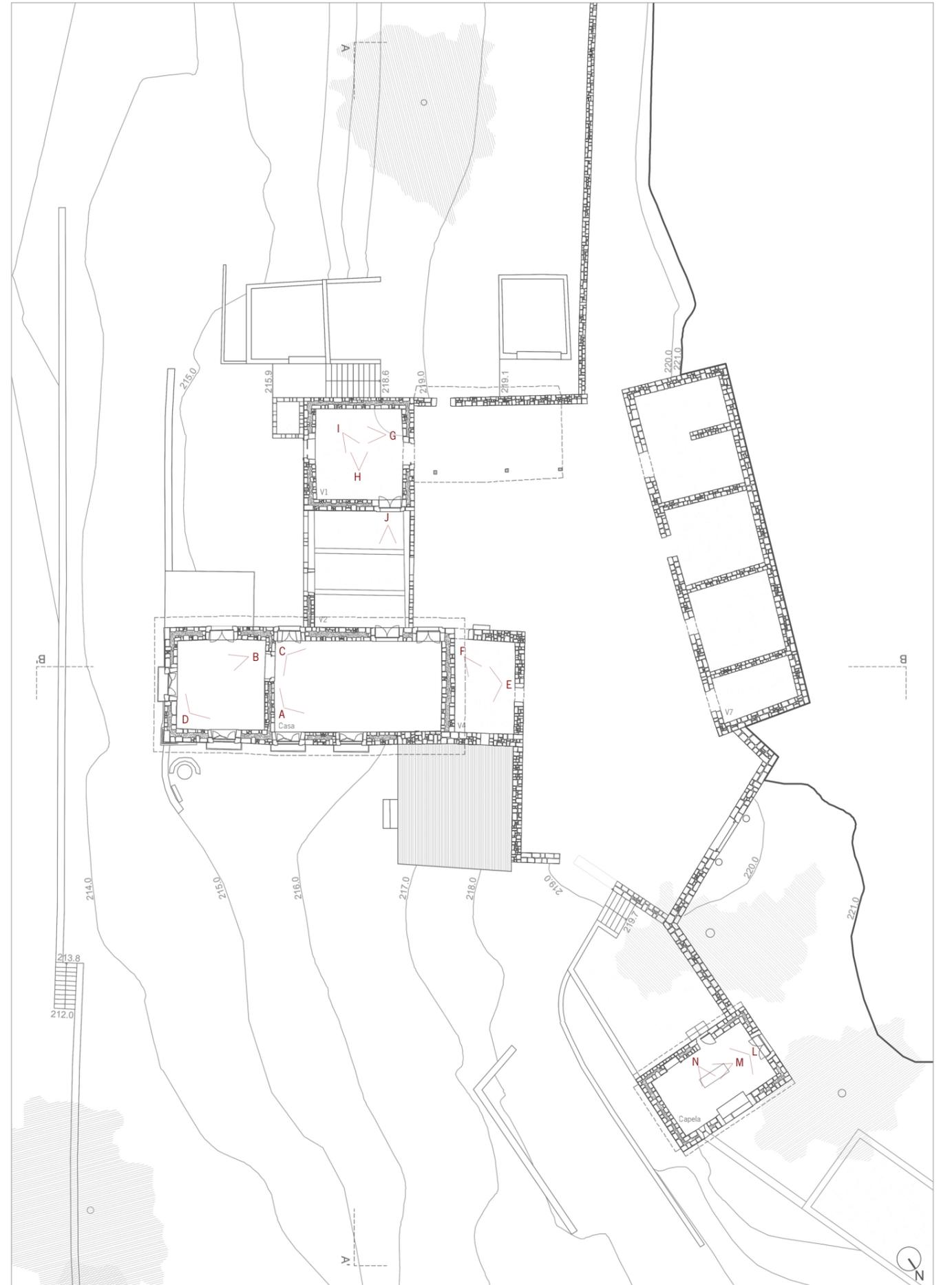


Fig. 17. Planta do piso superior à cota 221m

Escala 1:300



A

B

C



D

E



F

G

H

I



J

L



M

N

O



Fig. 18. Planta do piso térreo à cota 218m

Escala 1:300



Fachada Oeste da Capela (Fachada principal)



Portal de entrada



Vista do pátio para Sudoeste



Vista do pátio para Sudeste



Vista do interior do piso superior da Casa (Vão P4) para Oeste



Vista das traseiras da Casa



Pormenor da junção entre o V5 e o muro no piso inferior (Fachada Sudeste)



Fachada Sudeste



Fachada Sudeste



Fachada Nordeste



Fig. 19. Alçado Nordeste

Escala 1:300

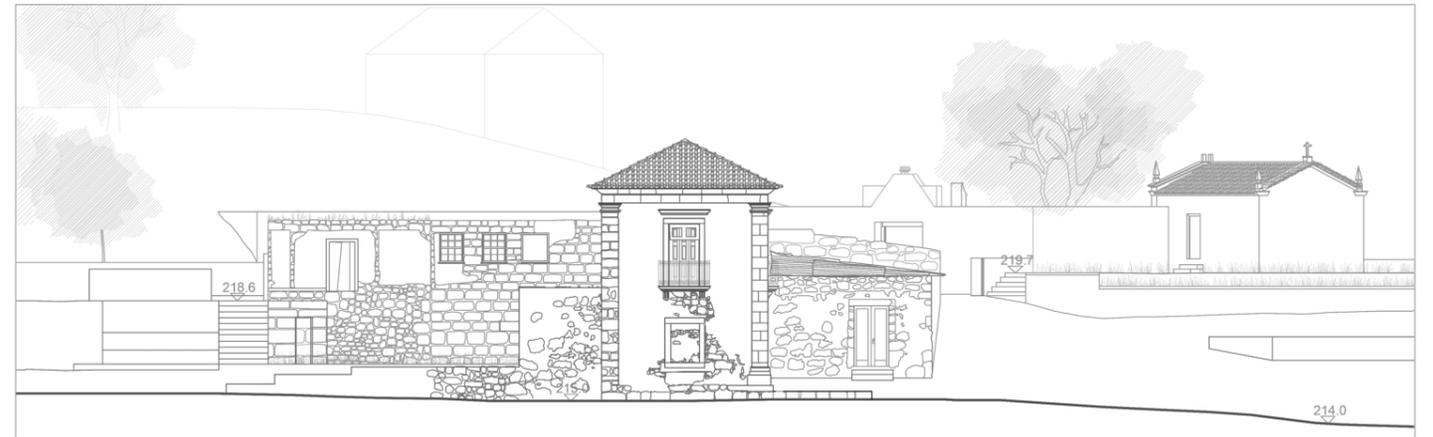


Fig. 20. Alçado Sudeste

Escala 1:300



Fig. 21. Corte AA'

Escala 1:300

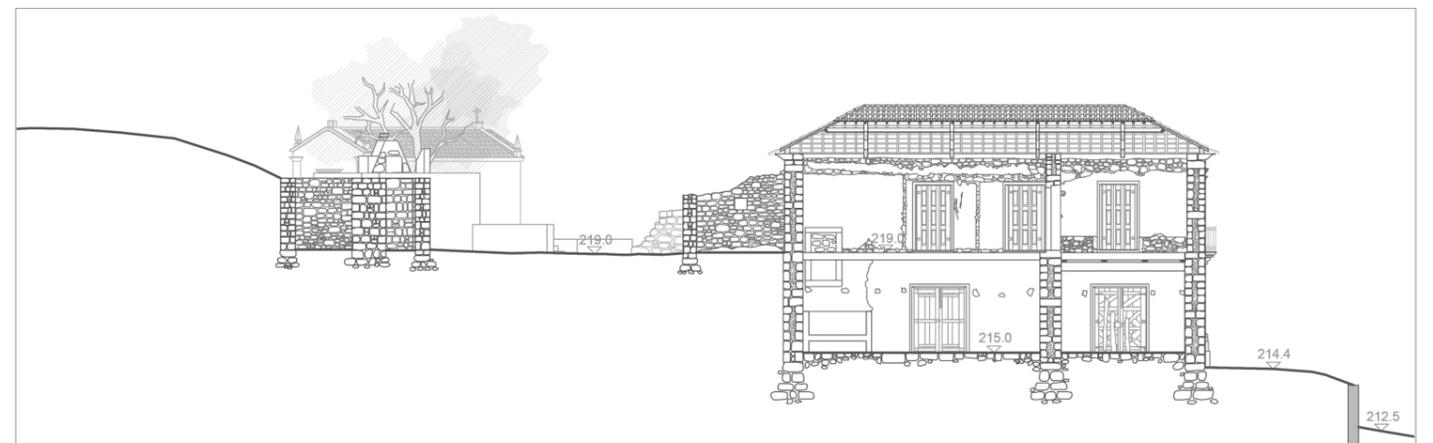


Fig. 22. Corte BB'

Escala 1:300

Vãos

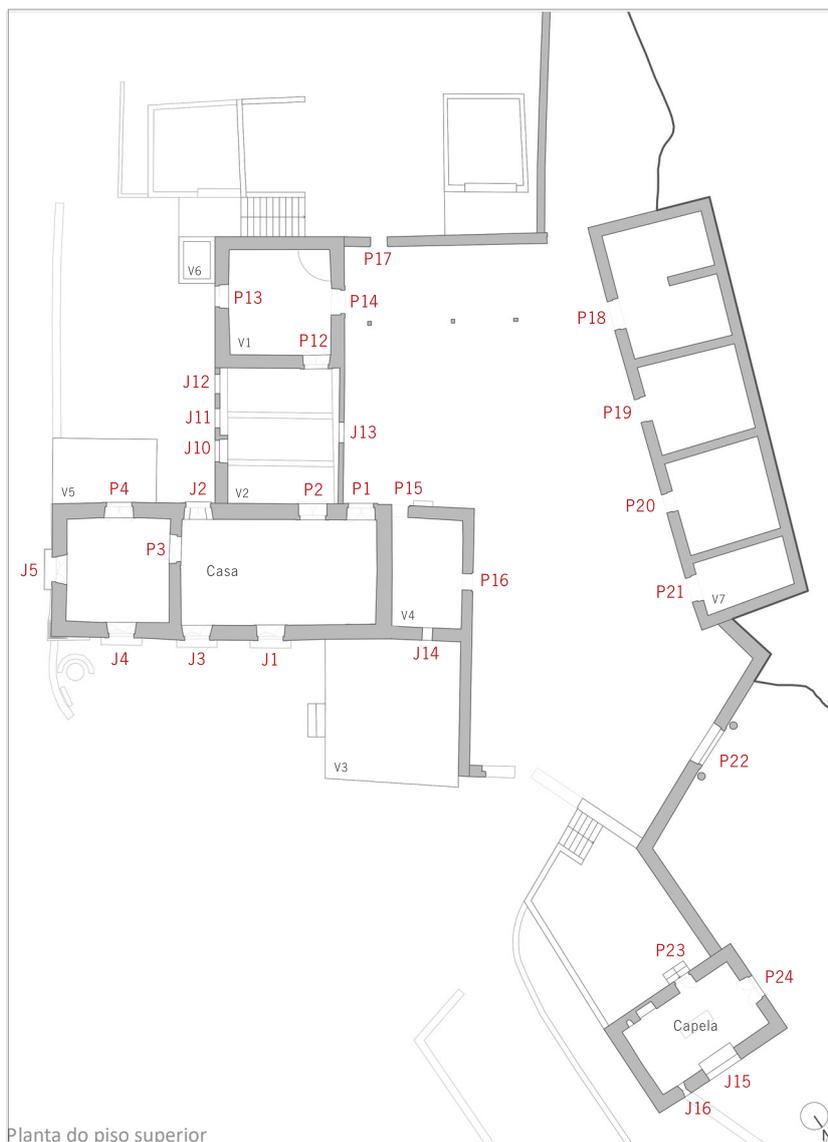
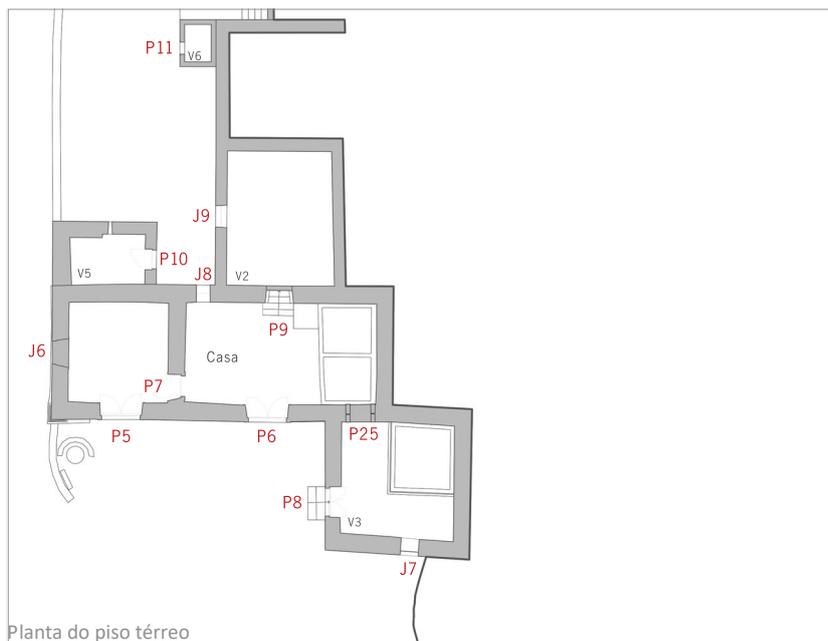


Fig. 23. Plantas esquemáticas com a identificação dos vãos nos dois pisos

Esc. 1:400

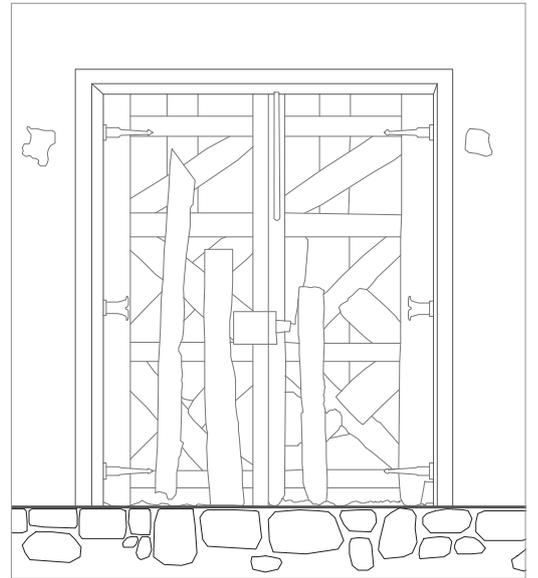
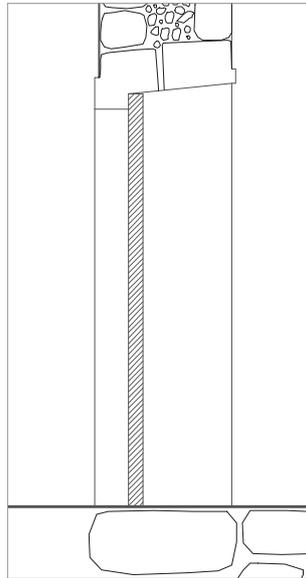
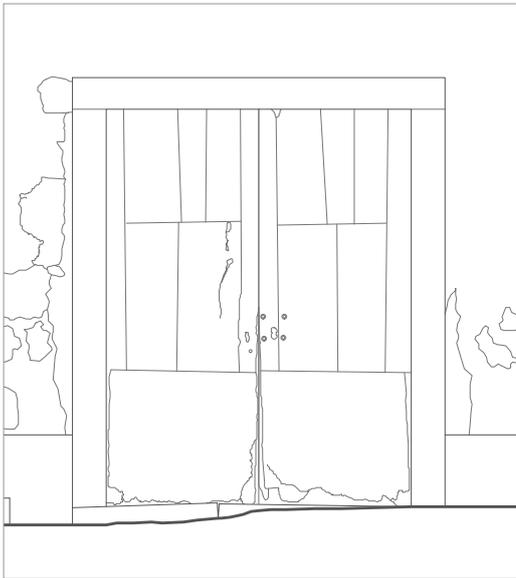
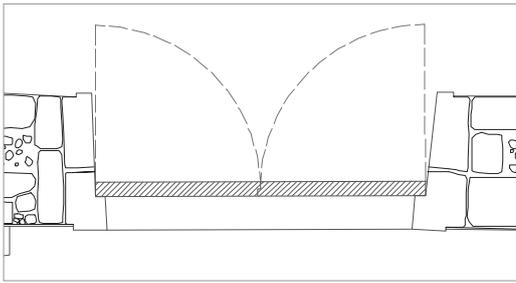


Fig. 24. Vão P5 (Casa - Piso Térreo)

Esc. 1:50

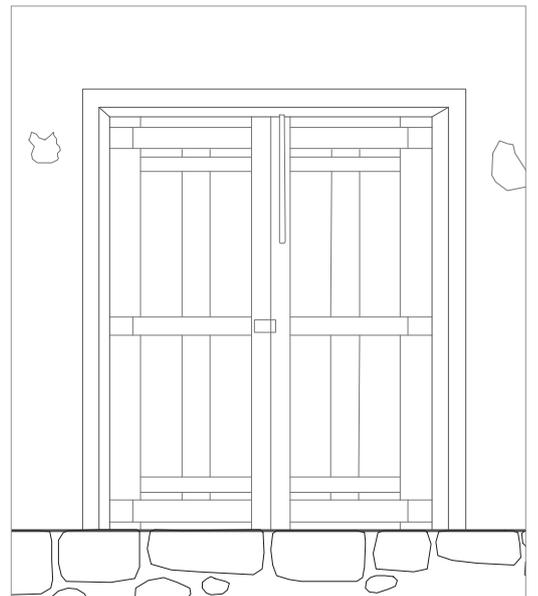
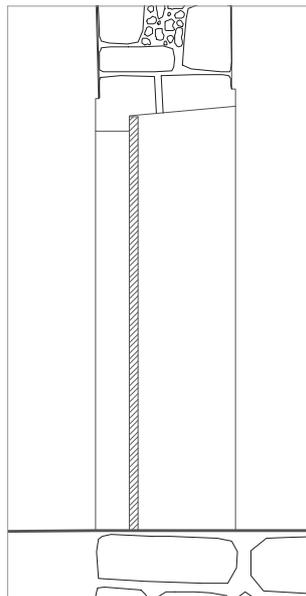
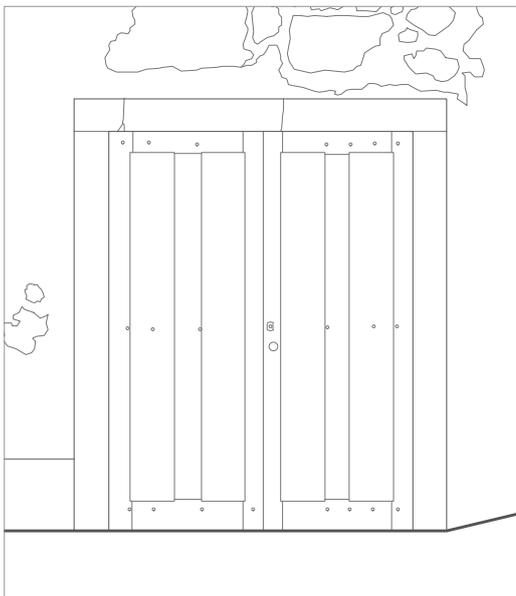
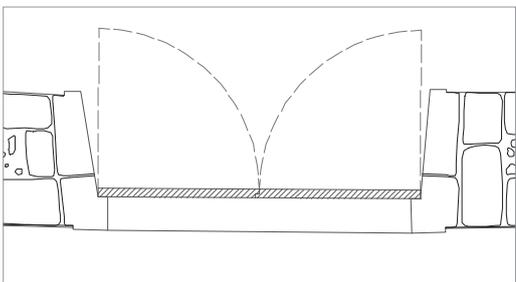


Fig. 25. Vão P6 (Casa - Piso Térreo)

Esc. 1:50

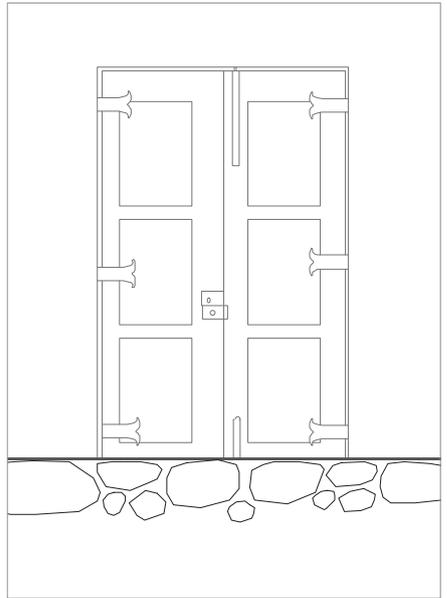
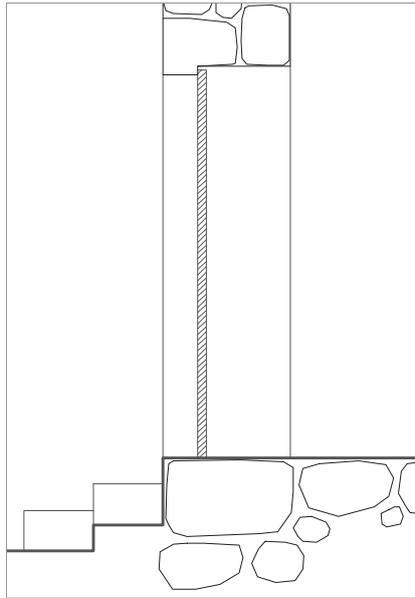
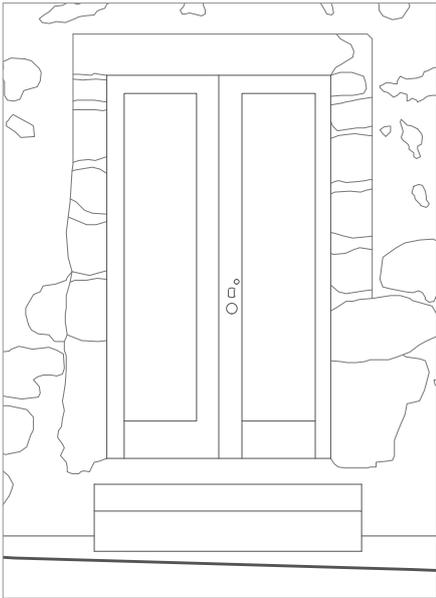
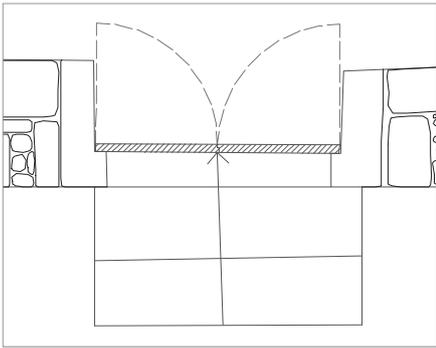


Fig. 26. Vão P8 (V3 - Piso Térreo)

Esc. 1:50

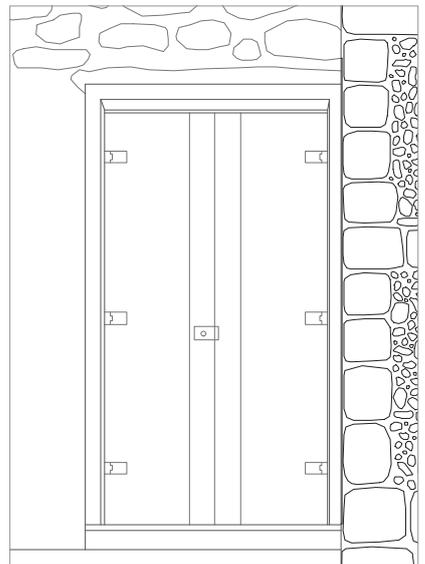
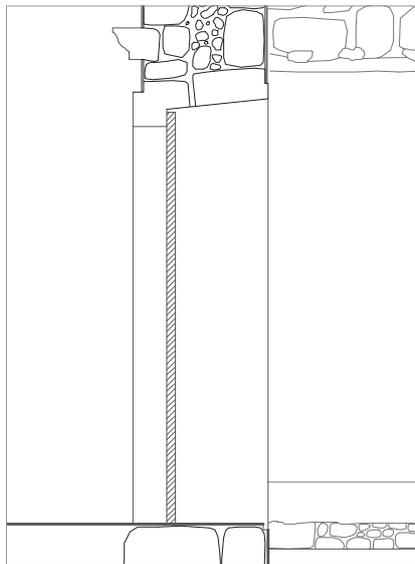
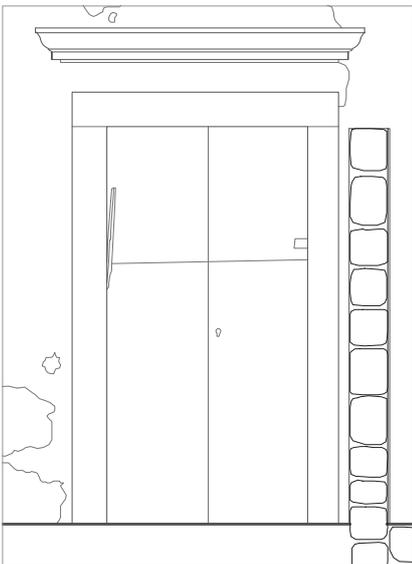
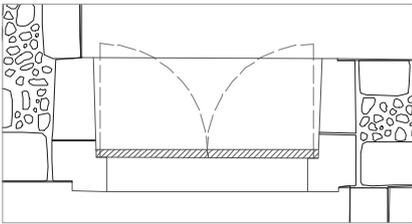


Fig. 27. Vão P1 (Casa - Piso Superior)

Esc. 1:50

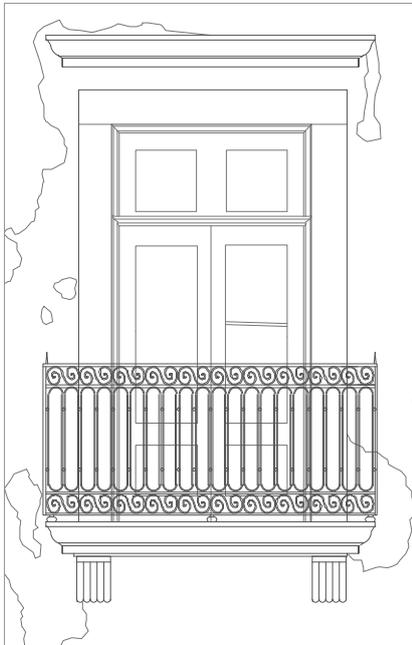
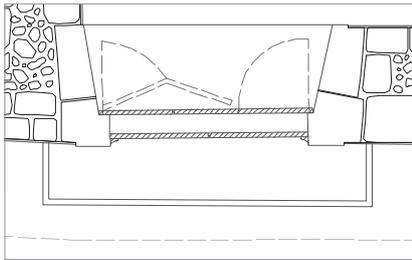
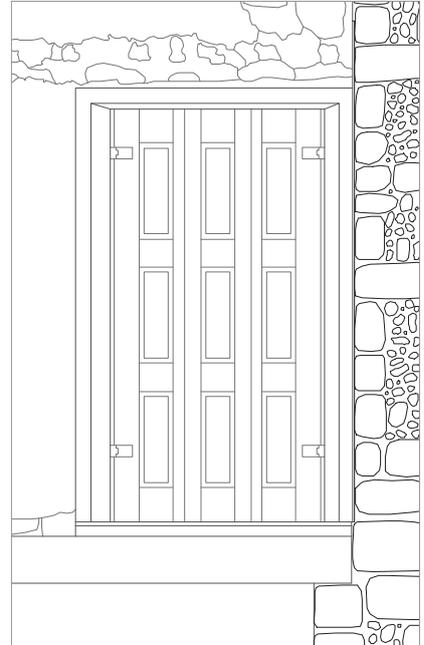
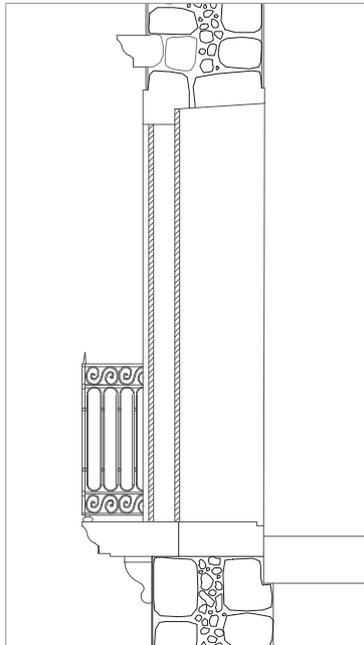


Fig. 28. Vão J3 (Casa - Piso Superior)



Esc. 1:50

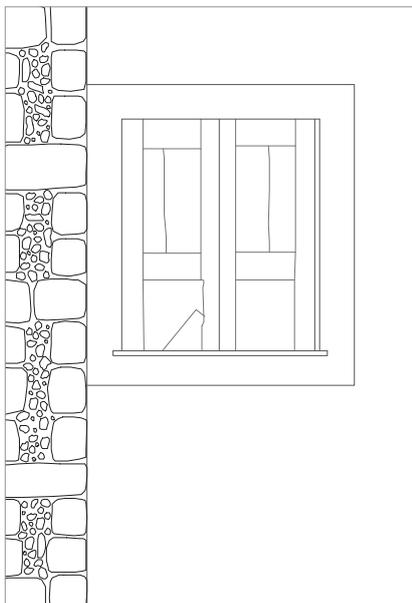
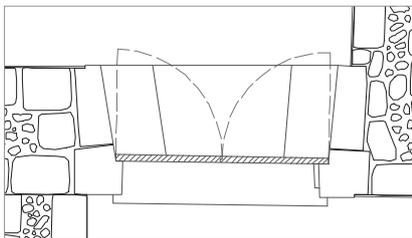
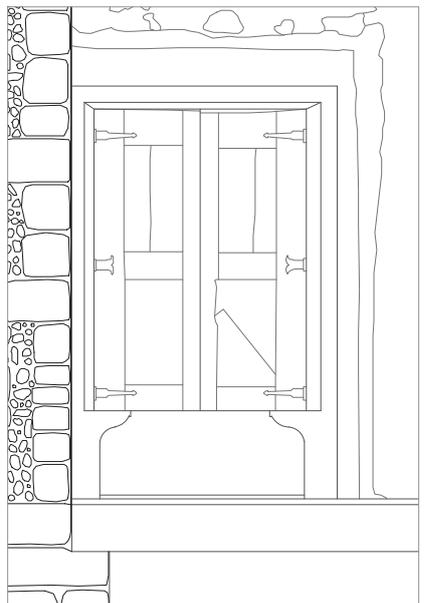
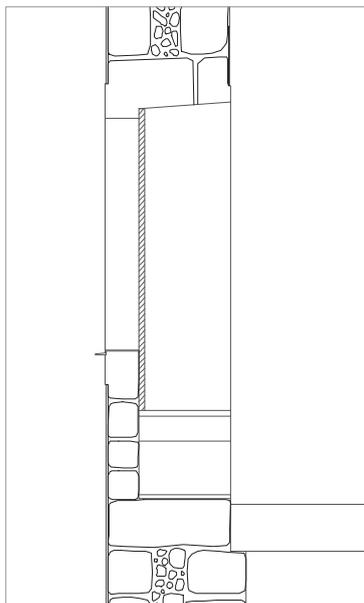


Fig. 29. Vão J2 (Casa - Piso Superior)



Esc. 1:50

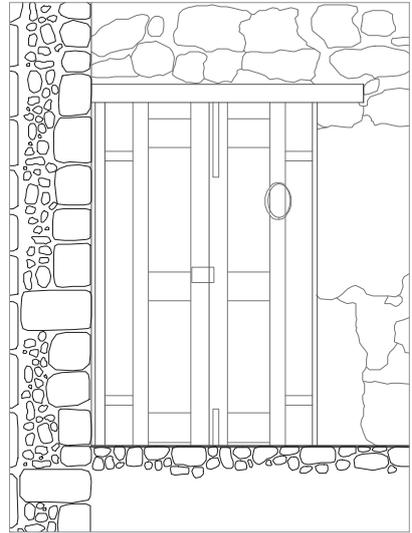
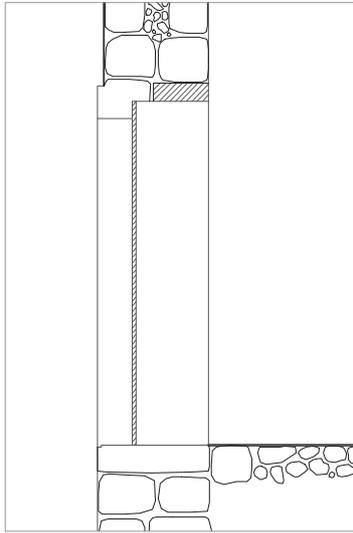
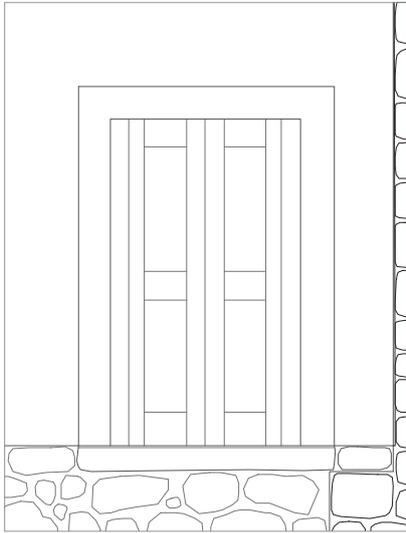
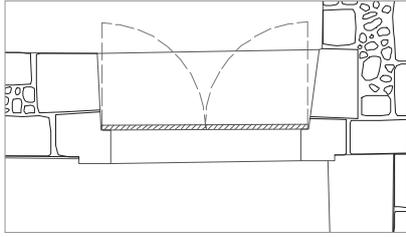


Fig. 30. Vão P12 (V2/V1 - Piso Superior)

Esc. 1:50

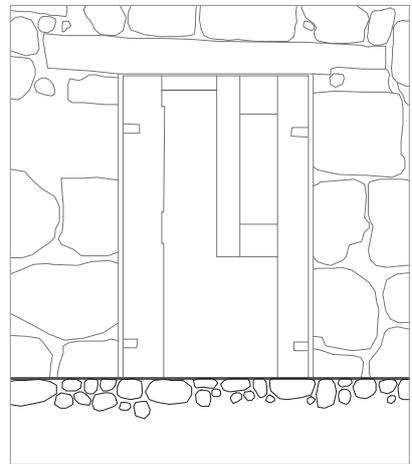
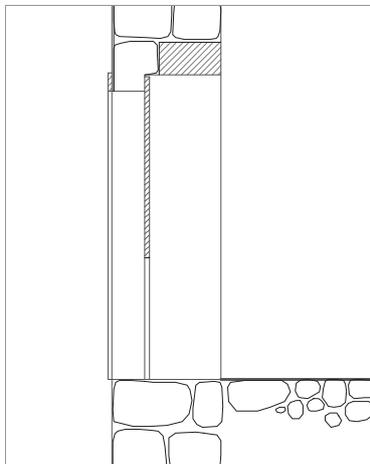
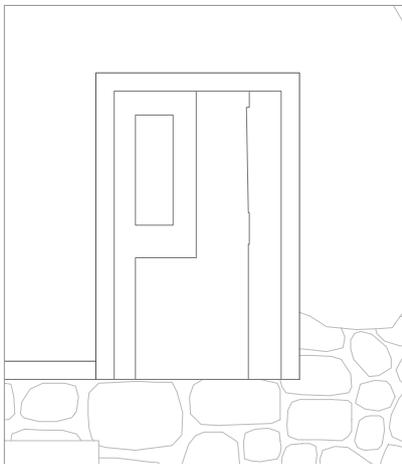
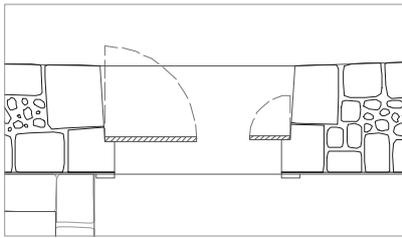


Fig. 31. Vão P13 (V1/V6 - Piso Superior)

Esc. 1:50

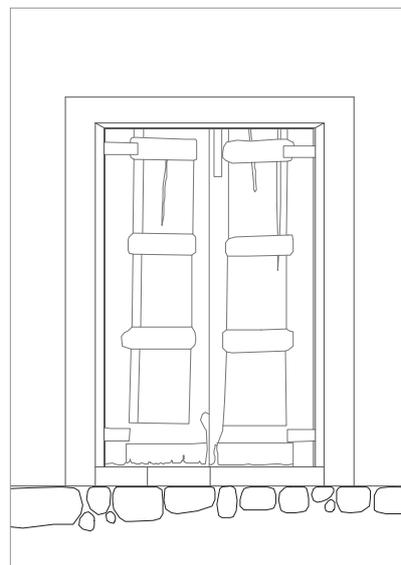
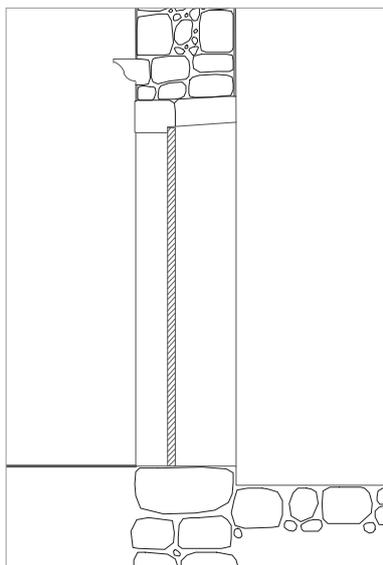
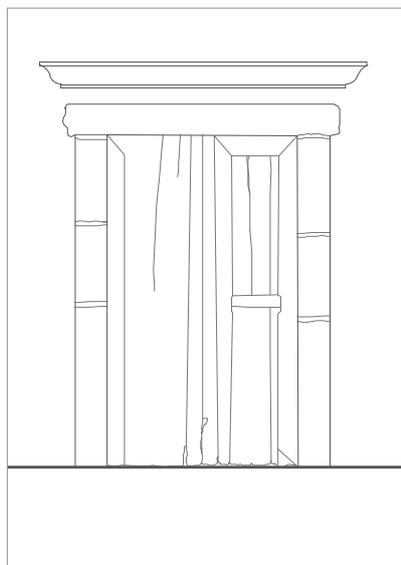
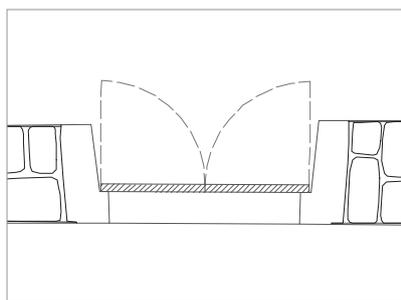


Fig. 32. Vão P24 (Capela)

Esc. 1:50

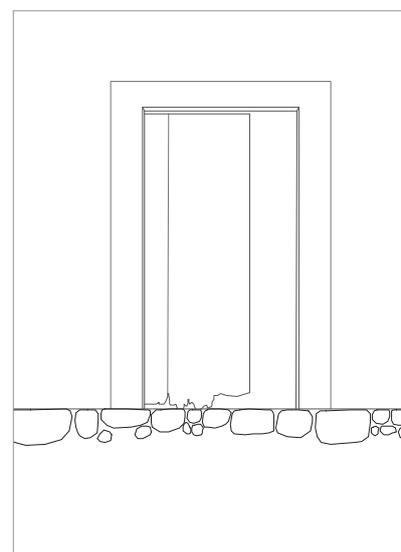
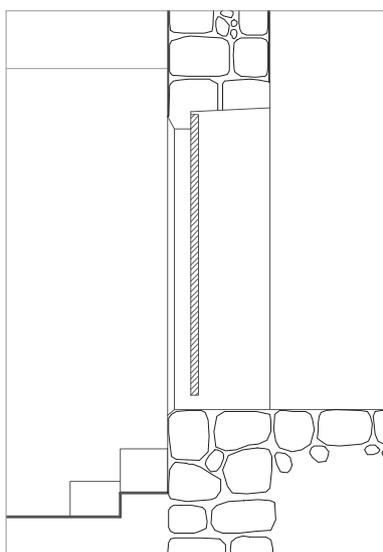
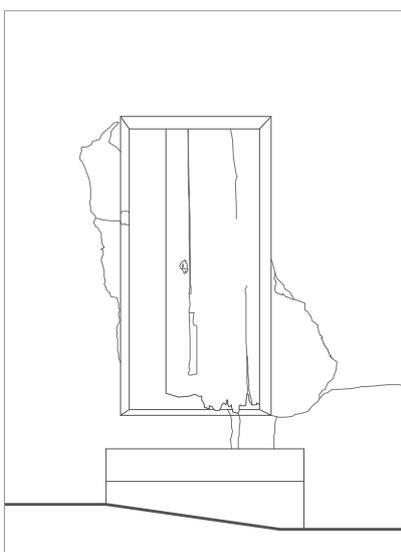
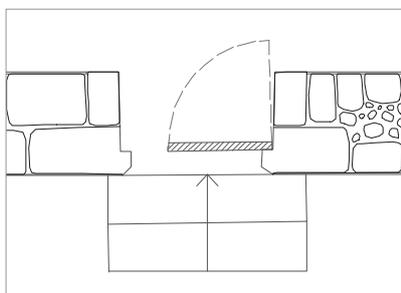


Fig. 33. Vão P23 (Capela)

Esc. 1:50

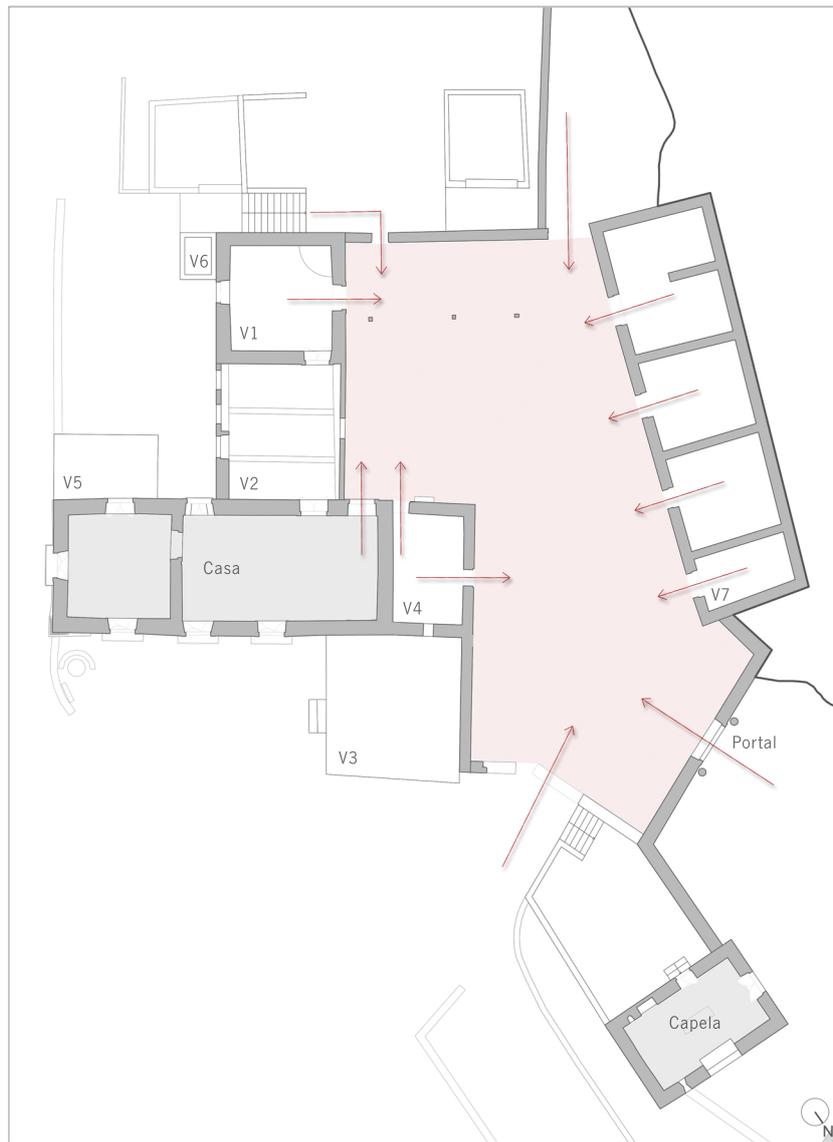


Fig. 34. Planta esquemática do piso superior demonstrando o pátio e os seus acessos Esc. 1:400

Síntese do Estado Atual do Edificado

Com o propósito de caracterizar e fazer uma síntese do estado em que se encontra este objeto de estudo, optou-se por fazer uma descrição de cada parte constituinte do mesmo. Para ser mais clara esta explicação, atribuiu-se um número a cada volume do conjunto para além da Casa e da Capela (Fig. 34). Foi adotado este método devido ao conjunto edificado ser claramente composto por vários volumes, facilmente identificados pelo exterior. Apesar do facto da sua grande maioria se encontrar devoluta, é possível identificar parte do seu programa devido, não só aos vestígios e marcas encontrados e às proporções de cada espaço e volume, mas também tendo como base relatos dos atuais proprietários que aqui viveram por curtos períodos de tempo durante a sua infância entre 1960 e 1980. Tendo sido essa a última vivência na casa, importa perceber como funcionava em termos programáticos.

Através dos desenhos resultantes do levantamento métrico, pode constatar-se que a pedra domina na generalidade como material de construção. Ela é maioritariamente empregue nas paredes, quer interiores, quer exteriores, e muros. Todas as paredes que restam são espessas, à exceção do piso superior do volume V2, sendo a mais estreita delas a do interior do piso superior da Casa com 57 cm. São construídas em alvenaria ordinária e usadas pedras de vários tamanhos e feitios no seu exterior, sendo que as mais pequenas fazem o seu enchimento. No interior do piso inferior da Casa é usada tinta de cal branca, enquanto que nos restantes volumes, quer no interior quer no exterior, à exceção das cortes para os animais (V4 e V7), é usado reboco com argamassa, do qual já só existem partes. Relativamente a esse aspeto, é o exterior da Capela e da Casa que ainda conserva uma boa parte desse revestimento. Relativamente às coberturas, o material usado na estrutura é a madeira, a qual é fechada por telha. Dessas coberturas só foram encontrados vestígios por terra, sendo que as da Casa e Capela foram renovadas, com os mesmos materiais, como já foi dito atrás.

O conjunto arquitetónico organiza-se a partir de um grande pátio delimitado pelos seus vários constituintes e por muros dispostos à sua volta. A partir dele é feito o acesso a todos os volumes. O portal de entrada que assinalava antigamente a entrada na propriedade, dá acesso precisamente a este pátio, antes de tudo o resto. Para além desse acesso principal, os restantes acessos dirigem-se também ao mesmo. A Casa atualmente tem a forma de um retângulo, já que só essa parte é coberta por um telhado. As outras partes adossadas, estão ora completamente sem cobertura (V1, V2, V4, V6, V7), ora apenas com parte da cobertura, já muito destruída (V5), e outra com uma cobertura improvisada (V3) (Fig. 34).

O muro que contém o portal de entrada original da Quinta caracteriza-se por possuir inflexão, indo de encontro à fachada da Capela. Este muro delimita a Norte o pátio e vai desde a Capela, mais a



Fig. 35. Portal de entrada da Quinta de São Miguel



Fig. 36. Escadas de acesso ao patamar da Capela, para a entrada lateral

Norte, até às cortes para os animais (V7), mais a Sul. Todo ele tem a mesma altura e é delimitado no topo por uma cornija em pedra. No nível superior, resta apenas um merlão do lado esquerdo de quem olha de fora para o portal. Do lado direito, no topo, há um pedaço coberto por vegetação, mas que possivelmente terá um outro merlão devido ao formato com que se encontra. De cada lado da entrada existe uma coluna em pedra com inscrições já citadas acima. Estas colunas vão até ao limite inferior da cornija, tendo uma altura ligeiramente menor que a do muro. Ao lado de cada coluna, no muro, estão também duas lápides de pedra com inscrições já citadas. No topo do portal permanece a pedra de armas da família do 9º morgado de São Miguel, Pedro Machado de Miranda. Restam apenas vestígios de madeira avermelhada dos caixilhos da antiga porta de entrada, presos às pedras laterais do portal (Fig. 35).

No limite mais a Norte do muro do Portal, localiza-se a pequena Capela de São Miguel. A sua planta é retangular e um dos seus lados de menor dimensão é o que vai de encontro ao muro, ficando um pouco saliente em relação a este. A entrada principal é nesse mesmo lado, dando para o exterior. Nesta entrada tem uma porta de madeira visivelmente gasta, com vegetação à sua frente. No topo tem cornija em pedra coberta com musgo. Para além dessa entrada, a capela possui uma entrada lateral, feita através do outro lado do muro (Fig. 36). O limite superior da capela é delimitado por uma cornija e sobre esta, ao centro da fachada principal, está o que sobrou de um arco em pedra para um sino. Toda a fachada, quer do exterior do muro, quer a que está voltada para o interior, está a 'descascar' e notam-se algumas áreas já totalmente descobertas, com a pedra à vista. Algumas partes estão também cobertas com vegetação. A Capela possui duas janelas, ambas na lateral maior a norte, e são completamente diferentes em termos de formato e tamanho. A maior situa-se ao centro e o seu desenho é em arco quebrado, e a mais pequena posiciona-se junto da extremidade a Este, permitindo a entrada de luz para o local do altar. Esta Capela tem também dois túmulos, um sob a janela central e outro sob o piso.

No limite mais a Sul do muro do Portal está um volume retangular que contém quatro cortes para animais divididas por paredes de pedra (V7). As respetivas aberturas estão voltadas para o pátio. O interior destas cortes está com muita vegetação o que torna difícil a entrada. Este volume tem emparelhamentos diferentes da pedra e contém pedras muito diferentes umas das outras. No outro extremo deste volume, a Sul, existe um outro acesso, atualmente inacessível e inutilizado devido à vegetação abundante, com um muro a delimitá-lo a Sudeste (Fig. 37).

Existe outra corte adossada ao volume da Casa, a Noroeste desta, e em frente ao portal de entrada (V4). Esta corte tem duas entradas, uma para Noroeste e outra para Sul, dando ambas para o pátio. O seu interior tem o chão coberto de restos de materiais, possivelmente do telhado da mesma,



Fig. 37. O acesso secundário ao pátio, à esquerda, e o V7, à direita.



Fig. 38. O V4, à esquerda, e a entrada para o piso superior da Casa, à direita.

já inexistente, e alguma vegetação. Este volume para além de estar adossado à casa, está também adossado ao volume V3, formando estes três volumes um 'L' em planta. No seu exterior a pedra está visível, havendo vestígios do reboco que outrora teve (Fig. 38).

O volume V3 está adossado à casa a Norte e tem apenas uma entrada a Este. Está implantada a uma cota ligeiramente superior à da casa (0.4m) e a porta de entrada tem dois degraus de pedra no seu exterior para possibilitar a entrada (Fig. 39). O emparelhamento da pedra é muito tosco. No seu interior, apenas há um lagar e é chamada hoje de 'Adega de Fora' por só ter acesso pelo exterior da casa. Este volume antigamente tinha ligação com o interior da Casa devido à existência de uma abertura de uma porta, hoje encerrada. Essa abertura não está ao nível de nenhum dos dois atuais pisos da Casa, situando-se entre eles (Fig. 40).

O volume da casa é o mais bem conservado. No entanto, quer no exterior, quer no interior, encontra-se a 'descascar' como a Capela. Nas várias zonas sem o reboco nota-se o emparelhamento tosco e o uso de pedras de diversos tamanhos. Este volume tem planta retangular e possui dois pisos sem ligação entre si. Por ser o maior e mais alto, sobressai do conjunto. As suas paredes de pedra são muito espessas, com algumas partes a atingir os 0.9m. No interior do piso térreo existem duas áreas distintas separadas por uma parede com essa mesma espessura. O espaço a Noroeste é usado hoje como adega principal e tem dois lagares juntos em pedra bem como utensílios de todo o género, é maior e tem uma porta entaipada que dá para outra área adossada à casa a Sudoeste (V2). Para aceder a essa abertura, existem quatro degraus em pedra. Este espaço acomoda normalmente dois tratores. O outro espaço é usado para arrumação de vários utensílios agrícolas e tem uma janela entaipada virada a Sudeste. Em cada uma destas áreas existe uma ligação para o exterior através de uma porta virada para Nordeste. Na extremidade mais a Sul encosta-se o V5. No piso superior da Casa, existem também duas áreas separadas por uma parede mais delgada com cerca de 0.57m com uma abertura. A área maior, corresponde ao que terá sido um corredor e três quartos e a menor a uma sala. Nesta sala, existem duas janelas com varandim, uma virada para Nordeste e outra para Sudeste, como também uma porta que fazia ligação à parte superior do V5, hoje inexistente. No espaço de maiores dimensões, para além de parte da porta entaipada que antigamente fazia ligação com o V3, é por onde é feita a entrada para este piso superior, a Sudoeste, com acesso direto para o pátio. Tem também ligação com o V2 para o antigo corredor. Nesta área existem também duas janelas com varandim, iguais às da sala, viradas a Nordeste e uma janela com 'namoradeiras' virada a Sudoeste. No exterior da Casa, no piso térreo, junto à entrada do V3, foram encontrados restos em pedra do que parece ter sido um corrimão (Fig. 41).



Fig. 39. A Casa, à esquerda, o V3 ao seu lado direito, e a Capela.

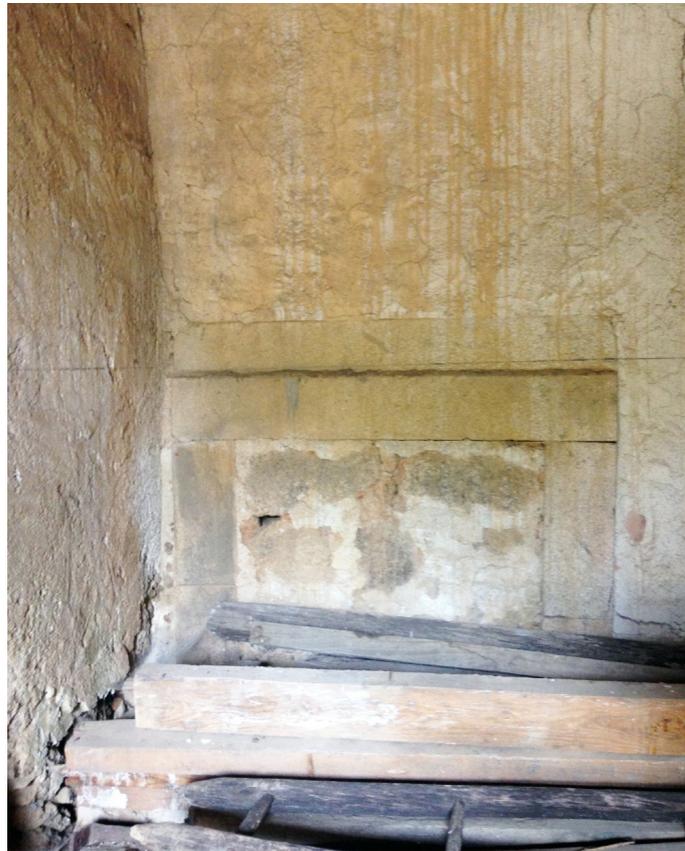


Fig. 40. Porta encerrada entre o V3 e a Casa.

A parte superior do V5 foi um quarto e dele já só restam vestígios do telhado que caiu. O V5, para além da ligação que tinha com o piso superior da casa, tem uma porta, no piso inferior, que dá acesso ao exterior virado a Noroeste. Esse espaço foi usado como arrumo, estando hoje sem uso e com vegetação no interior. Tem também uma pequena abertura virada a Sudoeste (Fig. 42).

O V2 possuía também dois pisos, mas quer o telhado do piso térreo, quer o do piso superior caíram. Este volume tem então ligação direta com a Casa nos dois pisos devido à existência de duas portas, uma em cada piso, apesar de não poderem ser usadas hoje. No piso inferior existe uma pequena abertura para Sudeste e no superior três janelas idênticas também para Sudeste. Neste volume, a parede adossada à casa até ao final da primeira das três janelas, é mais espessa e idêntica às paredes da casa, enquanto que a restante é mais fina e tem uma linguagem diferente relativamente à pedra e ao seu emparelhamento. No piso superior há também uma janela para o lado oposto, a Noroeste, para o pátio. Este volume é adossado a outro a sul com a mesma largura, mas comprimento diferente (V1). A ligação entre ambos é feita através de uma porta no mesmo alinhamento da porta que permite o acesso do volume da Casa ao V2. Nesse enfiamento, existiu um corredor, que ligava a Casa ao V1 e que dava acesso também a uma sala de jantar e um quarto, ambos no piso superior do V2. O piso inferior seria usado em conjunto com a adega principal para arrumação (Fig. 43).

O V1, de forma quadrangular, também sem telhado e com restos do mesmo no chão do seu interior, para além da porta para o volume anteriormente descrito (V2), tem uma porta para o exterior virada a Noroeste, para o pátio, e outra para Sudeste. Para além dessas aberturas, não possui mais nenhuma e as suas paredes têm uma espessura e aspeto semelhantes aos da Casa. A porta virada a Sudeste, faz ligação com o topo de um volume de mínimas dimensões (V6), o qual não tem cobertura. Esta porta denuncia a existência de um acrescento neste piso, correspondente ao piso superior do V6, hoje inexistente. O V1 era antigamente a cozinha da Casa (Figs. 43, 44).

Do limite mais a Sudoeste do V1 parte um muro que delimita o pátio e o encerra, indo de encontro ao outro acesso já referido antes, cercado com vegetação. Nesse muro há também uma abertura que possibilita o acesso da cota inferior do complexo ao pátio através de umas escadas ao lado do V1. As mesmas escadas têm dois tanques com água a diferentes cotas, a Sul (Fig. 44).



Fig. 41. A Casa e o V3 à direita.



Fig. 42. O V5, à direita em baixo, adossado à Casa. Do lado esquerdo, o V2..



Fig. 43. O V1, à esquerda em cima, o V6 em baixo e o V2 à direita.



Fig. 44. As escadas de acesso ao nível do pátio. À esquerda os tanques e à direita o V1 e o V6 em baixo.

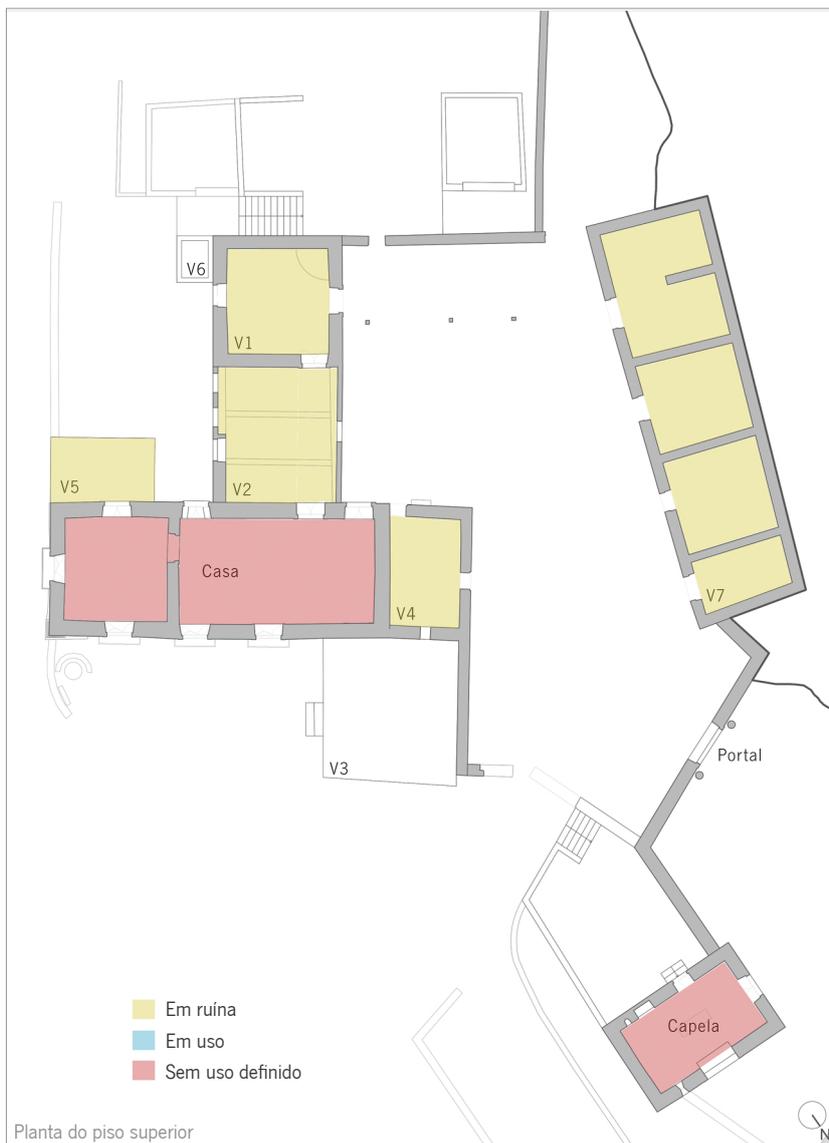
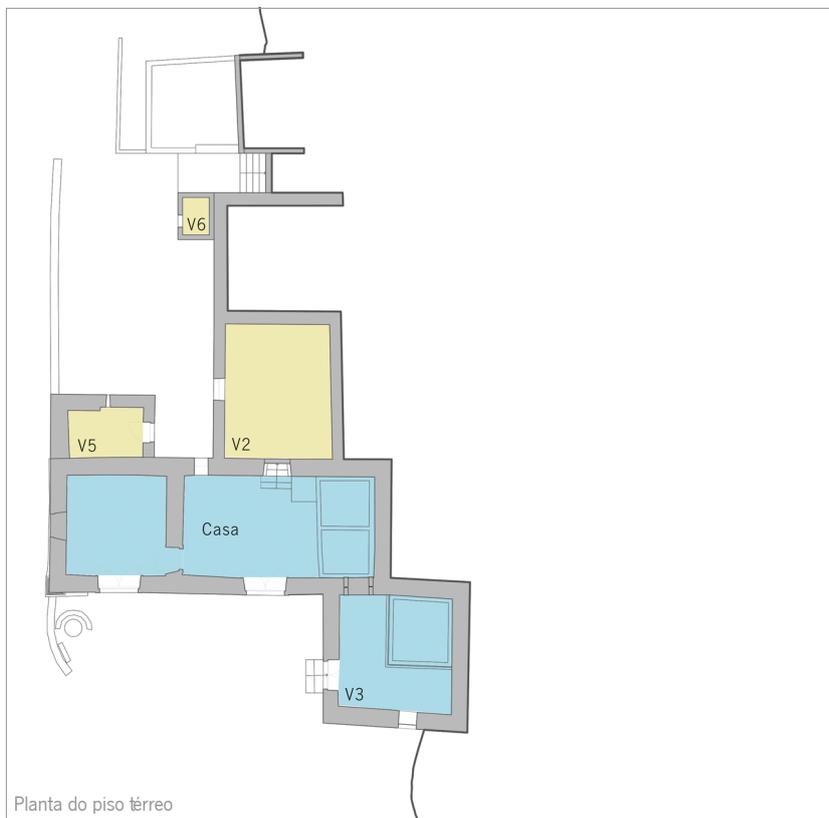
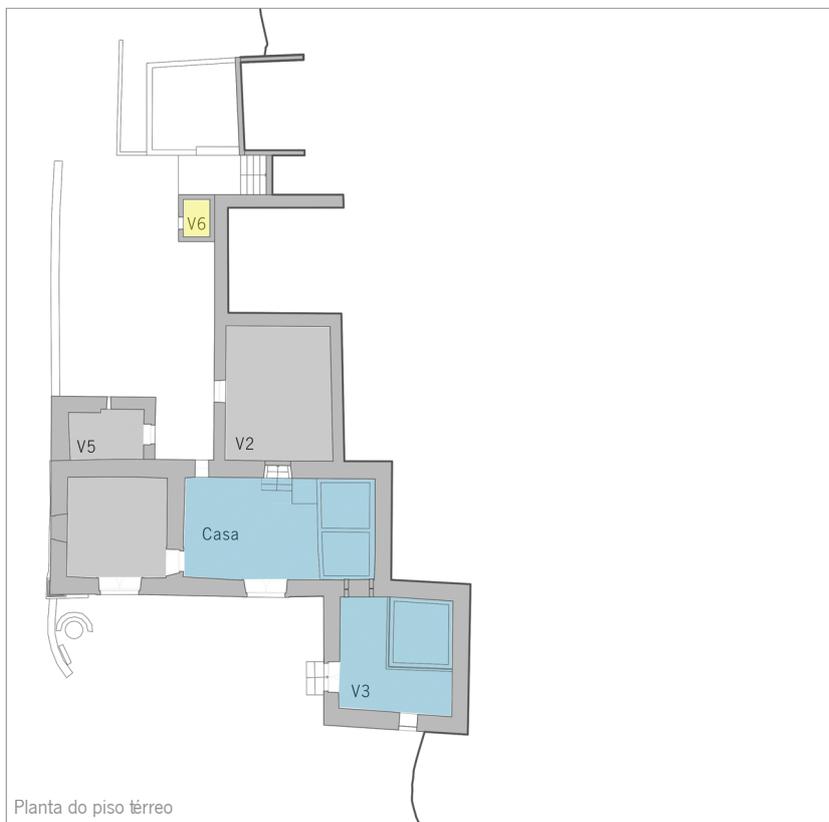
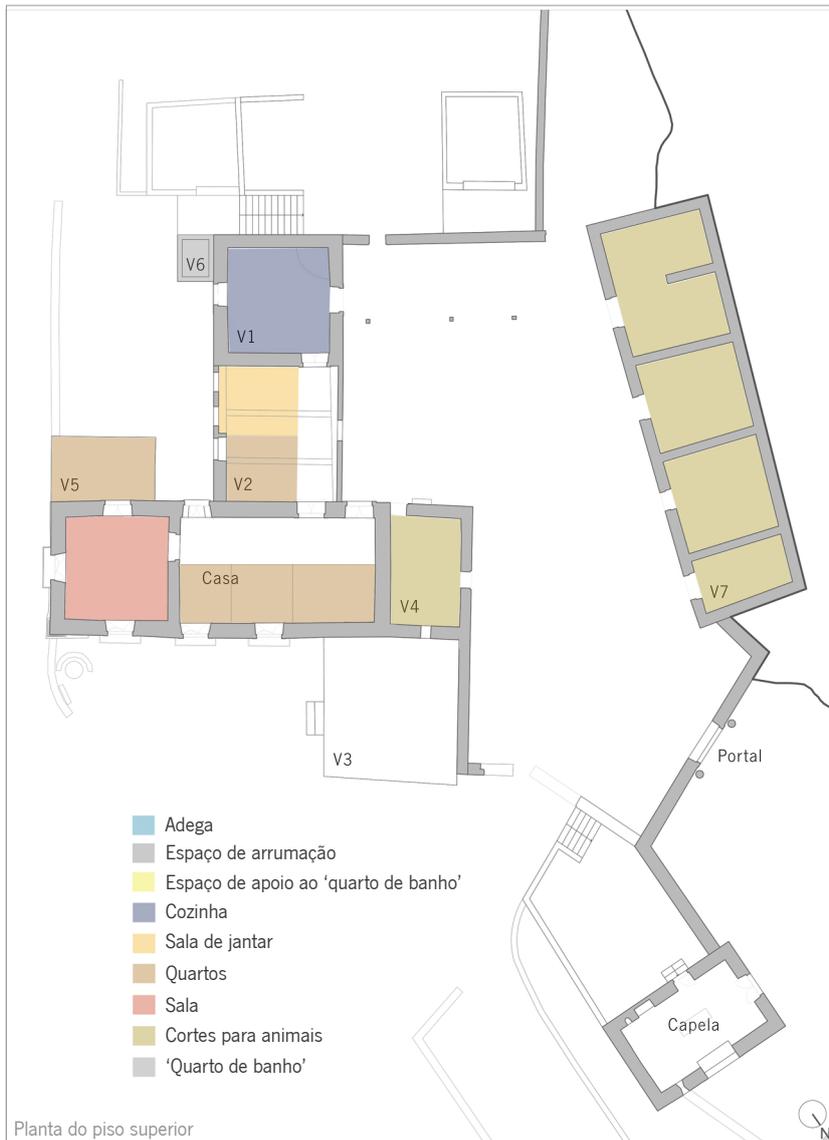


Fig. 45. Plantas esquemáticas com a identificação dos espaços em ruína, em uso e sem uso definido Esc. 1:400



Planta do piso térreo



Planta do piso superior

Fig. 46. Plantas esquemáticas com a identificação do programa antes do abandono. Esc. 1:400

CAPÍTULO II | **Do Objeto à Interpretação**

Método Interpretativo

FASE 1 – A origem do Conjunto Edificado (até ao séc. XVI)

FASE 2 – A cabeça do Morgadio de São Miguel (séc. XVII – XIX)

FASE 3 – O período pós-Morgadio (séc. XX – XXI)

Síntese Cronológica

Método Interpretativo

Concluída a primeira parte desta dissertação, interessa nesta segunda fase, através de um trabalho de interpretação, análise e especulação, produzir uma narrativa histórica sobre o objeto de estudo. Esse trabalho teve por base o cruzamento de todos os dados expostos anteriormente bem como o contexto histórico-artístico e sociopolítico português para ser possível o enquadramento de cada momento edificativo. Para complementar, foi usada a comparação com casos semelhantes para perceber características tipológicas e morfológicas de cada época e, assim, ser mais fundamentada a linha cronológica que ilustra as várias fases construtivas da Casa de São Miguel.

Com este faseamento pretende-se demonstrar que a forma como este objeto se apresenta hoje decorre de um palimpsesto estratigráfico por acumulação e subtração de componentes estruturais e construtivos. Este conhecimento torna-se indispensável para uma futura intervenção informada no objeto edificado visto que se trata de um registo arqueológico de uma história com vários tempos.

Foram identificadas três fases construtivas denominadas por: **'A origem do Conjunto Edificado'** (até ao séc. XVI), **'A cabeça do Morgadio de São Miguel'** (séc. XVII-XIX) e **'O período pós-Morgadio'** (séc. XX-XXI). Devido à ambiguidade e escassez de algumas informações, poderá haver fases em que serão apresentadas várias hipóteses paralelas. Têm-se também a consciência de que esta investigação é uma conjectura possível e não linear, aberta a futuras interpretações e novos estudos propositivos sobre este caso de estudo. Para a apresentação de cada fase propõe-se uma metodologia assente no seu **Enquadramento, Observação e Interpretação e Comparação**. Relativamente ao **'Enquadramento'**, procurou-se integrar essa fase do objeto numa história mais abrangente, referindo aspetos políticos, sociais, envolvidos, ou paradigmas relevantes para o objeto em estudo. Na **'Observação'** analisa-se o objeto através dos desenhos resultantes do levantamento métrico bem como das fotografias. Esta análise terá em conta o aparelho e espessura das paredes, a estereotomia, a volumetria, os processos e técnicas construtivas, e a linguagem arquitetónica dos elementos. Através desta observação pretende-se identificar emendas, recortes e remates e qualquer marca notável. Por fim a **'Interpretação e Comparação'** visa fazer uma síntese reconstrutiva mais aprofundada do objeto, descrevendo cada fase, tendo como base todo o material apresentado até aí e aspetos relativos à evolução do modelo da casa nobre em Portugal, juntamente com a comparação com outros casos de contextos semelhantes, morfo-tipológicos ou cronológicos. Na 3ª Fase, não será utilizado este método, sendo apresentada apenas uma síntese, visto que foram realizadas alterações mínimas que não o justificavam.

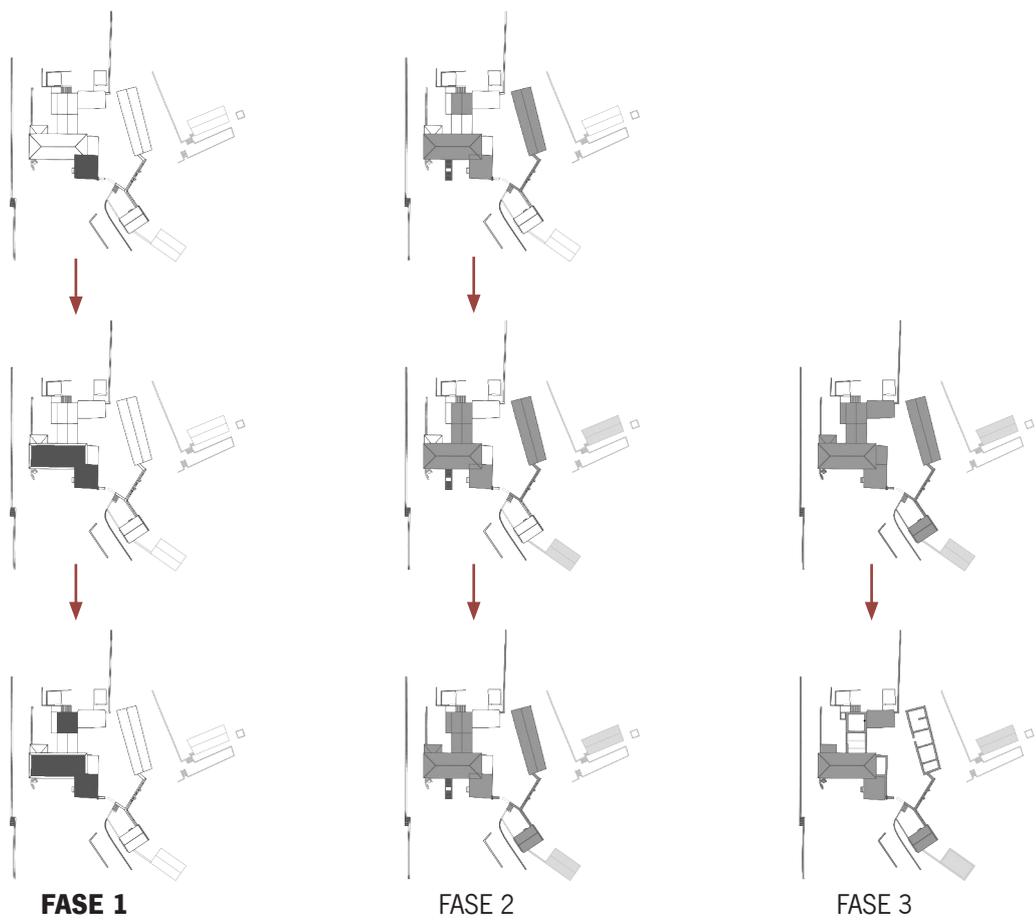


Fig. 47. Esquema evolutivo - FASE 1

FASE 1 – A origem do Conjunto Edificado (até ao século XVI)

Enquadramento

No período que antecede o século XII, a Península Ibérica foi marcada pela instabilidade política causada pelo colapso do Império Visigodo, e consequente domínio árabe em 711, que perdurou até 1492 no Sul. Os muçulmanos não conseguiram, no entanto, ocupar a Zona Norte (Astúrias) devido à resistência de muitos refugiados cristãos, que iniciaram um processo de reconquista do território perdido.⁵¹ Em Portugal, o processo da Reconquista Cristã terminou com a conquista definitiva da cidade de Faro em 1249. Já no decorrer do século XI os territórios cristãos estavam divididos pelo reino de Castela e Navarra, o reino de Leão e Astúrias e o reino de Galiza que incluía o território do futuro Condado Portucalense.⁵² Inicialmente, o Condado compreendia a região de Entre-Douro-e-Minho, desde a linha do Rio Minho, a norte, até à linha do Rio Mondego, a Sul. Durante o processo de Reconquista, os limites territoriais não estavam bem definidos e, por isso, vivia-se num ambiente de incerteza e inconstância.

Para assegurar as terras que iam sendo conquistadas foram necessárias medidas para unificar o reino através de estruturas capazes de ocupar e defender o território, fixando as suas fronteiras. Com esse propósito, o rei estabeleceu laços com a nobreza e o clero para o auxiliarem na defesa, na administração do território e no repovoamento das regiões. Como recompensa, ofereceu-lhes terras (senhorios), para garantirem a sua defesa permanente e promoverem o seu desenvolvimento económico.⁵³ Os senhores destas vastas propriedades tinham um estatuto privilegiado e tinham o dever de as tornar auto-suficientes produzindo o que era necessário ao senhor e à restante população que as habitava. Eram estabelecidos contratos entre os senhores e os camponeses, nos quais constava que, estes últimos, deviam obediência, trabalho e impostos aos senhores, em troca da sua proteção.⁵⁴ Este modelo desenvolveu-se maioritariamente no Norte de Portugal, como a principal forma de apropriação das terras conquistadas, e perdurou até ao final da Idade Média.

A instabilidade durante o processo da Reconquista Cristã levou ao desenvolvimento do que se denomina Arquitetura Românica. Esta arquitetura ‘fortificada’, contida e robusta tinha como principal função resistir a qualquer ataque e invasão, possuindo, por isso, paredes de pedra de considerável espessura e aberturas de dimensão muito reduzida. À medida que se avançava para Sul, foram então construídos castelos, fortificações, torres, igrejas e mosteiros, com estas características, de modo a fixar e proteger o território. É neste quadro que surgem as *domus fortis*, residências fortificadas que adotam a

51 MATTOSO et al (1992), p. 418-419

52 Ibidem, p. 536

53 Ibidem, p. 165-166

54 Ibidem, p. 171

forma de torre e que podem possuir ou não construções anexas. Na Quinta de São Miguel, a construção do seu conjunto edificado pode ter tido origem neste tipo de construção, com a construção do volume V3, caso este tenha efetivamente sido uma torre.

É no século XII que o Condado Portucalense se torna independente, cujo reconhecimento se deu oficialmente em 1143.⁵⁵ Foi durante a segunda metade do século XII que a Reconquista permitiu a unificação do território norte, mais estável, com o território sul, com a conquista de Lisboa em 1147.⁵⁶ Em 1169, a linha da fronteira entre o Minho e a Galiza foi definitivamente estabelecida, e em 1297, são fixadas definitivamente as fronteiras entre Portugal e Castela.

Posteriormente, o século XIV ficou marcado por vários acontecimentos que contribuíram para um ambiente de crise. A Peste Negra, as Guerras Fernandinas, o período de Interregno com a morte de D. Fernando I e subjacentes períodos de fome contribuíram para um colapso demográfico e uma instabilidade política e militar.⁵⁷ Após todo este cenário, o início do século XV foi um ponto de viragem para Portugal devido aos Descobrimentos, promovendo uma evolução económica e social do país. Os ganhos do comércio de especiarias sustentaram um estilo muito ornamentado que mais tarde foi designado de Manuelino.⁵⁸

No final do século XV, as influências clássicas chegaram a Portugal, encontrando, no entanto, resistência, devido ao Manuelino.⁵⁹ O Renascimento vai-se afirmando aos poucos, de modo experimental e isolado, provocando uma mudança cultural.⁶⁰ Este surge a partir da redescoberta e revalorização dos modelos culturais clássicos, enfatizando a proporção, a simetria e a geometria. Em Portugal, a expressão deste movimento é mais notável na segunda metade do século XVI. Foi também em finais do século XV que as residências nobres foram sofrendo renovações, onde as antigas *domus fortis* e respetivas torres foram reutilizadas e também foram construídas novas torres, utilizando essa tipologia como símbolo de fidalguia.⁶¹ Em São Miguel, outra hipótese é o volume V3 e a Casa terem sido construídos nesta altura.

Apesar da arte renascentista italiana ter influenciado as novas construções a partir da segunda década de Quinhentos em Portugal, no caso da arquitetura doméstica, ela continuou a ser muito conservadora e a possuir características da casa medieval tradicional. Os construtores e arquitetos começaram por usar este estilo apenas como ornamentação. Na Quinta de São Miguel é compreensível

55 Ibidem, p. 54

56 Ibidem, p. 75

57 Ibidem, p. 95

58 MAGALHÃES et al. (1993), p. 429-430

59 MAGALHÃES et al (1993), p.436

60 Ibidem, p. 449

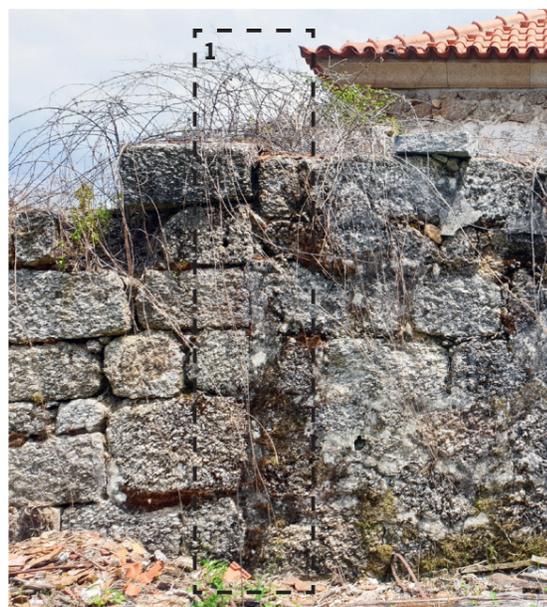
61 CARITA (2015), p. 28

portanto que estas influências não se tenham materializado, já que a mesma se situa num meio rural, onde a permeabilidade dessas novas influências é menor. Devido ao facto de esta fase estar representada hoje por elementos já muito alterados e incompletos, é importante analisar o conjunto tendo também como base aspetos característicos da casa nobre desta época.

Observação

Através dos desenhos do levantamento métrico consegue observar-se que o volume V3 é um elemento autónomo, quer estrutural quer formalmente, em relação à Casa. Nos alçados Sudeste e Nordeste pode verificar-se a diferença de cota entre a implantação deste volume e da Casa de aproximadamente 0.4m (Figs. 48, 49). Em planta pode também perceber-se a distinção em termos de volumetria entre estes dois corpos. Para além do facto de não terem ligação interna, através do alçado Nordeste é possível ler-se a desconexão do aparelho do pano da parede comum ao volume da Casa e ao V3, em relação às restantes paredes da Casa. Essa desconexão verifica-se com mais clareza no alçado interior da Casa, no Corte BB', onde se vê que a parede do volume da Casa é saliente em relação ao V3 e vai de encontro a ele (Figs. 49,50). Verifica-se também uma continuidade do aparelho entre essa parede comum e as restantes paredes do V3, o que sugere que este tenha sido o primeiro volume do conjunto a ser construído. Essa continuidade do aparelho estende-se até ao limite superior da Casa, sugerindo que seria, pelo menos, da mesma altura. A cornija que delimita o piso superior da Casa é interrompido nesta parede comum, reforçando essa ideia. É nessa mesma parede que se encontra uma abertura correspondente a uma antiga porta, hoje encerrada. Este momento de ligação entre os dois volumes poderá ter existido nesta fase proposta mas tem uma linguagem que evidencia alterações posteriores. Como se pode verificar em planta, a espessura das paredes do volume V3 é idêntica à das da Casa; no entanto, como a Casa possui paredes de 0.9m de espessura, a real dimensão das paredes desse volume não sobressai (Fig. 49). Este volume tem um formato quase quadrangular, com as medidas aproximadas de 7,65m por 7.90m pelo exterior e de 5.93m por 6.09m pelo interior, criando um espaço útil com cerca de 36m² de área.

Relativamente ao volume da Casa, a observação *in situ* sugere que este tenha sido posteriormente adossado ao volume V3 ainda durante esta fase, não só devido à porta encerrada existente entre eles, mas também devido à altura a que esta se encontra. Ao posicionar-se entre os dois pisos da Casa e mais elevada em relação ao piso térreo da Torre, esta abertura sugere que, anteriormente, o piso superior da Casa era mais baixo. No Corte BB' é possível ver vestígios da existência desse piso devido à presença de pequenas reentrâncias ao longo de toda a parede do piso inferior, que sugerem a existência de estruturas de suporte para vigas, e a altura a que se encontram corresponde à base da porta entaipada (Fig. 50). Na base da porta encontra-se também uma mísula. A linguagem dos vãos destes dois volumes é distinta evidenciando possivelmente tempos diferentes de construção. Verifica-se em planta, nomeadamente na planta do piso superior, que a espessura das paredes da cozinha (V1) é muito semelhante à das da Casa, sugerindo uma maior proximidade de épocas de construção (Fig. 51). Ao mesmo tempo, o emparelhamento dos silhares é idêntico, sendo este assente à cota do piso superior do volume da Casa.



LEGENDA:

1. Desconexão do aparelho do pano da parede
2. Encerramento de vão
3. Espessura da parede
4. Interrupção da cornija
5. Estereotomia diferente
6. Diferença de altura de implantação
7. Reentrâncias na parede evidenciando a existência de um piso
8. Localização da pedra encontrada na cozinha, hoje inexistente

	Nova construção
	Especulação - Nova construção
	Construção durante a fase anterior
	Especulação - Construção durante a fase anterior
	Levantamento Atual

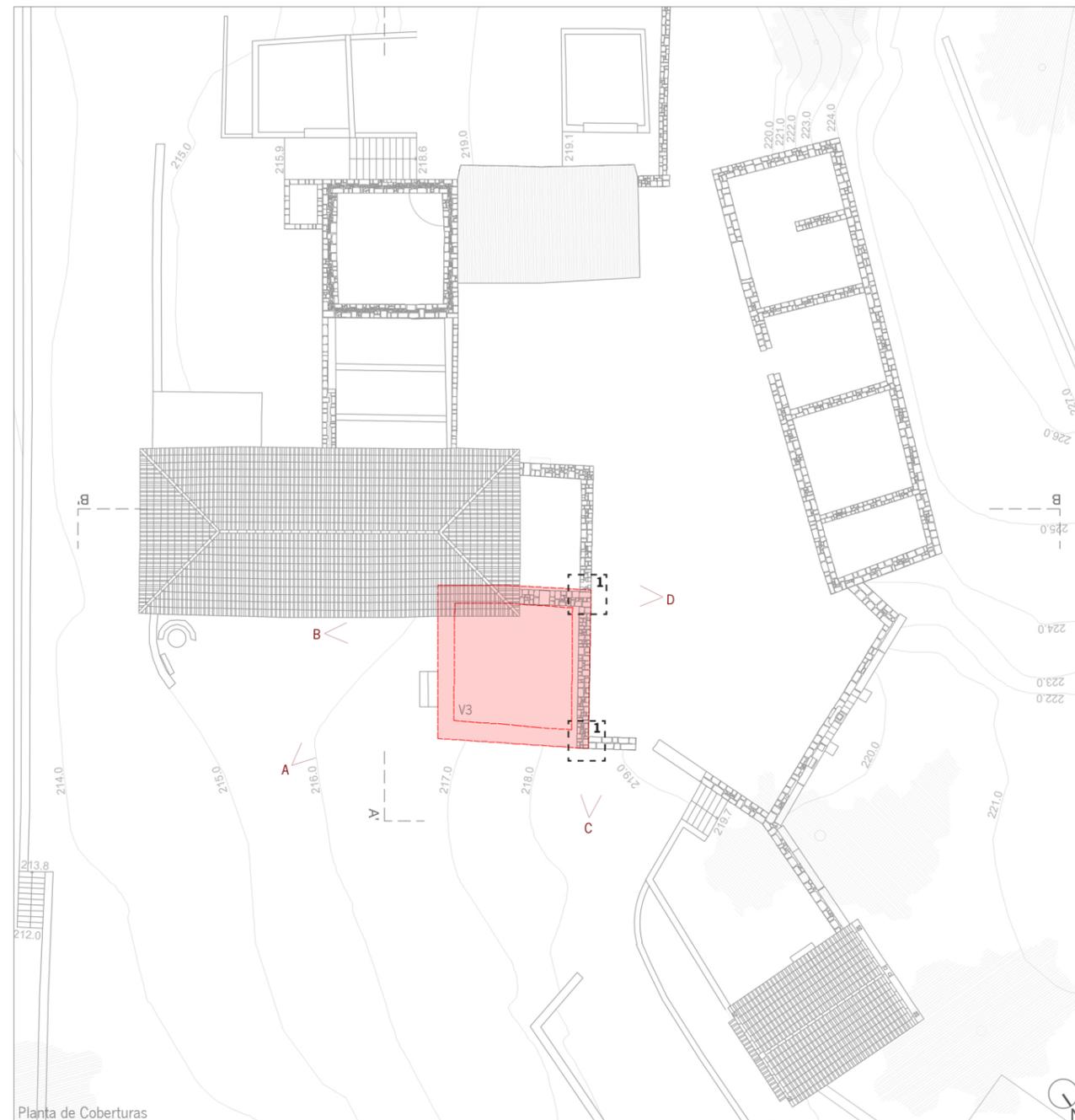


Fig. 48. Desenho 1 de análise da FASE 1 - Volume V3

Esc. 1:300

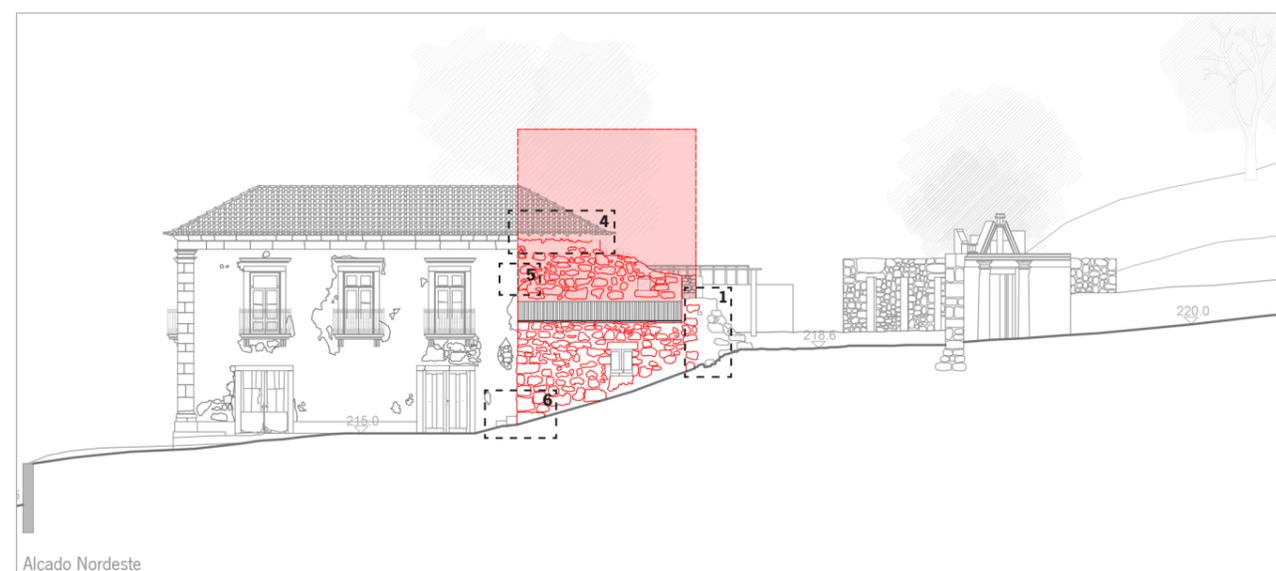


Fig. 49. Desenho 2 de análise da FASE 1 - Volume V3

Esc. 1:300



A



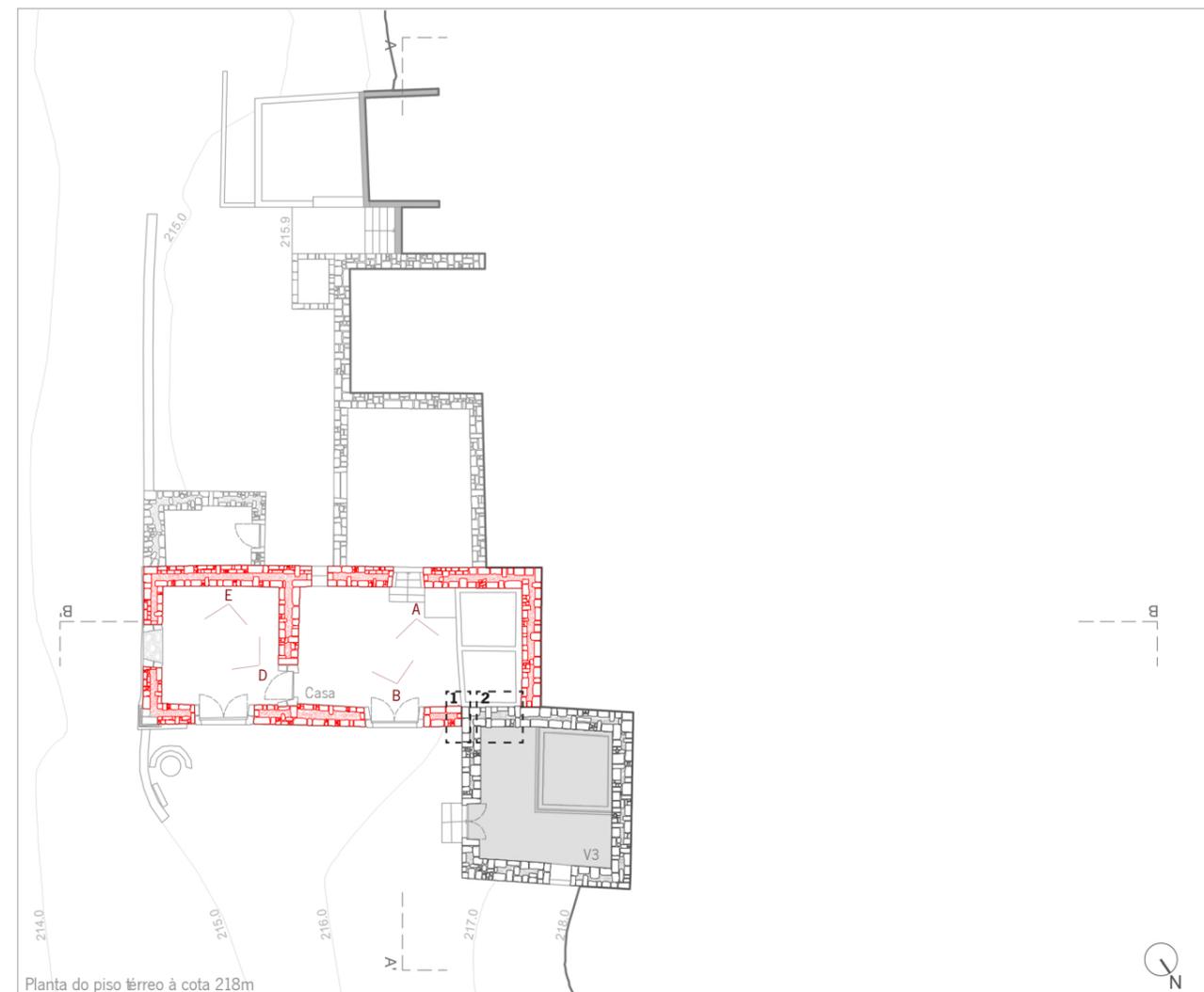
B



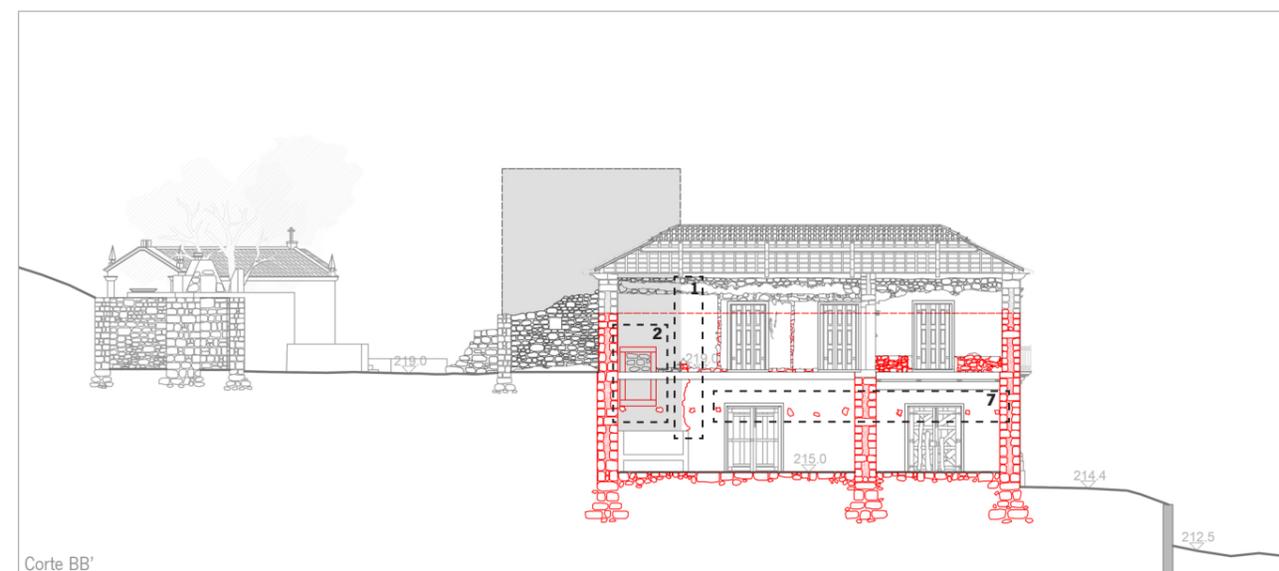
C



D



Planta do piso térreo à cota 218m



Corte BB'

Fig. 50. Desenho 3 de análise da FASE 1 - Anexo Residencial (Casa)

Esc. 1:300



A



B



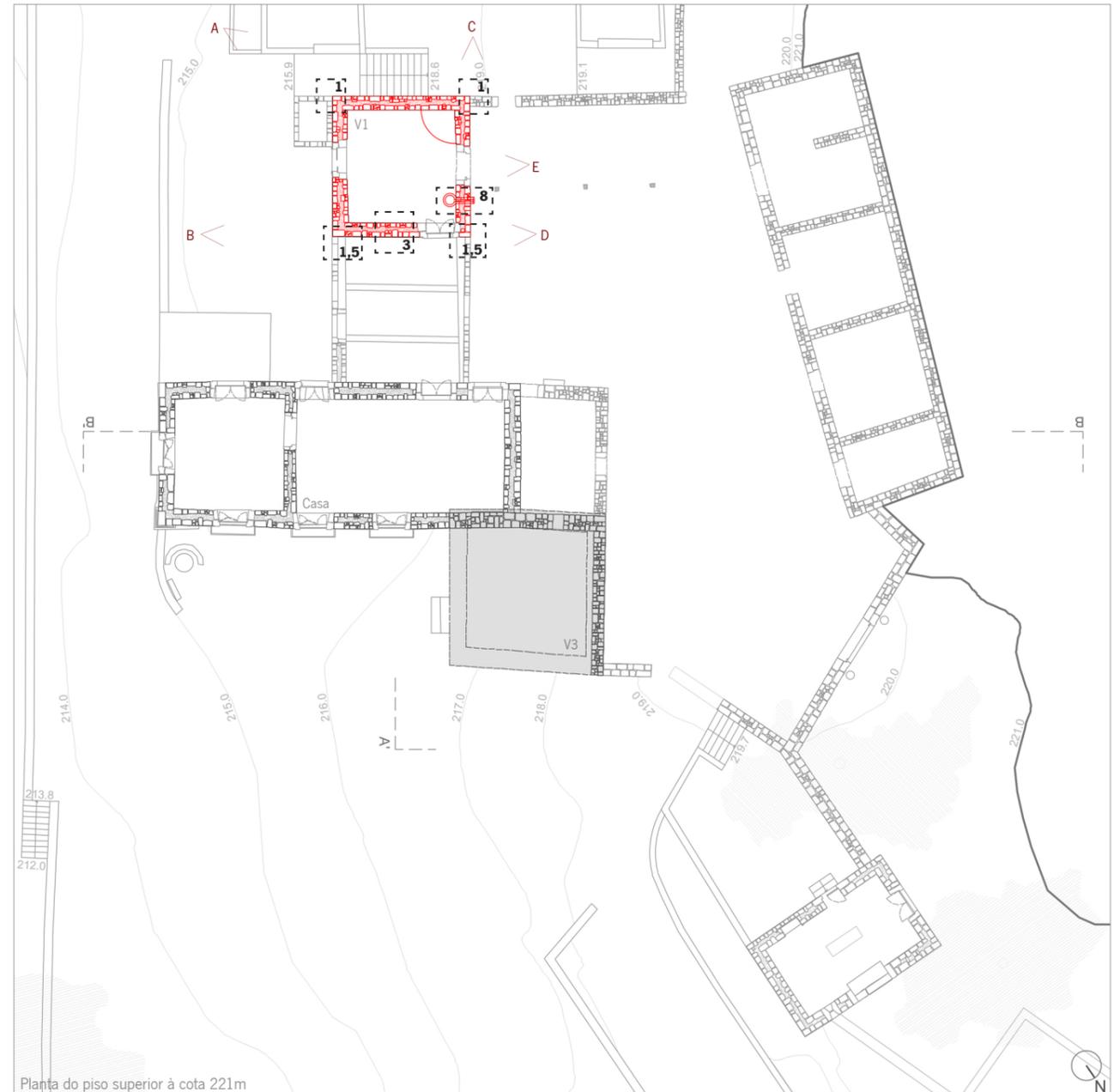
C



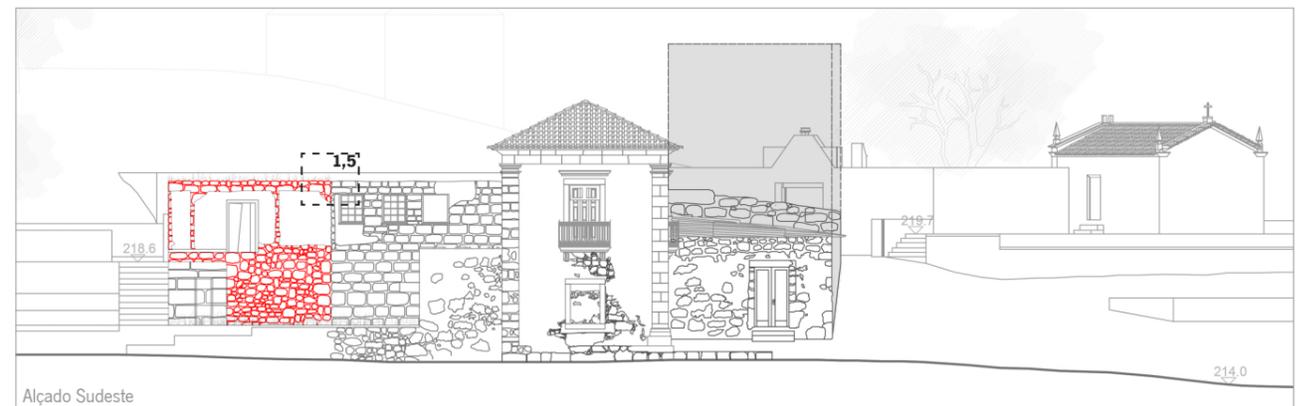
D



E



Planta do piso superior à cota 221m



Alçado Sudeste

Fig. 51. Desenho 4 de análise da Fase 1 - Cozinha (V1)

Esc. 1:300

Interpretação e Comparação

O século da construção dos primeiros elementos do conjunto edificado não é claro e, por esse motivo, optou-se por balizar apenas o término desta primeira fase. O século XVI surge pois precede o primeiro século com referências de edificação, e por isso, início da segunda fase proposta. Apesar de não existirem documentos que comprovem a existência do objeto neste período, foram tidos em conta os relatos da proprietária e do seu irmão bem como a análise realizada ao mesmo. Nuno Borges de Araújo ficou a saber, através dos pais, que o Padre Manuel da Conceição da Costa e Silva, proprietário desde fins do século XIX, mandou demolir parte de uma antiga torre que existiria no conjunto (o volume V3) para com as pedras construir uma corte para as suas ovelhas (o volume V4). A existência de uma torre só é comprovada por este testemunho e, não havendo outros registos que a referenciem, é necessário considerar também a hipótese de esta nunca ter existido. Desta fase existe apenas a referência à instituição do Morgadio em 1430 e à existência de uma Capela no mesmo local no séc. XII, em memória da qual foi construída a atual Capela de São Miguel, na transição entre o século XVII e XVIII⁶². No século XV, a Quinta de São Miguel, apesar de fazer parte do inventário do Morgadio, não era a cabeça do vínculo nem há registos de como se encontrava. Os momentos de edificação desta primeira fase são portanto uma incógnita e, devido sobretudo ao estado de degradação em que se encontra o conjunto e ao facto de alguns elementos se encontrarem muito incompletos, serão apresentadas várias interpretações possíveis/paralelas.

“Entre nós, a história da casa senhorial começa com a torre, e é no Norte, na região de Entre Douro e Minho - berço da nacionalidade -, onde vamos encontrar os primeiros exemplos deste tipo de construção, que tanta influência havia de exercer no ulterior desenvolvimento da casa portuguesa.”⁶³

Após a análise dos desenhos e a observação realizada ao objeto, o encastramento entre o volume V3 e o volume da Casa parece não existir, sugerindo que este último tenha sido posteriormente adossado ao V3. Perante este facto, é uma hipótese este conjunto ter sido fundado inicialmente como *casa-torre* com a construção do volume V3 (se este tiver sido uma torre) e posteriormente ter-lhe sido adossado um anexo residencial. As origens desta torre não são, no entanto, evidentes, podendo esta ter sido construída ainda no século XIII durante a Reconquista ou posteriormente, já em pleno século XV ou XVI, como um símbolo de prestígio, copiando este modelo de casa fortificada. Para esta hipótese ser confirmada será, no entanto, necessária uma observação arqueológica mais profunda ao volume V3,

62 GUIMARÃES (1931), p. 52

63 AZEVEDO (1988) p. 19

Monte do Sameiro

Monte da Penha



A

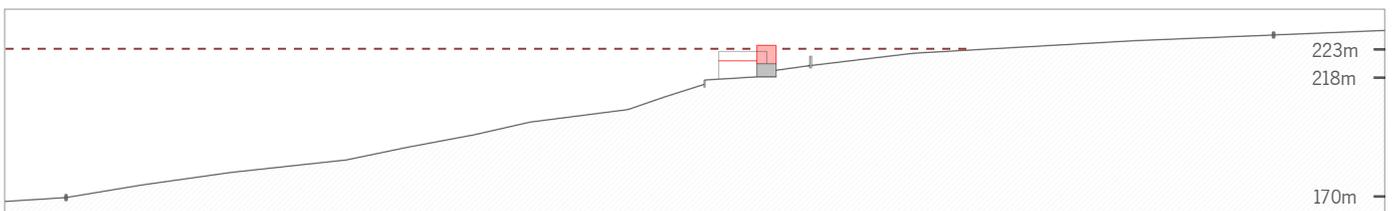


Fig. 52. Planta e secção pelo V3 com as linhas de água (a preto) e os alcances territoriais (a vermelho)

Esc. 1:3000

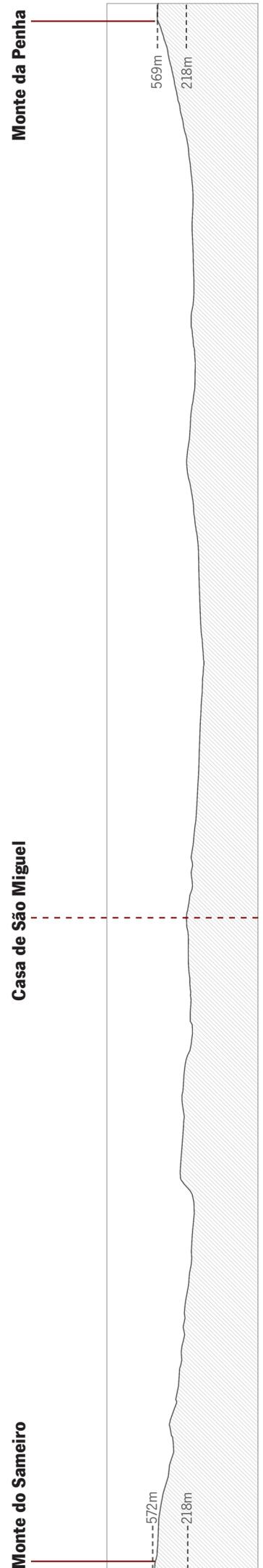
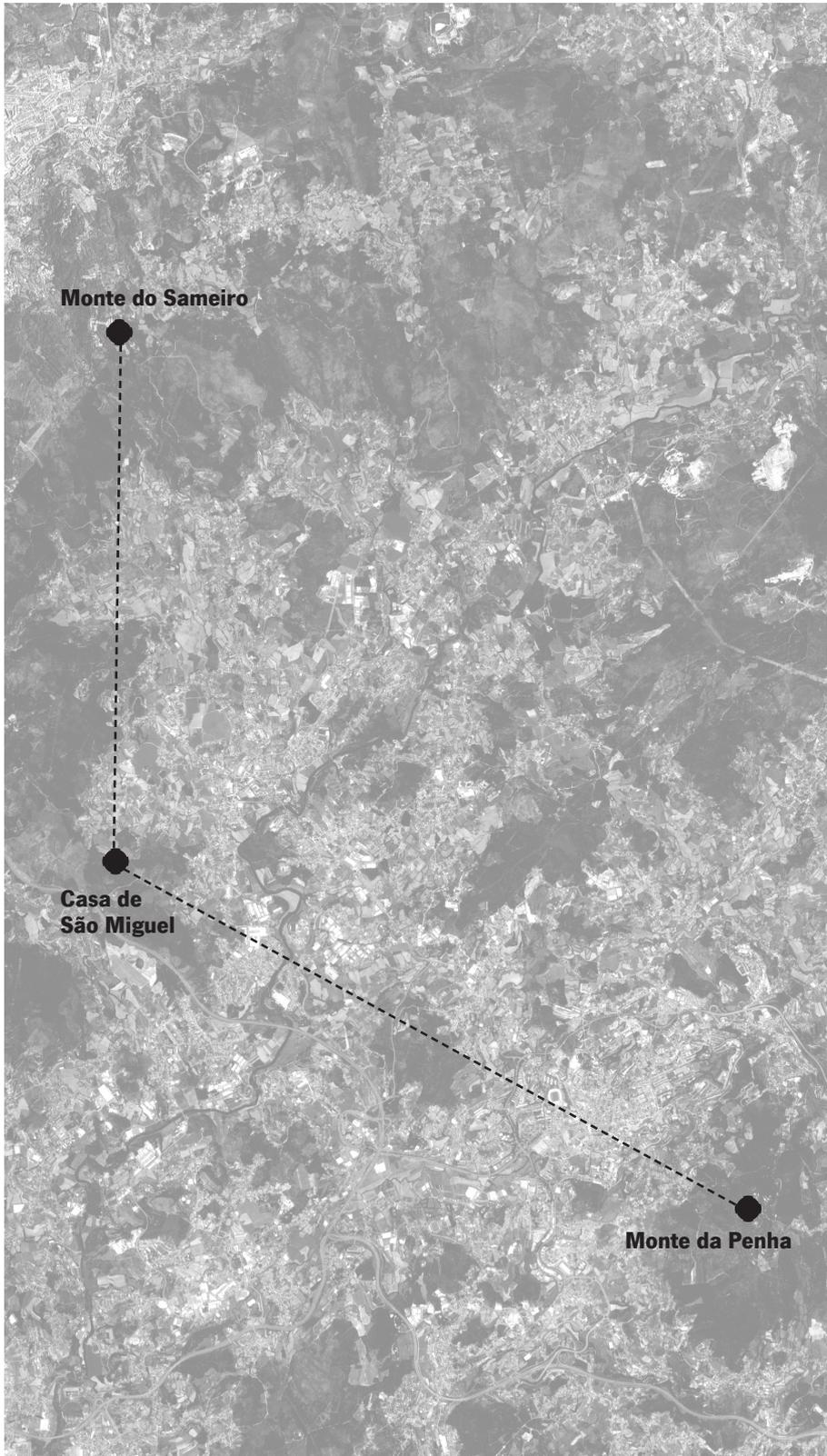


Fig. 53. Ortophotomapa com a localização do Conjunto Edificado de São Miguel em relação aos montes da Penha e do Sameiro e, à direita, secção demonstrando o relevo entre eles (Secção à escala 1:60000)

nomeadamente à sua estrutura e fundações.

A casa-torre ou *domus fortis* começou a difundir-se pelas paisagens rurais de toda a Europa nos finais do século XII.⁶⁴ Este modelo arquitetónico era composto por apenas uma torre que também poderia servir de residência, se as suas dimensões o permitissem, e ter outras construções contíguas com as quais comunicava.⁶⁵ Helder Carita refere que no Norte do país, “a torre acaba por se revelar o elemento estruturante e gerador das morfologias da casa senhorial que se vão edificando a partir do século XV.”⁶⁶ O formato da Torre era inspirado nas torres de menagem dos castelos medievais, de planta quadrangular ou retangular. Sendo a parte mais permanente e segura dos castelos, as torres de menagem eram também destinadas a habitação e distinguem-se das outras pelas suas maiores dimensões.

Durante o século XIII, em França, na região de Lorena, “62% das casas fortificadas optaram por vales agrícolas e pela proximidade de cursos de água”, “72% se implantam em locais com cotas inferiores a 250m” e “95% escolheram terrenos férteis, de aluvião”.⁶⁷ Segundo Mário Barroca, estes vetores são idênticos nas casas da mesma época no Entre-Douro-e-Minho.⁶⁸ No caso da Quinta de São Miguel, estes vetores também se verificam (Figs. 52). O autor afirma ainda que as *domus fortis* eram “implantadas sistematicamente em zonas de vale, onde a componente agrícola predomina, mas escolhendo nessas terras baixas e férteis, pequenas elevações para nelas se apoiarem”⁶⁹, o que se pode também constatar neste caso em estudo. “Concebida normalmente em pedra, e relevando uma preocupação de perenidade”⁷⁰, a casa-torre tornou-se num “bem de fortuna e um símbolo de domínio” ao localizar-se junto das terras dos seus senhores. As famílias nobres tendiam a fixar-se junto dos seus domínios, zelando por eles, à medida que o processo da Reconquista se consolidava.⁷¹ Apesar de inicialmente terem tido uma utilidade defensiva durante a Reconquista Cristã, posteriormente elas foram aproveitadas pela nobreza para ostentar o seu poder e prestígio.⁷² Após a Reconquista, a construção de novas torres estava dependente de autorização régia, tendo estas se tornado num “mero símbolo senhorial”.⁷³ Para além de se situar junto dos seus bens, a antiga possível torre de São Miguel permitiria um melhor alcance da vasta propriedade bem como do território circundante. Do último piso do V3, poderia ver-se com clareza, dois dos pontos mais altos de relevo vizinho - o Monte do Sameiro, em Braga, e o Monte da Penha, em Guimarães. Ainda hoje, do piso térreo de implantação da Casa, é possível avistar a cúpula do Santuário

64 BARROCA (1989) p. 12

65 AZEVEDO (1969), p. 22

66 CARITA (2015), p. 26

67 BARROCA (1989), p. 20

68 Ibidem

69 Ibidem, p. 19

70 BARROCA (1989), p. 12-13

71 BARROCA (1989), p. 16

72 AZEVEDO (1969), p. 21

73 Ibidem



Fig. 54. Torre de Refóios (Retirado de: <http://www.monumentos.gov.pt>)



Fig. 55. Torre de Dornelas (Retirado de: <http://www.monumentos.gov.pt>)



Fig. 56. Torre de Vila Verde ou de Dona Elvira (Retirado de: <http://www.monumentos.gov.pt>)



Fig. 57. Torre de Oriz (Retirado de: www.monumentos.gov.pt)



Fig. 58. Volume V3 (Fachada Sudeste)



Fig. 59. Volume V3 (Fachada Nordeste)

do Sameiro sobre o Monte do Sameiro e o Santuário da Penha, sobre o Monte da Penha (Figs. 52 e 53).

As torres da *domus fortis* são constituídas por “grossos muros”, geralmente com “2 ou 3 andares e a entrada alta acessível por escada de madeira móvel”, “possuem poucas aberturas e são coroadas de ameias”.⁷⁴ Uma possível explicação para a altura elevada da porta entre o V3 e a Casa, caso tenha sido construída numa época mais recuada, poderá ser o facto de esta estar precisamente à altura de uma possível antiga entrada na torre que seria alta por motivos de segurança. O V3, apesar de se encontrar muito incompleto, tem paredes com uma espessura considerável de 0.9m e as duas aberturas que possui são provavelmente posteriores devido ao seu formato e posicionamento na fachada. Relativamente à sua altura, terá tido dois ou três pisos já que seria, pelo menos, da altura atual da Casa devido à estereotomia semelhante da parede que é comum ao V3 e às restantes paredes deste volume. O aparelho utilizado no V3, recorrendo a fiadas relativamente irregulares, com silhares não muito bem aparelhados, pode verificar-se noutras torres, construídas a partir do século XIII, como a Torre de Refóios (séc. XIII), a Torre de Dornelas (séc. XIII), a Torre de Vila Verde ou de Dona Elvira (Baixa Idade Média), e a Torre de Oriz (séc. XIV) (Figs. 54, 55, 56 e 57).

A Torre de Refóios, em Ponte de Lima, Viana do Castelo, é uma das mais antigas torres conservadas, datando possivelmente do século XIII, segundo José Custódio da Silva.⁷⁵ Esta torre de planta quadrangular, é coroada de merlões quadrangulares e tem reduzida altura. Possui três pisos e a porta de entrada encontra-se a um nível elevado do solo. “O seu aparelho pseudo-isódomo e a inexistência de matacões” são indícios da sua construção datar do século XIII e não de época posterior⁷⁶ (Fig. 54).

A Torre de Dornelas em Amares, Braga, foi construída entre meados da segunda metade do século XIII e inícios do século XIV e tem planta praticamente quadrangular e três pisos.⁷⁷ As suas fachadas são em cantaria de granito de aparelho “pseudo-isódomo”, sem remates nem cobertura.⁷⁸ A Torre está implantada entre campos de cultivo, estando a fachada principal voltada para o vale, como acontece no caso em estudo (Fig. 55). Nesta torre e na de Refóios denota-se uma regularidade relativamente ao tamanho dos silhares que não se verifica no V3, podendo este facto indicar a sua construção posterior, já no século XV (Figs. 54, 55).

A Torre de Vila Verde ou de Dona Elvira em Vila Verde, Braga, tem também três pisos e a sua planta é quadrangular. Insere-se na orla de um pequeno núcleo rural junto a áreas agrícolas. O

74 AZEVEDO (1969), p. 23

75 SILVA (2002), p. 50

76 Ibidem, p. 51

77 SILVA (2019), p. 99

78 Consultado em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6963 (Acesso em 2/12/2019)

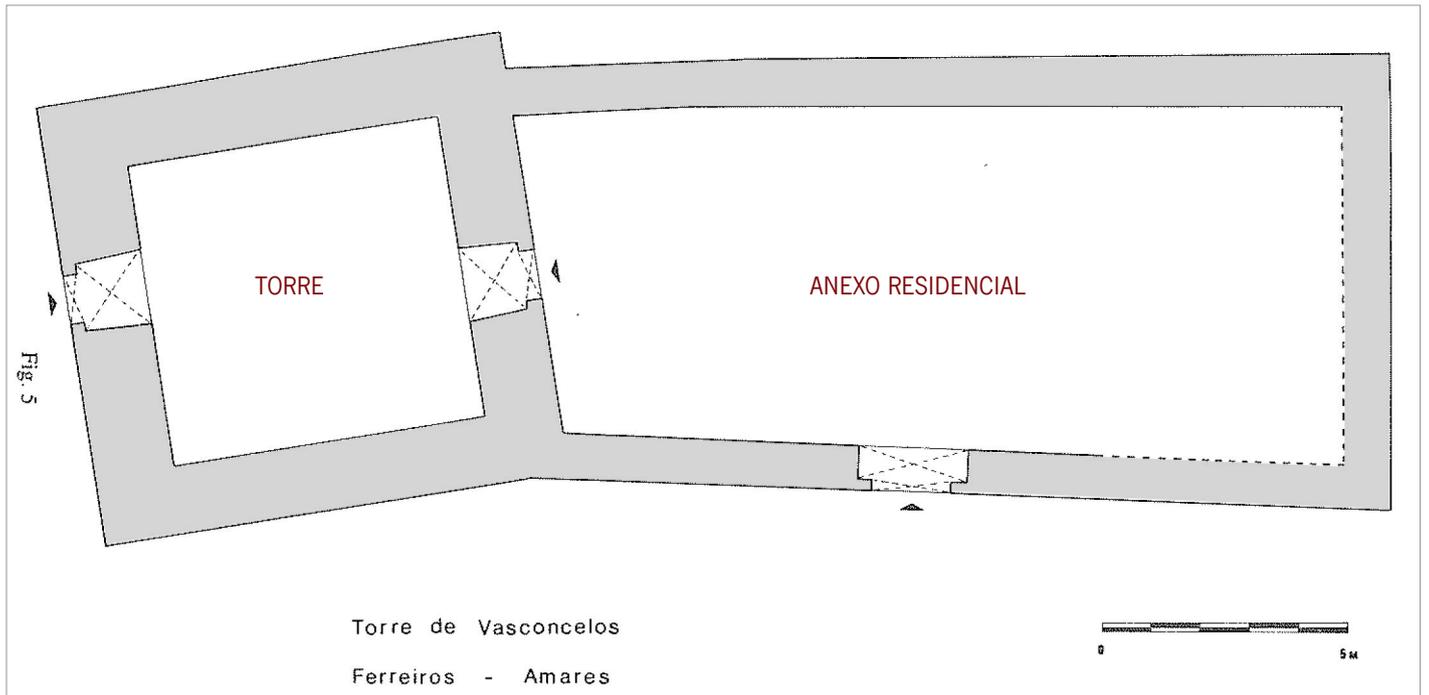


Fig. 60. Planta da Torre de Vasconcelos e do seu anexo residencial (Adaptado de: BARROCA (1989), p. 39)



Fig. 61. Planta do piso térreo do volume V3 e da Casa (Esc. 1:150)

seu aparelho é em silhares de granito esquadrados apenas nos cunhais e vãos. Apesar das reformas modernas que sofreu, esta torre apresenta a tipologia das mais antigas residências fortificadas da Baixa Idade Média, não sendo clara a data da sua construção⁷⁹ (Fig. 56).

A Torre de Oriz, também em Vila Verde, tem planta quadrangular e localiza-se sobre uma encosta de um vale dominando-o. Tem apenas dois pisos e a entrada faz-se ao nível do primeiro piso. Posteriormente foi aberta outra porta de entrada, ao nível do piso térreo. A sua construção reflete, possivelmente, uma carência de recursos devido à irregularidade das derradeiras fiadas de aparelho e ao facto de não possuir merlões.⁸⁰ A sua construção ter-se-á verificado durante a primeira metade do século XIV⁸¹ (Fig. 57). Todas estas torres se inserem em conjuntos arquitetónicos em meios rurais.

Quanto às dimensões do volume V3, em planta, podem aqui apontar-se algumas semelhanças, relativamente a dois exemplos de torres de *domus fortis*. A Torre de Dornelas (séc. XIII) tem um espaço útil de 5.06m por 5.06m⁸², já a Torre de Vasconcelos, erguida também em meados do século XIII, possui um espaço de 6.15m por 6.30m. O espaço útil do V3 é de 5.93m por 6.09m, situando-se entre ambas. A esta Torre de Vasconcelos, situada em Amares, foi posteriormente anexado, talvez ainda no século XIII, um corpo residencial de planta retangular na fachada voltada a Oeste.⁸³ Esta residência foi abandonada antes do século XVI, sendo por esse motivo que “é um dos poucos exemplos que no nosso país se pode apontar para uma estrutura senhorial mediévia que preservou inalterados os seus espaços”⁸⁴ (Fig. 60).

“Face à exiguidade do espaço da torre quadrangular, a presença de anexos residenciais afigurava-se quase imprescindível. Nesses anexos, normalmente com planta rectangular e com dois pisos, instalavam-se a aula, sala nobre, e a câmara, zona privada da residência. No caso das habitações de maior prestígio podia haver ainda uma capela privada, implantada nas imediações do paço.”⁸⁵ Face a esta afirmação de Mário Barroca, pode constatar-se que o volume da Casa de São Miguel tem essas características ao possuir dois pisos e duas divisões, quer no piso térreo quer no piso superior. Pode também ter existido uma Capela nesta fase, próxima da Casa, pois de acordo com o Abade de Tagilde, existiu uma anterior à atual Capela de São Miguel, talvez durante o século XII.⁸⁶ Helder Carita refere também que os dois pisos da casa nobre medieval correspondiam a um “andar nobre assente sobre

79 Consultado em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4111 (Acesso em 2/12/2019)

80 Consultado em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70745> (Acesso em 2/12/2019)

81 SILVA (2002), p. 53

82 SILVA (2019), p. 101

83 BARROCA (1989), p. 37

84 Ibidem, p. 41

85 Ibidem, p. 25

86 GUIMARÃES (1908), p. 52



Fig. 62. Torre de Refios e o corpo residencial (Retirado de: <http://www.monumentos.gov.pt>)

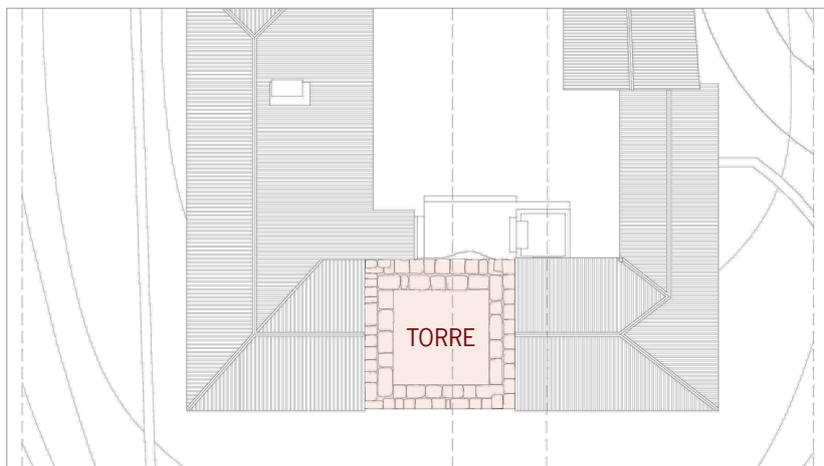


Fig. 63. Planta da Torre de Dornelas e parte dos seus anexos - Esc. 1:400 (Retirado de: SILVA (2019), p. 70)

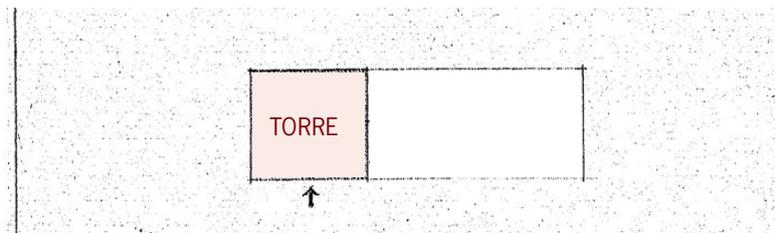


Fig. 64. Planta da Torre de Vila Verde ou de Dona Elvira com o anexo residencial (Retirado de: <http://www.monumentos.gov.pt>)



Fig. 65. Torre de Oriz com o corpo residencial (Retirado de: <http://www.monumentos.gov.pt>)

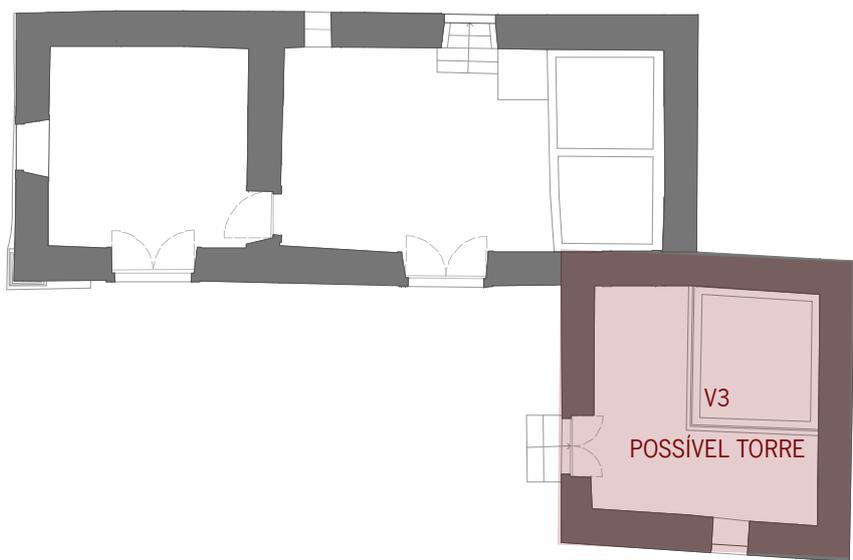
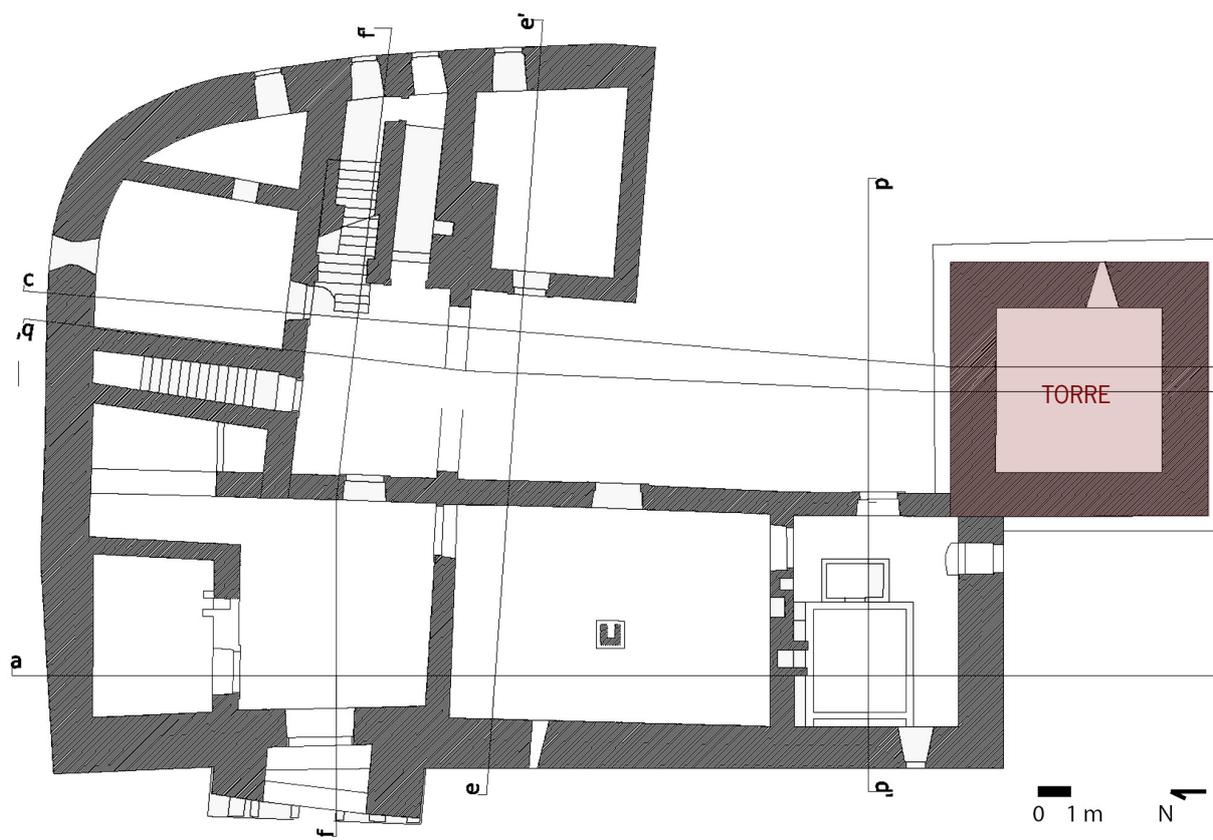


Fig. 66. Planta do Paço de Giela, em cima (Retirado de: <https://colepa6.wixsite.com/uminho/copia-2-mosteiro-de-vila-nova-de-mu>) e planta do piso térreo da FASE 1 com o volume V3 e o corpo residencial (Esc. 1:200)

um piso de arrumos e apoios domésticos.”⁸⁷ Apesar de o volume atual da Casa ter uma linguagem já do séc. XVII, no decorrer das obras realizadas em 1637, podem ter sido aproveitadas partes de um anexo residencial medieval pré-existente, que talvez estivesse arruinado (Fig. 67). Este anexo teria menos altura do que o volume da Casa atual, já que o segundo piso se localizava a um nível inferior (Fig. 50). De facto, houve uma tendência para as famílias preservarem estas construções. “A domus fortis foi um dos mais extraordinários exemplos de adequação entre modelo arquitetónico, função e poder simbólico, o que levou a que essas torres ultrapassassem a fronteira dos tempos medievais, continuando a ser preservadas pelas famílias que as possuíam, ou a ser copiadas por aquelas que não tinham essa ventura e pretendiam ostentar sinais de nobilidade e ancestralidade.”⁸⁸ Apesar da possibilidade de o corpo residencial ter origens mais remotas, ele pode também ter sido construído de raiz no século XVII, já que também era comum nessa época acrescentar-se um anexo residencial a uma torre medieval.

O mais comum nas alas residenciais é estas posicionarem-se no enfiamento da torre ou alinhadas com ela, como é o caso dos exemplos expostos acima (Figs. 62, 63, 64 e 65). No caso da Torre de Refóios, os edifícios adossados a ela foram construídos possivelmente já no século XVII. Têm menor altura e são maioritariamente de caráter agrícola, mantendo assim a torre como elemento principal do conjunto. Este conjunto edificado foi transformado numa pequena unidade de turismo de habitação⁸⁹ (Fig. 62). Na Torre de Dornelas, os corpos ao seu redor foram construídos também muito depois, entre 1672 e 1720, já com uma linguagem própria da época.⁹⁰ Esses volumes encontram-se alinhados com a torre (Fig. 63). A Torre de Vila Verde ou de Dona Elvira possui um corpo adossado a ela, de planta retangular de dois pisos. Para além desse edifício, possui outros de cariz agrícola⁹¹ (Fig. 64). No caso da Torre de Oriz, o anexo residencial é também de planta retangular e tem dois pisos, sendo o conjunto composto igualmente por outros edifícios mais recentes não adossados à torre. Apesar do anexo residencial ter sido claramente construído após a torre, não é clara a data da sua edificação⁹² (Fig. 65).

Já no caso do Paço de Giela, em Arcos de Valdevez, por exemplo, a torre é saliente do corpo residencial rectangular adossado a ela.⁹³ O V3 é também saliente do volume da Casa mas não é tão acentuado como no caso de Giela (Fig. 66), cuja torre data do século XV. Durante esse século ela foi alvo de obras, como provam vários vestígios de telhados pertencentes a construções a ela adossadas. Posteriormente, no reinado de D. Manuel I, ela foi integrada num grande paço senhorial e atualizada em

87 CARITA (2015), p. 28

88 BARROCA (1998), p. 99

89 Consultado em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/72334> (Acesso em 4/12/2019)

90 SILVA (2019), p. 129 e 135

91 Consultado em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4111 (Acesso em 4/12/2019)

92 Consultado em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1913 (Acesso em 4/12/2019)

93 AZEVEDO (1969), p. 29

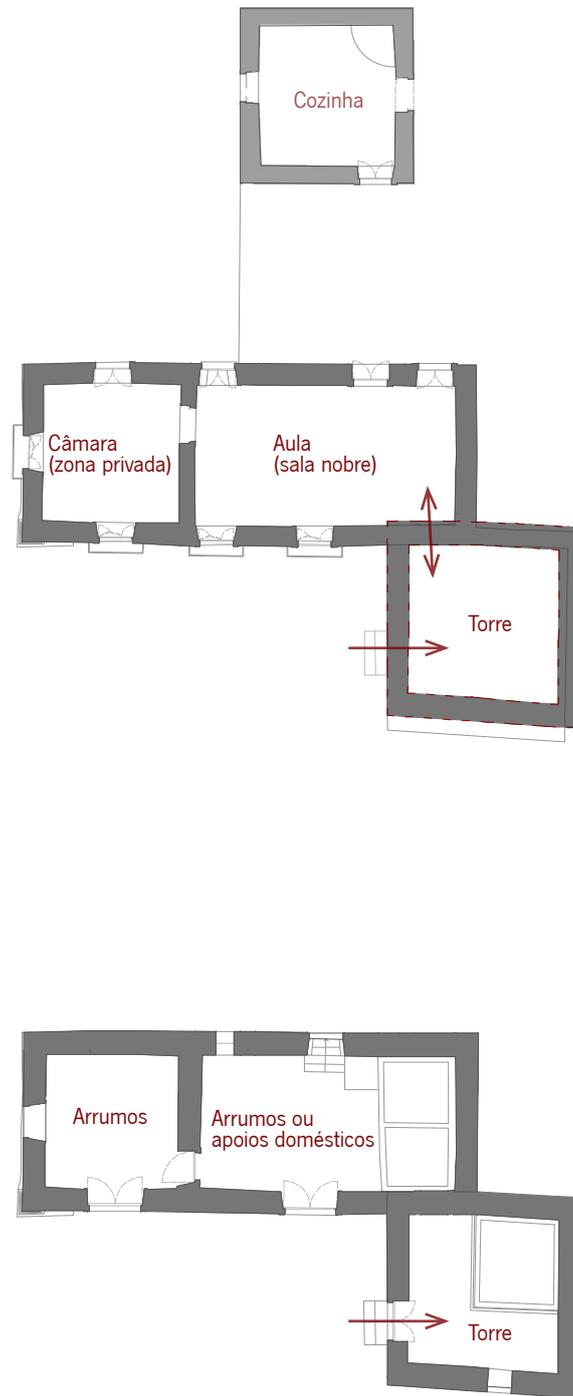


Fig. 67. Plantas esquemática do piso superior, em cima, e o piso térreo, em baixo, com o possível programa da FASE 1

relação ao estilo da época. Com esta adaptação, a Torre passou a possuir um carácter simbólico, já que nenhuma passagem foi aberta entre ela e o novo corpo habitacional.⁹⁴ Este desalinhamento do corpo habitacional em relação à torre, no caso em estudo, pode ter ocorrido devido às condições do local de implantação, tornando-se esta na melhor solução face à localização do V3 (possível torre), ao espaço disponível e ao declive do terreno. No Paço de Giela denota-se também a espessura semelhante das paredes da torre, em relação a algumas paredes do corpo habitacional, como acontece em São Miguel (Fig. 66). No caso da residência de Vasconcelos, é também notável o desvio axial da ala residencial em relação à torre. Este desvio e consequente desfasamento com o volume da torre, são frutos do “espaço disponível que o esporão apresentava”⁹⁵ (Fig. 60).

Na Idade Média, a cozinha senhorial encontrava-se separada do corpo habitacional.⁹⁶ Isto devia-se ao perigo de incêndios e ao “carácter pouco higiénico das actividades associadas a estes espaços, como a matança do porco, o esfolar de coelhos ou o depenar de aves.”⁹⁷ Este facto, aliado à espessura das paredes do V1 (Cozinha) idêntica à das da Casa (0.9m), pode indiciar que este volume tenha sido construído também durante esta fase, talvez já no final do século XVI, visto que as casas nobres do Norte de Portugal estavam ainda “presas às concepções medievais” durante esse século.⁹⁸ Esta cozinha tinha um fogão, em pedra, num canto, uma banca de xisto, uma maceira e uma pedra que se encontrava atravessada na parede horizontalmente e que permitia fazer o escoamento da água usada para o exterior⁹⁹ (Fig. 51).

O facto de as paredes do volume V3 não serem tão espessas quanto as torres das *domus-fortis* aqui referidas, pode ser um indicador da sua construção muito posterior ao período da Reconquista Cristã, quando estas já não eram usadas para defesa mas sim para ostentar poder e, por esse motivo, não necessitariam de ter essa espessura por não haver necessidade de defesa. Veja-se, por exemplo, o caso da torre do Solar de Bertandos em Ponte de Lima, construída no século XVI. Este solar é composto pela torre e vários corpos dispostos ao seu redor, servindo esta como eixo central (Fig. 68). É de notar que os seus muros aparentam ter muito menos espessura do que a das torres mencionadas anteriormente (Figs. 68, 69 e 70).

94 Consultado em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70543/> (Acesso em 3/12/2019)

95 BARROCA (1989), p. 38

96 CARITA (2015), p. 54

97 Ibidem

98 Ibidem, p. 55

99 Depoimento de Nuno Borges de Araújo, irmão da proprietária da Quinta da São Miguel

Apesar da possibilidade de o volume V3 ter sido uma torre, devido à ausência de registos que o comprovem, é necessário, como já foi referido antes, colocar a hipótese de esta nunca ter existido. Pela análise dos desenhos e observação *in situ*, constatou-se que o volume V3 deverá ter sido construído antes do volume da Casa, no entanto, poderá ter sido apenas uma pequena casa à qual foi posteriormente adossado esse volume. É claro que, nessa situação, este elemento não teria um carácter nobre, estando-se aqui perante um corpo doméstico com uma arquitetura vernacular. Relativamente à casa elementar, característica da arquitetura tradicional portuguesa, Ernesto Oliveiro e Alberto Galhano referem no livro *Arquitectura Tradicional Portuguesa* que “as casas pequenas de planta quadrada e com telhado cónico-piramidal (ou seja, um telhado cónico de base quadrada), de materiais vegetais, derivadas talvez elas próprias da casa redonda, estão possivelmente na origem de outras da mesma forma mas de maiores proporções, com telhados claramente piramidais (isto é: de quatro águas), de colmo ou de telha; e o desenvolvimento destas últimas, por sua vez, deu origem às casas rectangulares com telhado de quatro águas”.¹⁰⁰ Esta casa elementar caracteriza-se por ser térrea e pequena “cujo plano interior se reduz a um simples compartimento quadrangular, quando muito, às vezes, com divisórias de tábua isolando um ou outro recanto, onde decorrem todas as funções domésticas.”¹⁰¹ Ora, o volume V3 detém estas características, sendo uma possibilidade ter sido uma destas casas, das quais existem inúmeros exemplos em todo o país, sendo mais frequentes nas zonas pobres rurais.¹⁰² Todavia, a observação realizada ao volume indica que este teria, pelo menos a altura da Casa, devido à sua parede a Sudeste (comum à Casa), indicando a presença de mais pisos. Este facto, juntamente com a presença da porta que fazia a ligação entre estes dois volumes, suscita dúvidas relativamente à possibilidade de o V3 ter sido uma destas casas. A não ser que tenha sido posteriormente transformada num volume mais alto ou mesmo numa torre. Dado que o volume V1 possui também uma planta aproximadamente quadrada, e não sendo clara a sua construção devido à inexistência de qualquer registo, é uma hipótese o mesmo ter tido também origem neste tipo de habitação.

100 OLIVEIRA; GALHANO (1992), p.24

101 Ibidem, p. 23

102 Ibidem

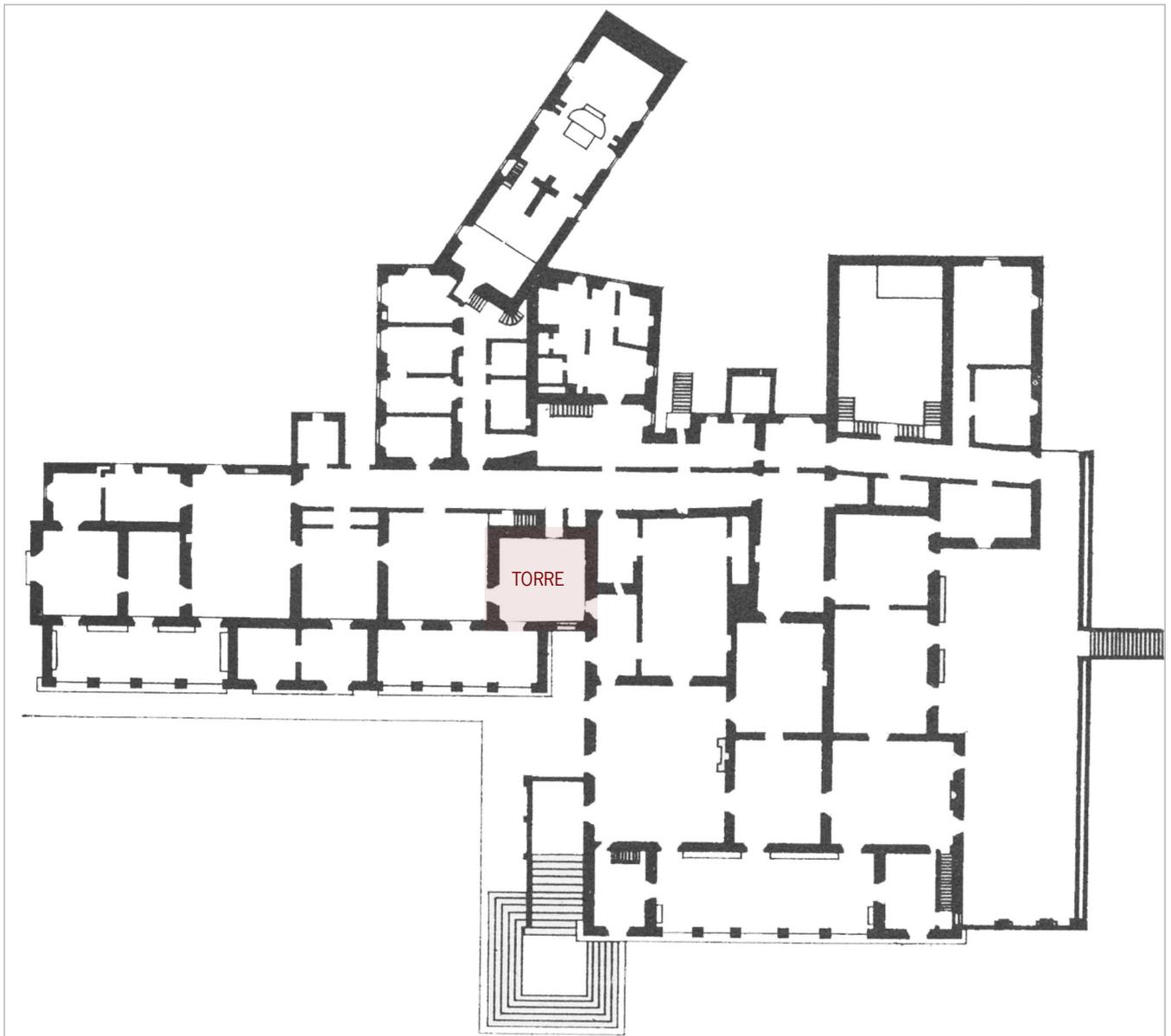


Fig. 68. Planta do 2º piso do Solar de Bertandos (Retirado de: AZEVEDO (1988), p. 73)

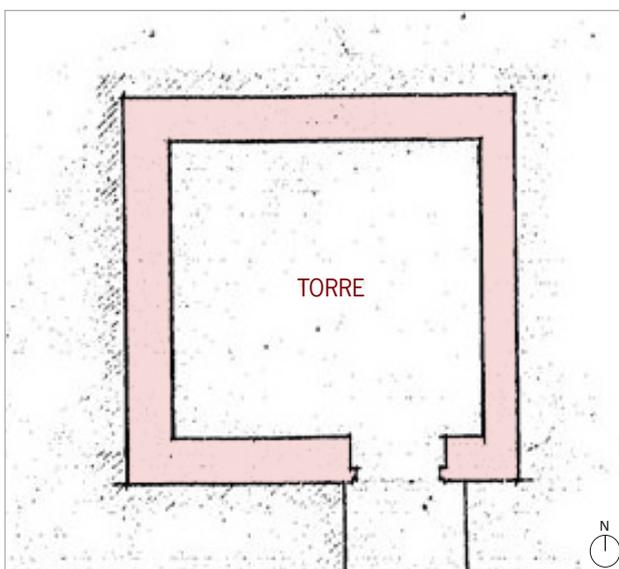


Fig. 69. Planta da torre do Solar de Bertandos (Retirado de: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3478)

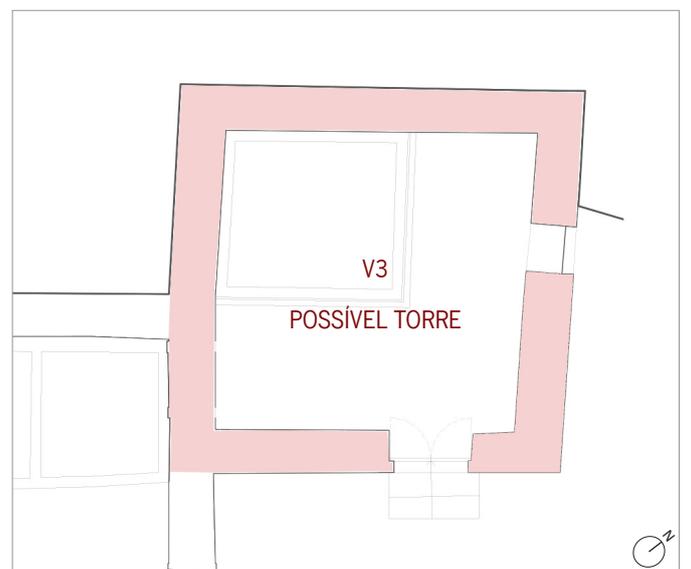


Fig. 70. Planta do volume V3 (Esc. 1:150)

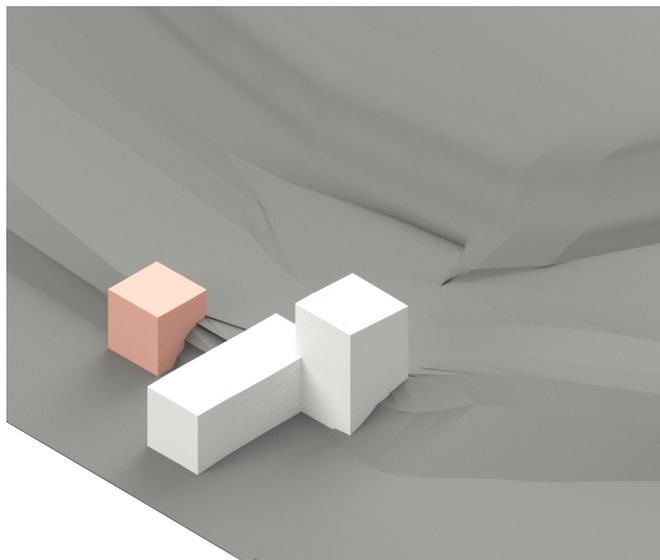
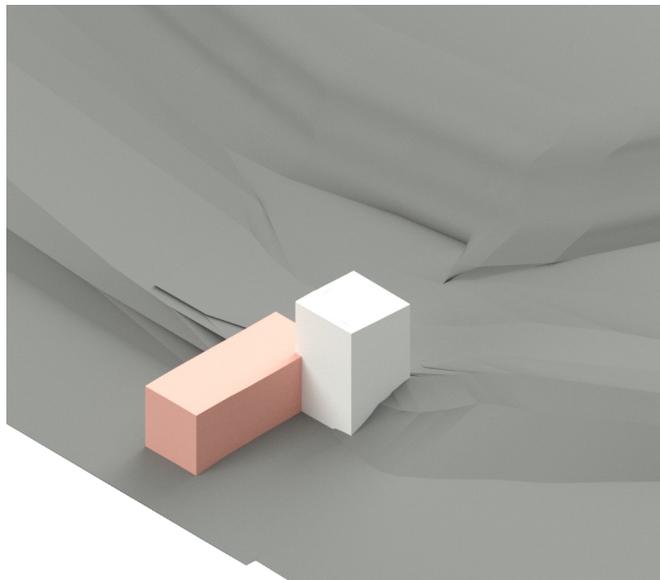
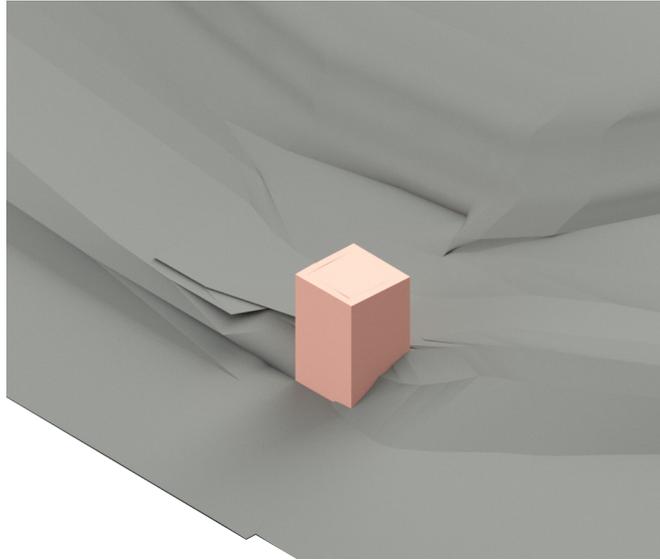


Fig. 71. Esquemas volumétricos da FASE 1

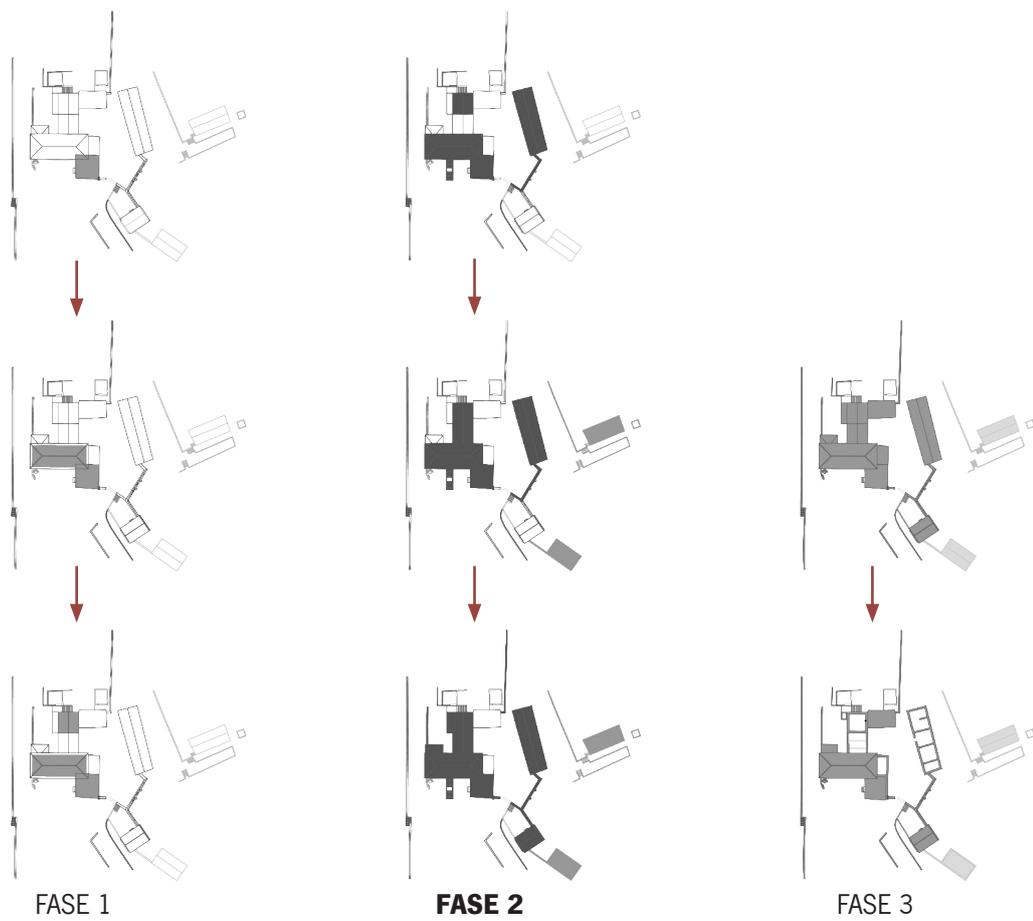


Fig. 72. Esquema evolutivo - FASE 2

FASE 2 – A cabeça do Morgadio de São Miguel (séc. XVII – XIX)

Enquadramento

Ainda no século XVI, o Maneirismo surgiu em Itália, expandido-se de seguida por toda a Europa. Este novo estilo rompe com a harmonia do Renascimento e os seus valores clássicos, onde emerge a vontade dos artistas imprimirem na obra o seu estilo individual, valorizando-o. A partir de meados do mesmo século, a ““modernidade” maneirista arquitetural” desenvolve-se em Portugal, com maior incidência no Noroeste.¹⁰³ Na arquitetura maneirista, a simetria e o equilíbrio clássicos deixam de ser tão valorizados. São introduzidas escalas diferentes que acentuam a desproporção, os espaços desenvolvem-se mais longitudinalmente, e a decoração torna-se mais complexa. A linguagem maneirista é mais depurada, sóbria e austera que a renascentista, onde o rigor também é acentuado. O conservadorismo e simplicidade desta arquitetura reflete a conjuntura política em que se vivia. Paralelamente, em Portugal, desenvolveu-se o “estilo chão” como foi designado por George Kubler.¹⁰⁴

Em 1580, Portugal passou a ser governado por Filipe I, rei de Espanha, dando assim início à dinastia filipina e a uma união ibérica, que perdurou até 1640. Durante este período, Portugal e Espanha regiam em conjunto o território colonizado através de uma corrente construtiva e civilizadora.¹⁰⁵ No decorrer destes sessenta anos, a arquitetura nacional adaptou-se a um modelo exportável, flexível e económico, capaz de ser reproduzido a todo o seu império, promovendo a internacionalização da arquitetura portuguesa de modo a preservar a sua identidade nesse tempo de crise. A arquitetura chã surgiu como resposta a estas premissas e, sendo a sua conceção movida pela crise económica em que se vivia, ela resultou numa arquitetura simples, pragmática e cujos modelos eram de fácil reprodução. Apesar de se ter desenvolvido ao mesmo tempo que a arquitetura maneirista, a arquitetura chã foi muito mais ‘homogénea’, ao contrário da maneirista onde se sobrepunham questões como o gosto pessoal do artista ou do encomendador e a tradição da arquitetura regional.¹⁰⁶

Devido à perda da independência e à grave crise económica que se fazia sentir em Portugal, com a corte centralizada em Madrid, grande parte da nobreza mudou-se para os solares dos seus domínios na província, trocando a cidade pelos meios rurais.¹⁰⁷ Este regresso da nobreza portuguesa à província, consequência do domínio espanhol, pode explicar, a par da passagem da cabeça do Morgadio para a Quinta de São Miguel, a edificação da Capela e as obras de ampliação realizadas durante esta fase, em

103 RUÃO (1996), p. 10

104 CORREIA (1991), p. 42

105 PEREIRA (1992), p. 65

106 CORREIA (1991), p. 42

107 BINNEY (1991), p. 10

que ocorre um surto de construção e remodelação nas casas nobres rurais.

Após o período filipino, o rei D. João IV sobe ao trono em 1640. Os momentos que se seguiram foram de grandes dificuldades, devido a todo o processo para obter o reconhecimento da nova dinastia e a autonomia face ao reino espanhol, e às dificuldades económicas e militares, acompanhados de um período de estagnação cultural e arquitetónica.

Após Portugal ter restabelecido a sua independência, ainda em 1640, entre 1690 e 1717, inicia-se uma época de transição de linguagens artísticas, na qual o barroco é introduzido de forma gradual. É já no reinado de D. João V e devido ao comércio de produtos coloniais, nomeadamente o açúcar, o ouro e mais tarde os diamantes, que o barroco se consegue consolidar e atingir o seu auge nas primeiras décadas do século XVIII.¹⁰⁸ A nobreza foi a primeira a ganhar um novo impulso construtivo, ao beneficiar da riqueza que chegava de todo o império.

Com todo o ouro que chegava do Brasil, e retomando o poder económico, houve em Portugal uma vontade de construir e ostentar riqueza, surgindo assim o barroco, primeiramente, mais do ponto de vista decorativo, expressando-se através da aplicação de talha dourada do interior de igrejas. Posteriormente, o estilo vai se assumindo e impondo a sua identidade com a procura de uma monumentalidade através da volumetria e não da ornamentação. A fachada principal adquire um papel importante e de certo modo teatral, sendo trabalhada com jogos de claro/escuro, curvas e contra-curvas dando-lhe um certo dinamismo e a ideia de movimento. Os efeitos cenográficos, dinâmicos e exuberantes tornam-se, portanto, temas centrais desta arquitetura.

108 AZEVEDO (1969), p. 65

Observação

É durante esta fase construtiva que o objeto se aproxima mais do estado em que se encontra atualmente. Através da observação dos desenhos é possível constatar-se uma grande variedade de acrescentos aos volumes iniciais. Para além da remodelação ou construção do corpo habitacional (a Casa), foram provavelmente construídos o V5, o Portal, o V7, o V2, o V6, a Capela e colocadas as colunas no Portal.

No novo Alçado Nordeste da Casa pode ler-se o desenho simétrico e regular das janelas de sacada do piso superior, rasgadas a partir do eixo de simetria correspondente à janela central. Os dois vãos do piso térreo são também colocados respeitando o mesmo eixo (Fig. 73). No Alçado Sudeste, os dois vãos existentes, uma janela de peito e uma de sacada, estão posicionados segundo o eixo central da fachada (Fig. 74). As janelas de sacada do piso superior possuem moldura em granito encimada por cornija saliente e os balcões são suportados por duas mísulas e têm guarda em ferro. Em planta, no interior do volume paralelepípedo da Casa, podem ler-se dois retângulos com proporção áurea (Figs. 73 e 74). A Casa é rebocada e pintada de branco, emoldurada com cunhais e pilastras em cantaria de granito, sendo rematada com friso e cornija, também de granito, e possui telhado de quatro águas.

Denota-se na Casa um tratamento diferenciado das fachadas Nordeste e Sudeste, consideradas as fachadas nobres, relativamente às restantes, localizadas nas traseiras da Casa, onde não são tão visíveis. Esta distinção lê-se no interrompimento da cornija e friso que encimam o piso superior bem como no cunhal e pilastra que se salientam da parede branca, apenas presentes nestas duas fachadas nobres (Figs. 73 e 74). A disposição e linguagem dos vãos é também muito distinta. Nomeadamente nas portas, na cozinha (V1) verifica-se o uso de verga reta em madeira enquanto que no corpo principal da Casa, as portas possuem verga em granito com inclinação, possuindo estas maior altura.¹⁰⁹ Estes fatores demonstram uma preocupação com a aparência da casa e com o que é visto do exterior, evidenciando a vontade de exibir o caráter senhorial do edifício e ocultar o seu lado mais tradicional e vernacular, colocando-o em segundo plano.

Nas traseiras da casa, a Sudoeste, deverá ter sido construído nesta altura, um volume para fazer a ligação entre a Casa e a Cozinha (o V2). Analisando o objeto e, posteriormente através da observação dos desenhos em planta, verifica-se no piso superior desse volume, o arranque de uma parede espessa, semelhante às da Casa, contrastando com as restantes, muito mais delgadas (Fig. 73 e 75). Este facto pode indicar a existência de um outro corpo, anterior a este, adossado à casa. As paredes do piso

109 Ver Mapa de Vãos na página 52 (Vão P5, P6, P1, J3, J2, P12 e P13)

superior do V2 são rasgadas por quatro janelas de peito, três para Sudeste e uma para Noroeste, com uma linguagem muito diferente das janelas do volume da Casa (Fig. 75).

No piso inferior da Casa, é também provável que tenha sido construído nesta altura um anexo, acedido apenas pelo exterior (V5). Este seria um arrumo e possui paredes muito espessas com um tratamento não muito cuidado, utilizando pedras de variados tamanhos. Posteriormente, terá sido construído no piso superior um quarto, hoje inexistente, evidenciado por uma porta no volume da Casa, como também vestígios do soalho que outrora teve (Figs. 73 e 76).

É também nesta fase que se conforma o pátio ou terreiro, a noroeste, por onde se acedia ao conjunto, com a construção do muro e do Portal e, possivelmente, do corpo que contém as cortes para os animais (V7). Neste volume, porém, existe um vão que apresenta um tratamento diferenciado da pedra relativamente aos restantes, indicando, possivelmente, tempos diferentes de construção (Fig. 73). A construção destes volumes, além de fixarem o alçado principal do conjunto, configuram o pátio interno que articula todos os seus elementos, unificando-o.

Adossado à Cozinha (V1), terá sido construído um acrescento para Sudeste (V6). A presença de uma porta denuncia a sua existência, como também parte do piso inferior que ainda existe. Consiste num pequeno cubículo em pedra com um pequeno vão, e seria para onde seguiam as águas do “quarto de banho” que existiria no piso superior, posteriormente usadas na agricultura. A parte superior seria construída com materiais menos duráveis e talvez por isso não tenha sobrevivido até hoje (Fig. 76).

A Capela de São Miguel, construída durante esta fase, foi adicionada ao conjunto orientada a nascente. Apesar de se distanciar da Casa, ela surge ligada ao muro que contém o portal, o qual sofre inflexão, indo ao seu encontro. A Capela tem paredes rebocadas e pintadas de branco enquadradas por cunhais empilastrados de granito, os quais são coroados por pináculos piramidais, na fachada principal, a Oeste. A fachada oposta, a Este, também possui pináculos iguais, apesar de não possuir cunhais e pilastras. As pilastras da fachada principal, bem como a moldura em granito do vão de entrada, apresentam as juntas pintadas de branco. A Capela é de nave única, e rematada com cornija de granito. Possui duas janelas na fachada Norte, uma retangular de pequenas dimensões, ao lado do local do altar, e outra ao centro, com arco quebrado, sob a qual se encontra um túmulo. As duas colunas existentes na entrada do Portal foram também colocadas durante esta fase, em 1741 (Fig. 76). Os merlões a encimar o muro do portal poderão ter sido também colocados nesta época.



A



B



C



D

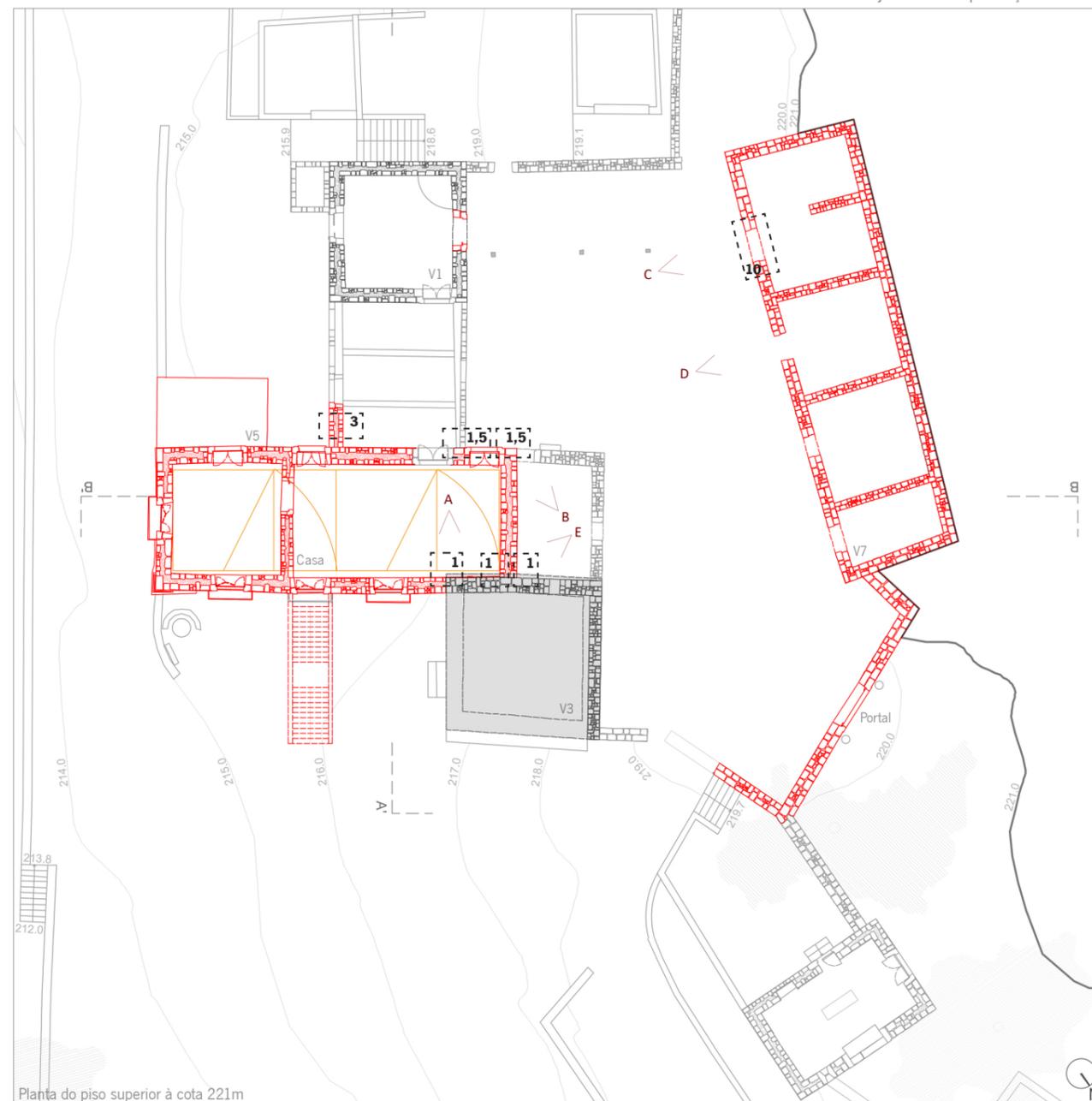


E

LEGENDA:

1. Desconexão do aparelho do pano da parede
2. Encerramento de vão
3. Espessura da parede
4. Interrupção da cornija
5. Estereotomia diferente
6. Diferença de altura de implantação
7. Reentrâncias na parede evidenciando a existência de um piso
8. Simetria de vãos na fachada
9. Elementos com linguagem artística coeva
10. Vão com tratamento diferente
11. Técnica construtiva diferente

- Nova construção
- - - Especulação - Nova construção
- Construção durante a fase anterior
- - - Especulação - Construção durante a fase anterior
- Levantamento Atual



Planta do piso superior à cota 221m

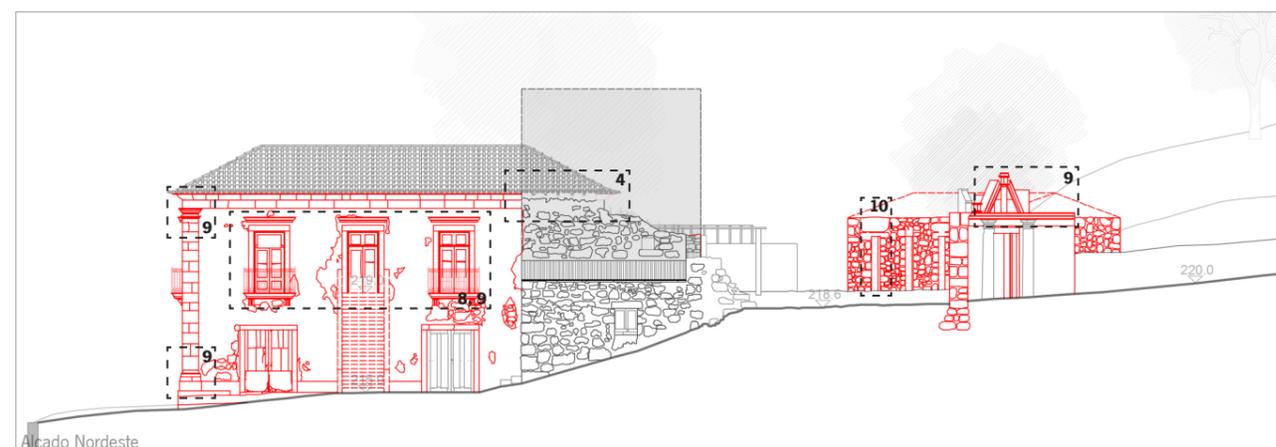


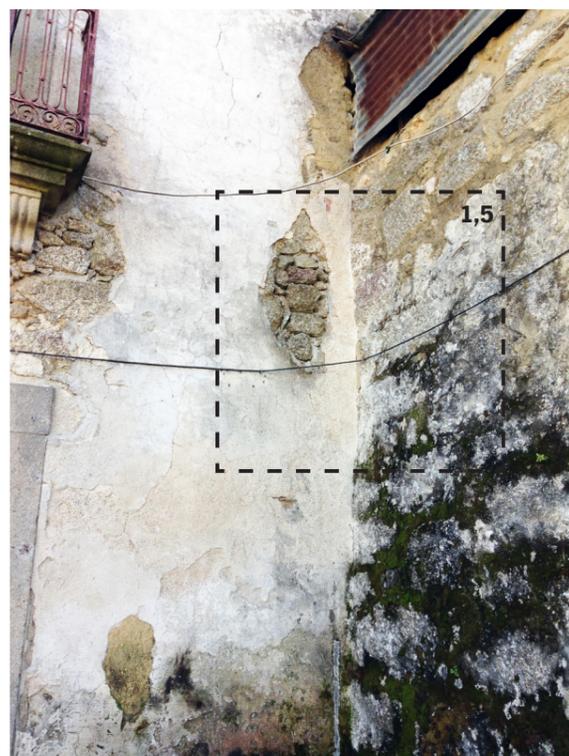
Fig. 73. Desenho 1 da FASE 2 - Casa, Portal e V7 (cortes)



A

B

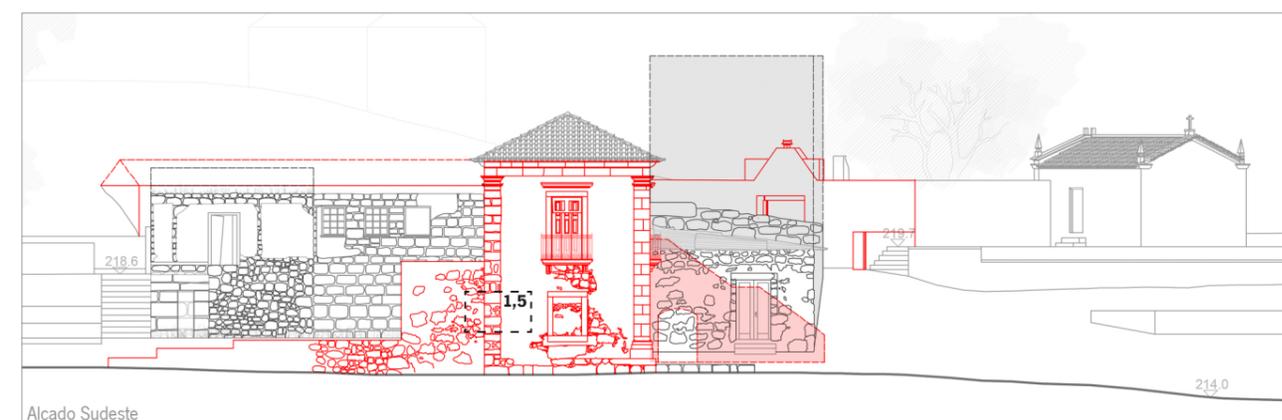
C



D



Planta do piso térreo à cota 218m



Alçado Sudeste

Fig. 74. Desenho 2 da FASE 2 - Casa e V5

Esc. 1:300



A



B



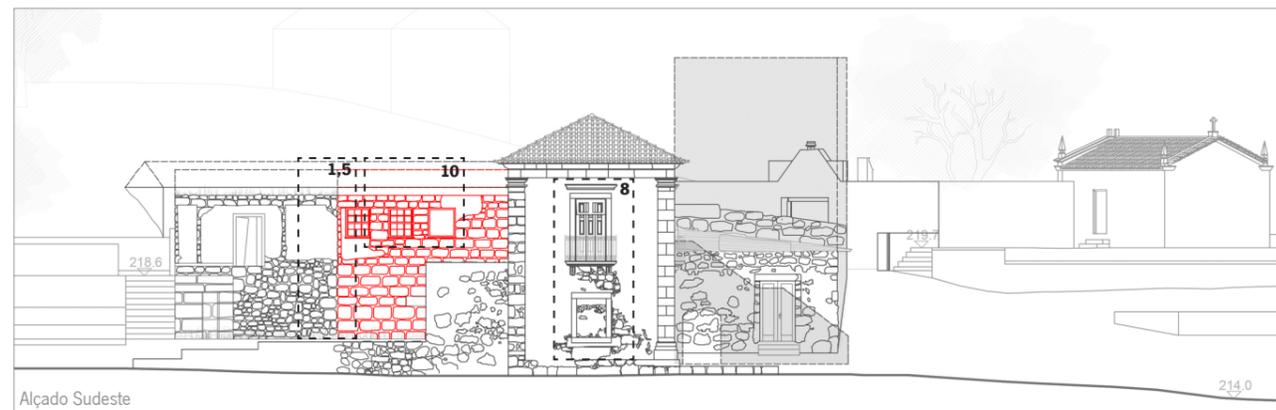
C



D



Planta do piso superior à cota 221m



Alçado Sudeste

Fig. 75. Desenho 3 da FASE 2 - V2 (Ligação Casa - V1)

Esc. 1:300



A



B



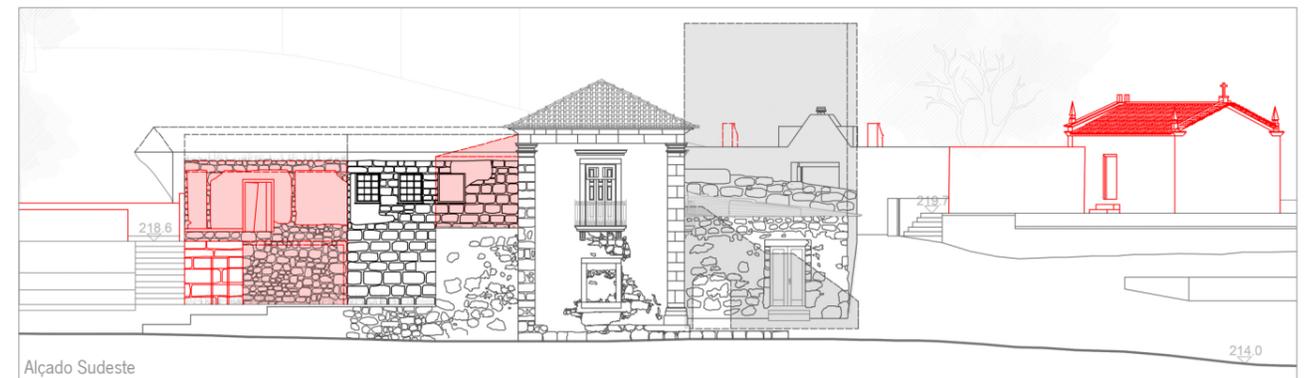
C



D



Planta do piso superior à cota 221m



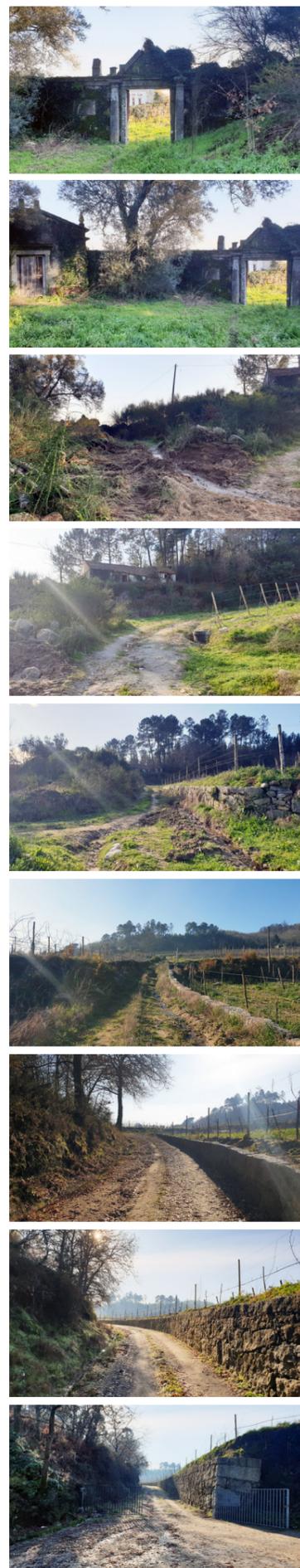
Alçado Sudeste

Fig. 76. Desenho 4 da FASE 2 - **V5** (piso superior), **V6**, **Capela**, **colunas no Portal**, **muros** (pátio/terreiro).

Esc. 1:300



Percurso de aproximação ao conjunto edificado
A



Percurso de aproximação ao conjunto edificado
B



Fig. 77. Planta de Implantação com a indicação dos possíveis percursos de acesso ao conjunto edificado durante a FASE 2 (a vermelho) Esc.1:2000

Interpretação e Comparação

A segunda fase proposta insere-se no período que vai desde o início do século XVII até ao final do século XIX. Durante esta fase há um grande investimento na construção e recuperação do conjunto arquitetónico, talvez por este se ter tornado em 1637 a cabeça do vínculo do Morgadio de São Miguel. Da mesma data há referências da construção do Portal de entrada (inscrição) bem como da realização de obras na Casa.¹¹⁰ De 1651 até 1696 aumentou-se a casa¹¹¹ e já na transição do século XVII para o século XVIII foi construída a atual Capela de São Miguel.¹¹² Em 1741 foram colocadas duas colunas no Portal, uma de cada lado da entrada, comprovadas por inscrições presentes nas mesmas. A existência de uma escada de dois lances de acesso à Casa, referida por Maria Adelaide de Moraes foi, possivelmente, também construída durante esta fase, talvez ao mesmo tempo que as obras na Casa.¹¹³ Provavelmente devido à extinção dos Morgadios em Portugal, em 1863, este conjunto arquitetónico foi abandonado e ficou em ruína.

“Em Portugal, como por toda a Europa, o século XVII é marcado por uma rigidez e um pendor formalista que, imprimindo a toda a vida social uma preocupação pela ordem e pelo rigor dos comportamentos, se reflete nas formas de habitar e organizar o espaço arquitetónico da casa senhorial deste período.”¹¹⁴ Observa-se, durante este século, uma progressiva hierarquização da sociedade e a casa senhorial adquire maior escala e complexidade quer arquitetónica quer funcional.¹¹⁵ Nesta fase proposta, as obras realizadas na casa revelam, de facto, uma vontade de ordem e rigor, devido ao tratamento das fachadas nobres, bem como à vontade de unificar a Casa e de definir e organizar espaços. Ao mesmo tempo, denota-se a vontade de ampliá-la, para aumentar a comodidade, tornando-a mais complexa em termos de volumetria e espaços interiores. A sucessão de acrescentos durante esta fase pode ter iniciado com a construção das cortes (V7) e do muro e portal, seguindo-se a ligação entre a Casa e a cozinha (V1) através da construção do volume V2 já que, segundo Helder Carita, é já no fim da Idade Média que a cozinha começa a ser incorporada no corpo habitacional. A integração da cozinha (V1) no volume da Casa reflete uma procura por um maior regularidade em planta, o que também se verificou nesta época.¹¹⁶ Apesar de a primeira metade do século XVII não ter sido propícia à construção de grandes casas devido ao domínio espanhol, foram muitas “as construções da época anterior que se aproveitaram,

110 MORAIS (1977), p. 3-4.

111 Ibidem, p. 13

112 GUIMARÃES (1908), p. 52

113 MORAIS (1978), p. 126

114 CARITA (2015), p.151

115 Ibidem

116 AZEVEDO (1969), p. 56

ampliaram e restauraram”, como refere Carlos de Azevedo.¹¹⁷ Este facto vem reforçar a ideia de que o volume da Casa não foi construído de raiz neste século, em 1637, podendo ter sido reaproveitadas partes de outro edifício aí existente numa época anterior.

Todo o investimento na Casa durante esta fase deveu-se, provavelmente, à passagem da cabeça do vínculo do Morgadio de São Miguel para esta Quinta, o que levou a que a casa passasse “a agregar um número significativo de familiares”, fenómeno usual nesta época.¹¹⁸ O motivo desse fenómeno foi, sobretudo, o regresso de grande parte da nobreza aos meios rurais devido ao domínio espanhol, como já foi referido antes. Toda a mudança de dinâmicas na Casa, levou a que fossem necessários mais criados, o que também se verificou nesta altura.¹¹⁹ Este facto pode explicar o aparecimento nesta fase das cortes para as os animais (V7) e das duas casas para caseiros que se localizam fora do muro que contém o Portal de entrada, a Noroeste.¹²⁰

A definição de um pátio ou terreiro de entrada no conjunto, começa a ser também evidente, primeiramente com a disposição do muro do Portal e do volume das cortes (V7), e posteriormente com a construção de mais muros para delimitá-lo. No que diz respeito à arquitetura senhorial, Helder Carita refere que há uma diferença entre as tipologias do Sul e do Norte do país. No Norte há uma maior tendência para uma “estrutura polarizada pela torre” enquanto que no Sul, é a existência de um pátio de recebimento que “constitui o núcleo central e gerador de todo o programa”.¹²¹ Entre estas duas tipologias podem ocorrer, naturalmente, interinfluências, alterando no entanto, o seu significado no conjunto. A presença de pátios no Norte de Portugal é marcada pelo seu carácter secundário, surgindo como um pátio de serviços mais funcional, em contraste com os do Sul, com uma “vivência senhorial e estruturante do conjunto”.¹²² No caso em estudo verifica-se o carácter secundário do pátio, estando este voltado para as traseiras da casa e para a cozinha e as cortes, e não para as fachadas nobres (Fig. 73). A configuração de um pátio murado de entrada, “interpondo-se entre o exterior e o interior”, vem reforçar “um percurso de aproximação à intimidade”.¹²³

Apesar de Helder Carita referir que no século XVII, “sempre que possível e aproveitando a inclinação do terreno”, a entrada para o piso nobre se localizava à cota mais elevada, dispensando a escada nobre exterior, há uma referência a uma escadaria nobre de dois lances na Casa, hoje inexistente,

117 AZEVEDO (1969), p. 56

118 CARITA (2015), p. 152

119 *Ibidem*

120 Estas casas não estão incluídas nos desenhos devido ao facto de não ter sido realizado o seu levantamento arquitetónico rigoroso. As casas estão em avançado estado de degradação e encontram-se inacessíveis devido à abundante vegetação, como já foi referido antes.

121 *Ibidem*, p. 26-28

122 *Ibidem*, p. 28

123 *Ibidem*, p. 45

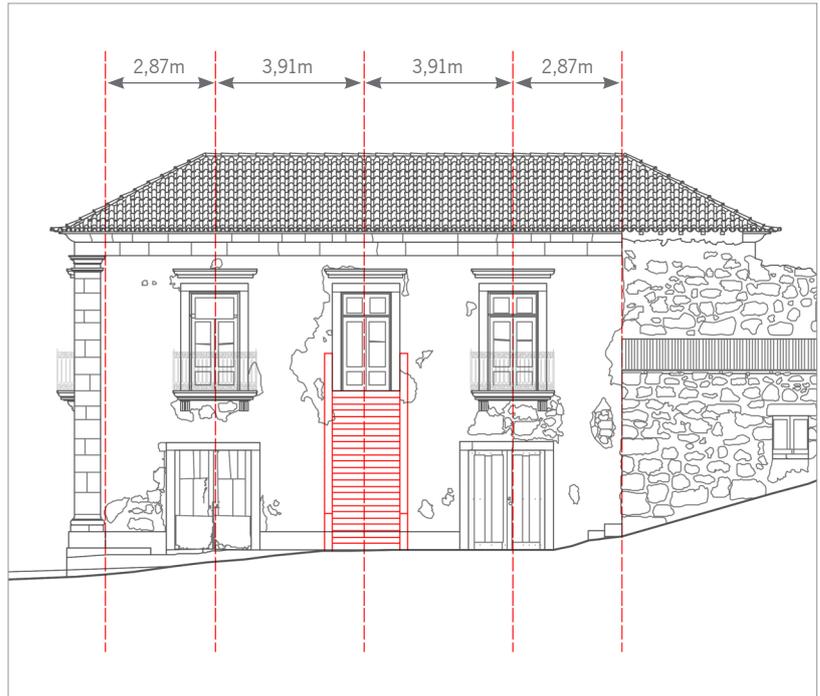
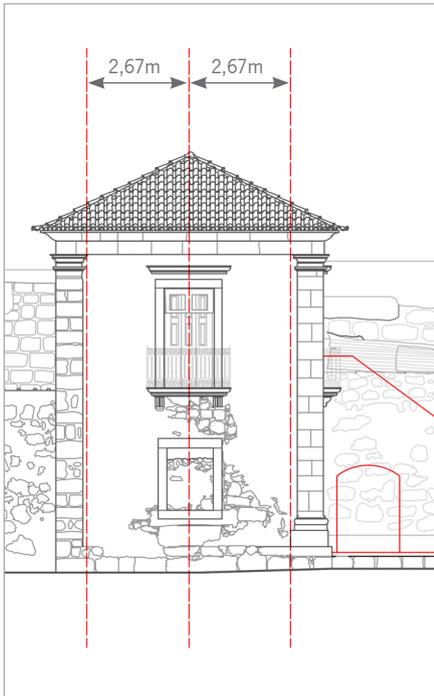


Fig. 78. Alçados Sudeste e Nordeste com a indicação dos eixos de simetria e o local possível da escada de acesso ao piso nobre.

Esc. 1:200

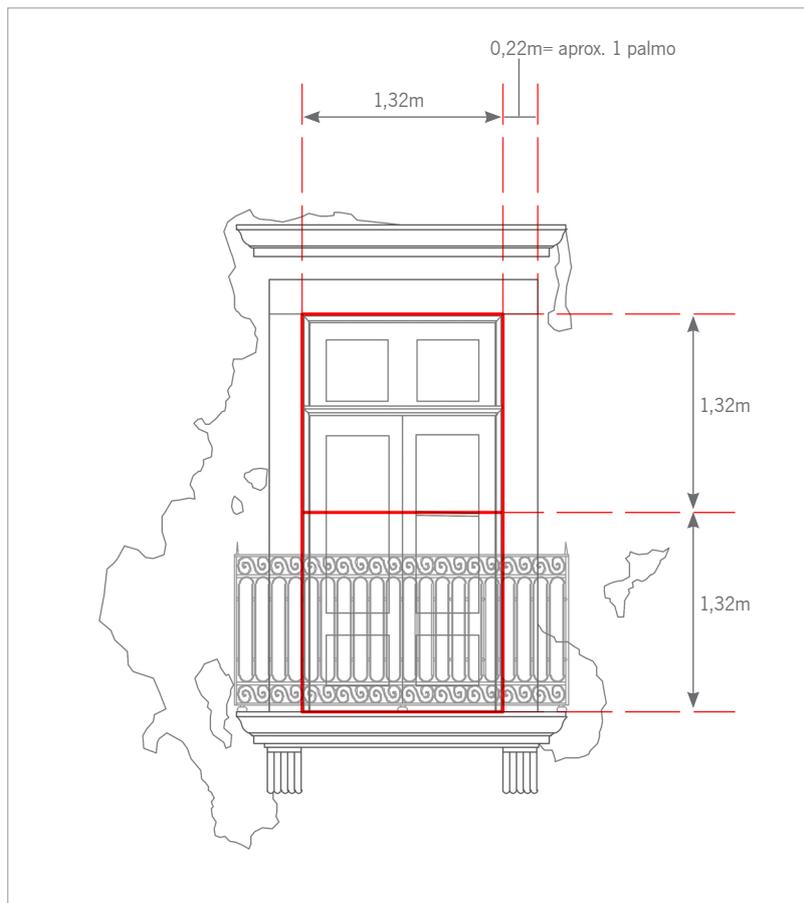


Fig. 79. Janela de sacada do piso superior evidenciando o uso do duplo quadrado

Esc. 1:50

como já foi dito antes.¹²⁴ Esta escada devia localizar-se no Alçado Nordeste, ao centro, evidenciando assim o eixo de simetria dos vãos nesta fachada (Fig. 78). Este elemento poderá ter sido construído em conjunto com as remodelações da Casa ou já existir antes, havendo apenas como vestígios, pedaços de pedra do que parece ter sido um corrimão. A escada nobre exterior é uma característica da casa senhorial desde a Idade Média, e geralmente tinha “peitoril de pedra ou alvenaria e terminando, em alguns casos, com patim coberto por alpendre.”¹²⁵ A existência de um patamar de entrada com alpendre no cimo desta escada pode explicar a descrição predial de 1922, onde se lê que o conjunto possuía um “alpendre sobradado e telhado” à beira de um campo formado em vinha.¹²⁶ A presença desta escada na fachada nordeste pode ter sido o motivo pelo qual se abriu o caminho de acesso ao conjunto, entre o percurso atual e o realizado em direção ao Portal, já que o mesmo vai de encontro precisamente ao centro da fachada principal da Casa (Fig. 77). A atual e única entrada no piso superior da casa, realizada pelo pátio, poderá ter sido introduzida posteriormente ou, até, terem coexistido ambas, uma como entrada principal e a outra como entrada de serviço. “Face a criados e servos, o alpendre permitia ao senhor apresentar-se numa perspectiva de cima para baixo, instituindo uma relação de hierarquia”, característica não só do pensamento medieval e do simbolismo da arquitetura senhorial mas também especificamente desta época.¹²⁷

A casa nobre do século XVII “procurou desde muito cedo agregar a Capela à Casa”, como outrora fez com a Torre.¹²⁸ Esta intenção denota-se nesta fase, apesar de a Capela se localizar a uma certa distância da Casa, existe a tentativa de a integrar no conjunto, colocando-a na continuidade do muro do Portal, que demarca o pátio. A Capela está orientada exatamente a Nascente, sendo por esse motivo que parte do muro sofre inflexão para ir ao seu encontro. Este facto leva a crer que essa parte do muro talvez tenha sido construída ao mesmo tempo que a Capela, após a edificação do Portal. A não ser que, a antiga Capela existente na Quinta se localiza-se exatamente no mesmo local e com a mesma orientação que a atual, justificando assim a construção desta parte do muro aquando da construção do muro e Portal de entrada, em 1637. A orientação de igrejas e capelas a Nascente era habitual devido à carga simbólica que o Oriente possuía, sendo o Sol que aí nasce a representação de Cristo.¹²⁹ A recorrência à Capela nas residências nobres reflete “um arcaísmo de tradição medieval onde esta estrutura se instituiu como alto privilégio senhorial, reminiscências da antiga capela palatina.”¹³⁰

124 MORAIS (1978), p. 126

125 CARITA (2015), p. 45

126 Conservatória do Registo Predial de Guimarães, Livro B, nºs 13382 e 13387

127 CARITA (2015), p. 46

128 AZEVEDO (1969), p. 57

129 Consultado em: www.liturgia.pt/ (Acesso em 5/12/2019)

130 CARITA (2015), p. 220

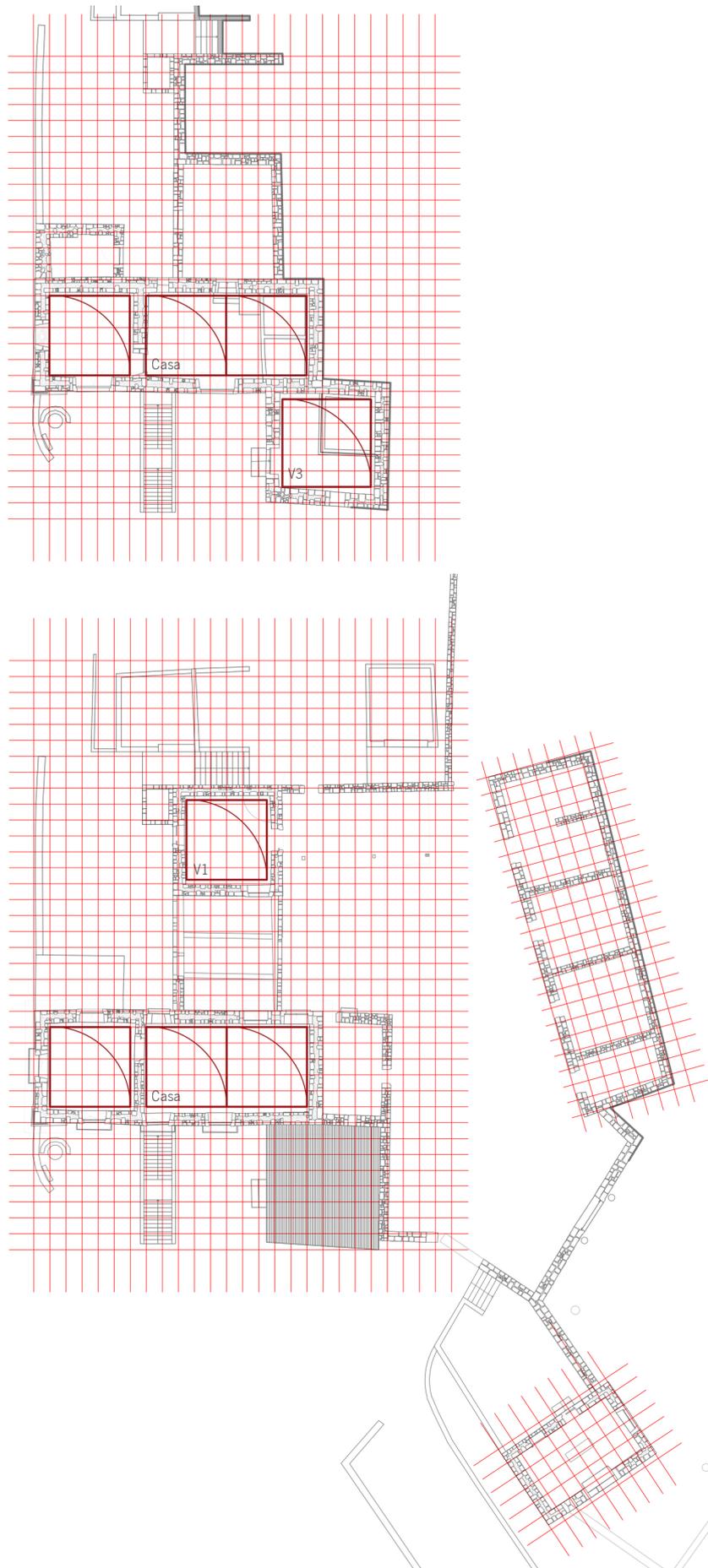


Fig. 80. Planta do piso térreo, em cima, e do piso superior, em baixo, com uma malha sobreposta de 1m por 1m, evidenciando a repetição do uso do quadrado de aproximadamente 5m x 5m no V1 e no volume da Casa e de 5.5m x 5.5m no V3 (Esc. 1:400)

Como reflexo da procura por ordem e rigor, característicos deste século, desenvolveu-se um novo ensino da arquitetura preocupado com o “bem fazer” e o estabelecimento de regras para as construções, originando uma homogeneidade e repetição das mesmas práticas e modelos. Esta nova arquitetura sobrepôs-se a “tradições construtivas regionais” e tornou-se numa “espécie de arquitectura de Estado, com claras consequências na casa senhorial, que adquire, neste período, uma forte uniformidade e coerência formal.”¹³¹ O ensino desta arquitetura tinha como base “normas corporizadas no Regimento de Obras Reais, produzido pela Provedoria, por volta do ano de 1587.”¹³² Apesar de ter sido um fenómeno mais urbano, o cumprimento de algumas destas normas podem verificar-se no desenho das fachadas nobres do caso em estudo. No Alçado Nordeste, sobre as janelas de sacada foram aplicadas cornijas salientes, “separando-se das janelas de peito, mais simples”, criando uma hierarquização entre o piso térreo e o andar nobre.¹³³ Também de acordo com as regras estão as molduras de pedra dos vãos, “com a medida de um palmo para a largura” e “métricas proporcionais com base no duplo quadrado para os portais e janelas de sacada”.¹³⁴ Apesar da referência aqui à unidade de medida ‘palmo’, não se sabe se ela foi usada nesta fase. As guardas das janelas passaram também a ser realizadas em ferro, com “finos balaústres de desenhos maneiristas”¹³⁵ (Figs. 78 e 79).

Esta matematização da arquitetura, que se verificou nesta altura, pode também ser observada em planta em partes do conjunto. Através da sobreposição de uma malha de 1m por 1m pode perceber-se o uso sistemático do quadrado, com aproximadamente 5m por 5m no volume V1 e no volume da Casa, sendo que na Casa ele é repetido três vezes no seu interior. No volume V3 inscreve-se um quadrado de aproximadamente 5.5m por 5.5m, podendo isto querer dizer que ele tenha sido o precursor do uso desta forma nos restantes elementos do conjunto. Também em planta, no interior do volume da Casa, pode constatar-se a inscrição de dois retângulos com medidas áureas (Figs. 73 e 74). Esta busca por uma coerência formal, pode ter sido o mote para o uso dessas medidas (5m x 5m), existentes no V1, aquando da divisão dos dois pisos da Casa. A divisão interior do seu espaço retangular parece ter sido realizada utilizando esse quadrado como módulo, através de um módulo no espaço menor e dois no espaço maior (Fig. 80).

Todo o rigor e sobriedade da construção que se verifica na ala residencial, podem ser atribuídos a um gosto maneirista e a um classicismo erudito, característicos desta época. O Portal denuncia também este estilo devido à presença do frontão triangular que encima a entrada na Quinta com o brasão de

131 CARITA (2015), p. 153

132 Ibidem, p. 155

133 Ibidem

134 CARITA (2015), p. 155

135 Ibidem



Fig. 81. Portal de São Miguel evidenciando a horizontalidade conferida pelo friso e cornija a encimar o muro (Fotografia cedida por Nuno Borges de Araújo).



Fig. 82. Fachada principal (Alçado Nordeste) evidenciando o cunhal empilastrado com capitel a demarcar o volume a sudeste e o friso e cornija a rematar o volume.

armas da família ao centro. O facto de o muro que o contém, e que se estende até à Capela e define o pátio, ser rematado por friso e cornija salienta ainda mais a sua horizontalidade, também característica deste estilo (Fig. 81). Para além do rigor no posicionamento dos vãos na fachada, bem como do detalhe presente em todos os pormenores, os cunhais em pedra e as pilastras encimadas com capitel, salientam a geometria do volume devido ao contraste com o branco da parede. O friso no topo do andar nobre bem como a cornija que correm horizontalmente ao longo da fachada são também indícios desta arquitetura que prioriza a geometria, a ortogonalidade e as formas puras (Fig. 82). Na Capela, estes fatores estão também evidenciados, com a demarcação das pilastras na fachada Oeste, tentando acentuar a verticalidade e definir a geometria destes alçados. A entrada principal é marcada com uma cornija, diferenciando-a da entrada lateral, e salientando a sua maior importância (Fig. 83). Os cunhais e pilastras aqui presentes apresentam, no entanto, um tratamento de pedra mais rusticado, conferindo mais robustês ao volume. A simplicidade do desenho da planta também denuncia este estilo, bem como a limpeza das fachadas brancas, isentas de ornamentação.

Indícios de uma linguagem proto-barroca podem ser identificados em pequenos pormenores no conjunto edificado. No interior da Capela, este gosto é denunciado devido à talha dourada presente no altar. Apesar do seu estado de degradação, é o objeto que mais expressa esta linguagem (Fig. 84). O arco em granito para uma sineta, que encimava a fachada principal, tem também prenúncios deste estilo devido ao seu desenho curvilíneo (Fig. 85). Relativamente à janela que rasga a fachada norte com arco quebrado, poderá ter sido fruto de uma remodelação na Capela, talvez por volta do século XIX, já que foi durante este século que o Revivalismo Gótico começou a invadir os edifícios na Europa com a utilização de elementos góticos¹³⁶ (Fig. 86). Esta suposição não é suportada por nenhuma referência, sendo apenas uma possível explicação para o aparecimento deste vão numa época tardia.

Os merlões a encimar a cornija do muro do Portal também podem, de certo modo, ser o prenúncio de um gosto barroco. Este elemento arquitetónico tem uma enorme carga simbólica, adquirida durante a Baixa Idade Média, sendo sinónimo de construção régia ou nobilitada. Devido ao seu propósito militar, durante os séculos XIV e XV, “a colocação de ameias ou merlões no alto de uma construção estava sujeita a um rigoroso controle régio”.¹³⁷ Progressivamente, com a evolução da pirobalística, eles foram perdendo o seu sentido militar e conseqüentemente, deixando de ser alvo de tanto controle e atenção régia. A partir do século XVI, os merlões Manuelinos começam a aparecer regularmente nas construções civis sem que os seus proprietários tenham que pedir autorização, pois já não têm utilidade militar, sendo

136 O Neogótico foi um estilo de arquitetura que teve origem no século XVIII em Inglaterra, e que reutiliza elementos de linguagem gótica, Na Europa, esta arquitetura expressu-se mais nos séculos XIX e XX

137 BARROCA (1998), p. 60



Fig. 83. Porta de entrada na Capela de São Miguel na fachada principal (Oeste)



Fig. 84. Antigo altar da Capela, do qual só existem vestígios (Fotografia cedida por Nuno Borges de Araújo)



Fig. 85. Antigo arco para sineta, encimado por cruz latina, no topo da fachada principal da Capela (Fotografia cedida por Nuno Borges de Araújo)



Fig. 86. Janela em arco quebrado na fachada Norte da Capela



Fig. 87. Vista da Capela (fachadas Sul e Este) da cota inferior, do atual caminho de acesso ao conjunto

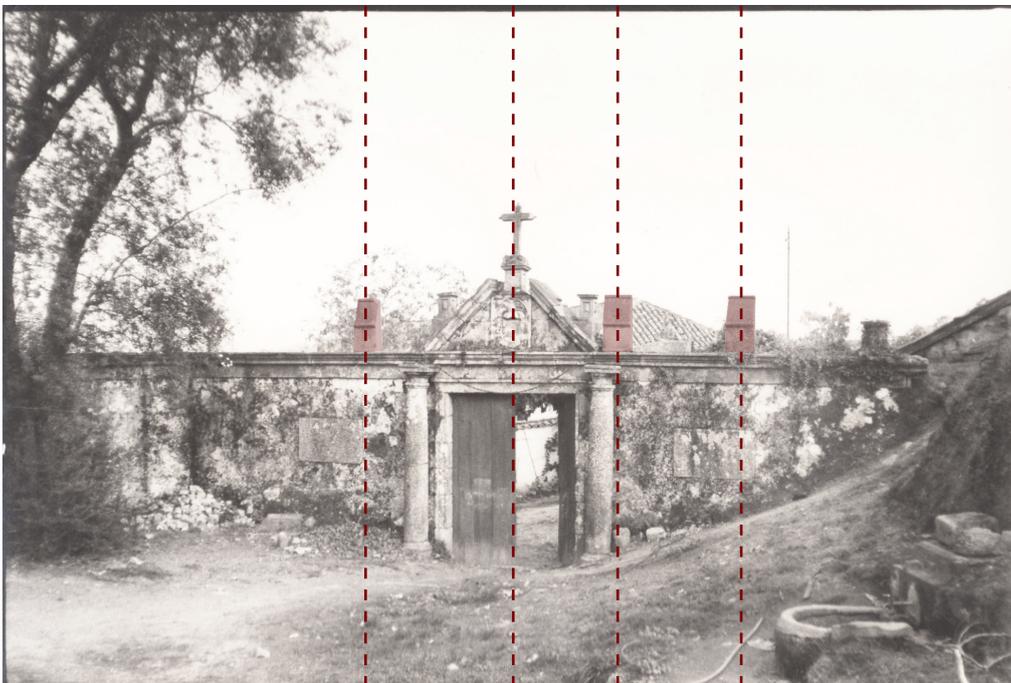


Fig. 88. Fotografia antiga do Portal de entrada na Quinta evidenciando a posição assimétrica dos merlões em relação ao eixo central do Portal. Hoje só é visível um, existindo possivelmente outro, encoberto por vegetação. (Fotografia cedida por Nuno Borges de Araújo)

estes mais decorativos que funcionais. Os merlões passaram então “a ser usados como símbolos de nobilitação do espaço e espelho do estado social do seu proprietário, preservando (e até incrementando) a carga simbólica adquirida no passado recente.”¹³⁸ O perfil do merlão Manuelino continuou a ser copiado e incorporado em construções do século XVII e XVIII. Apesar de não se enquadrar esteticamente na arquitetura barroca das casas senhoriais desta época, foram criadas novas peças com o perfil antigo e usadas nas residências nobres como forma de afirmação. Mário Barroca refere que “só se compreende que o séc. XVII ou XVIII continue a copiar as formas manuelinas pela carga simbólica que estes merlões tinham.”¹³⁹ De facto, os merlões no muro do Portal parecem ter sido colocados após a construção do muro, talvez já perto do século XVIII. Embora não sejam elementos característicos da arquitetura barroca, eles poderão ter sido empregues devido ao seu valor simbólico, conferindo também ao momento de entrada um carácter cenográfico. Através do seu desenho, o muro traz consigo uma carga emblemática, expressando uma vontade de simbolismo e de privacidade, ao encerrar o pátio face ao espaço exterior. Este simbolismo, juntamente com o intuito de exhibir um certo movimento, através dos merlões colocados de forma assimétrica, são característicos do barroco. As duas colunas toscanas na entrada, colocadas em 1741, vêm reforçar esta ideia, já que não possuem nenhuma função estrutural (Fig. 88).

Esta fase do conjunto insere-se num período de transição, onde o arquiteto começa a ter uma posição reconhecida, o que se pode verificar pelo desenho das fachadas e do pátio de entrada bem como da junção de novos elementos ao conjunto que refletem novas ideias e modos de pensar. A aproximação de um gosto clássico e barroco, invadiu as casas nobres rurais da época, em detrimento de uma arquitetura medieval. Carlos de Azevedo afirma que a grande contribuição do século XVII na arquitetura doméstica foi a planta em ‘U’ de inspiração francesa. No entanto, foram poucas as casas que adotaram esta tipologia neste século, tendo sido mais notável a sua utilização no século XVIII.¹⁴⁰ Casos como a Quinta do Outeiro (na qual está inserida a Torre de Dornelas), a Casa da Quinta do Molha Pão, a Quinta de São Miguel (em Viseu) e o Solar de Bertandos podem ser aqui apontados como exemplos que contêm elementos construídos na mesma época e que apresentam algumas semelhanças com o caso em estudo.

A Quinta do Outeiro, em Amares, Braga, é um conjunto edificado composto por uma torre, a Torre de Dornelas, e vários corpos dispostos à volta de um pátio ou terreiro fechado. Verifica-se neste caso, como na Quinta de São Miguel (se de facto tiver existido uma torre) a coexistência de torre e pátio, este último em contacto com edifícios de apoio agrícola, conferindo-lhe um carácter mais funcional.

138 BARROCA (1998), p. 61

139 Ibidem, p. 62

140 AZEVEDO (1969), p. 57

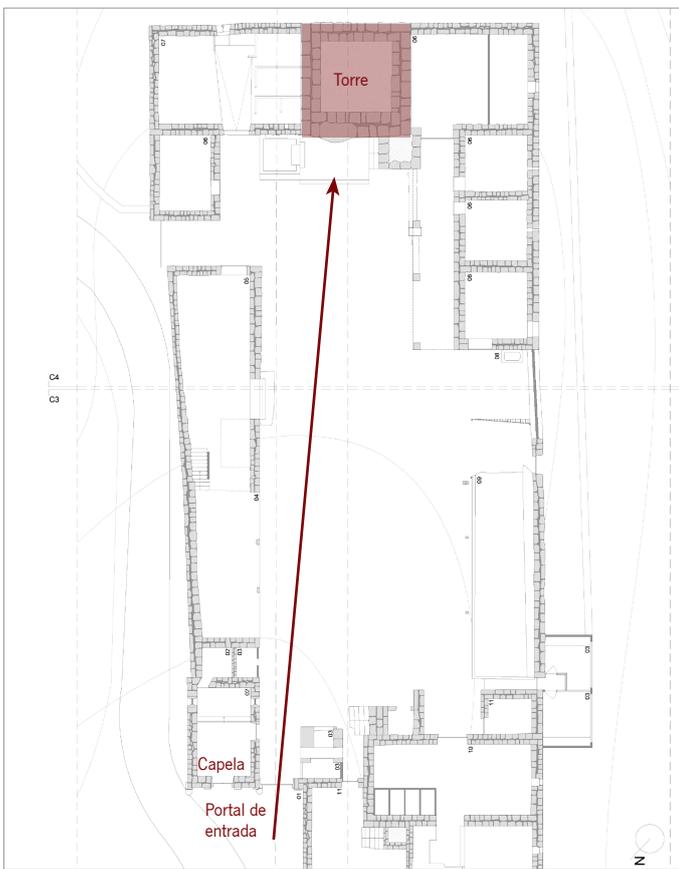


Fig. 89. Planta do Piso 0 do conjunto edificado da Torre de Dornelas (Esc. 1:500)

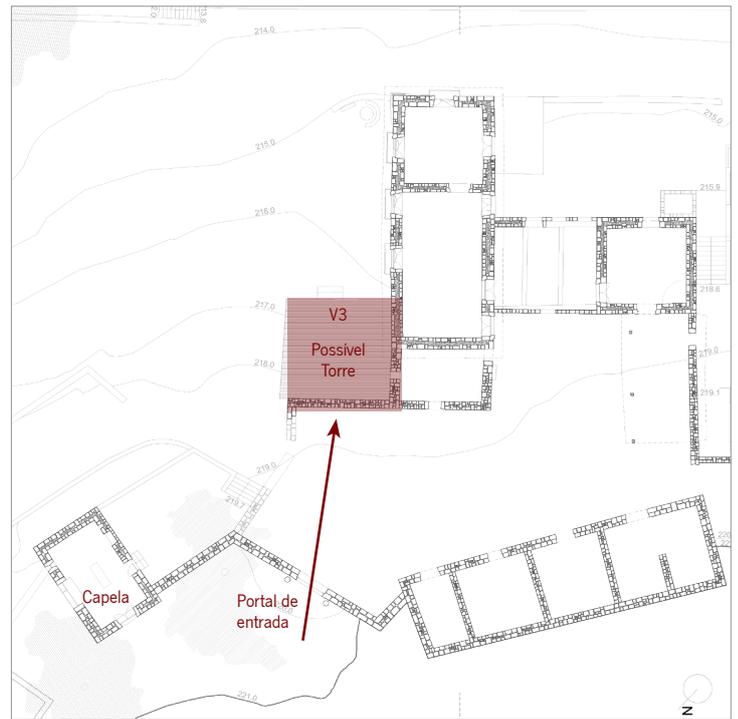


Fig. 90. Planta do piso superior do conjunto edificado de São Miguel (Esc. 1:500)



Fig. 91. Capela e Portal de entrada no conjunto edificado da Torre de Dornelas (Retirado de: www.monumentos.gov.pt)



Fig. 92. Capela e Portal de entrada no conjunto edificado da Quinta de São Miguel



Fig. 93. Janelas de sacada alteradas na fachada do corpo residencial adossado à Torre de Dornelas no séc. XVIII (Retirado de: www.monumentos.gov.pt)



Fig. 94. Janelas de sacada no alçado Nordeste da Quinta de São Miguel

A disposição dos volumes ao seu redor é também semelhante à que existe no caso em estudo. À esquerda do Portal de entrada, surge adossada a Capela, pertencente ao conjunto, e com a fachada principal virada para o exterior, tendo estes uma linguagem já marcadamente barroca, datando a sua construção de finais do século XVII e inícios do século XVIII¹⁴¹. Existe neste caso uma similaridade com a entrada na Quinta de São Miguel, na medida que, a imagem para o exterior é marcada pela presença da Capela, à esquerda e pelo Portal de entrada brasonado, à direita, tendo como pano de fundo a torre e o volume V3 no caso em estudo (Figs. 89, 90, 91, 92). A Torre em frente ao portal, salienta-se do conjunto por quebrar a horizontalidade dos restantes corpos. O corpo residencial adossado à torre a Sudoeste, tem uma linguagem semelhante à da Casa de São Miguel, possuindo paredes em cantaria de granito, rebocadas e pintadas de branco, e rematadas por cornija. Na fachada Sudeste existem duas janelas que seriam de sacada mas que hoje se encontram muito alteradas. Estas são semelhantes às janelas de sacada do caso em estudo, pelas suas proporções, pelas molduras em pedra e mísulas a suportar o balcão, e pelas cornijas salientes sobre elas. Este corpo possui também cunhais em pedra e pilastras a emoldurar o volume, sendo estes menos perceptíveis devido à falta do reboco em várias partes da fachada (Figs. 93 e 94). No entanto, este volume data já do século XVIII.¹⁴²

A Casa do Molha Pão, em Sintra, está inserida numa quinta, a sua construção data do século XVII e pertenceu a um morgadio. Possui planta retangular e volumes simples de acentuada horizontalidade e cobertura homogénea com telhados de quatro águas e num dos seus extremos está adossada uma Capela. No extremo oposto encosta-se o Portal de entrada no pátio, que dá acesso também aos jardins.¹⁴³ Este portal tem uma linguagem muito semelhante ao de São Miguel, sendo encimado por cornija e frontão triangular em pedra (Fig. 95). Na fachada principal é notória a semelhança com as fachadas nobres de São Miguel devido ao rigor no seu tratamento, onde os vãos são rasgados criando um certo ritmo e regularidade. Os cunhais empilastrados a demarcar o volume e o contraste com o branco da parede, bem como as cornijas salientes sobre as janelas e sobre a entrada no piso superior são também elementos que se encontram em ambos os edifícios. Nesta fachada existe uma escada de acesso ao andar nobre, com dois lances opostos, colocada no centro da fachada principal. No piso inferior, rasgam-se meias janelas, características desta época, evidenciando ainda mais o andar nobre. A linearidade e depuração das fachadas nesta casa, como acontece no caso em estudo, são características da arquitetura civil do século XVII (Figs. 95, 96 e 97).

A Casa de São Miguel em Viseu, construída no século XVII, possui planta retangular e dois pisos.

141 SILVA (2019), p. 135 e consultado em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6963 (Acesso em 7/12/2019)

142 Ibidem

143 Retirado de: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6098 (Acesso em 10/01/2020)



Fig. 95. Fachada principal da Quinta do Molha Pão em Sintra com a identificação do Portal de entrada, à direita. (Retirado de: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6098)



Fig. 96. Portal de entrada nos jardins da Quinta do Molha Pão em Sintra (Retirado de: www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6098)



Fig. 97. Vista das traseiras da Casa da Quinta do Molha Pão em Sintra (Retirado de: www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6098)



Fig. 98. Escadaria da entrada principal na Casa de São Miguel em Viseu (Retirado de: www.monumentos.gov.pt)



Fig. 99. Pormenor da fachada lateral da Casa de São Miguel em Viseu onde se denota a interrupção da cornija da fachada principal (Retirado de: www.monumentos.gov.pt).

Tem os alçados rebocados e circunscritos por cunhais de cantaria apilastrados, sendo apenas a fachada principal que ostenta remate em friso e cornija, como acontece no caso em estudo (Figs. 98 e 99). Essa mesma fachada é rasgada por seis janelas regulares retangulares e a entrada nobre, no piso superior, e quatro janelas retangulares e três portas de acesso, no piso térreo. A fachada principal possui ainda uma imponente escadaria de acesso ao andar nobre com dois braços convergentes, levando a um alpendre apoiado em duas colunas toscanas. O andar térreo é destinado a arrecadações, adega e arrumos. Esta fachada dá para um pátio interior delimitado por muro alto com portão nobre, ostentando as armas da família (Fig. 100). Na fachada tardoz existe uma loggia, sustentada por três colunas toscanas, característica do século XVII.¹⁴⁴ Neste caso é de salientar a marcada horizontalidade dos volumes, e a sobriedade e simplicidade das fachadas (Figs. 98, 99 e 101).

O Solar de Bertandos, em Ponte de Lima, destaca-se pela sua composição e escala. A torre quinhentista de tipologia de casa-torre assume uma posição central em relação aos dois corpos retangulares que se desenvolvem em torno dela, cuja construção data do século XVIII.¹⁴⁵ A fachada é composta por elementos característicos do século XVII como as loggias de arco de volta perfeita e as varandas alpendradas com colunatas, bem como o uso do frontão triangular que encima as janelas de sacada no primeiro piso. O corpo da casa mais a Nascente, como também a torre, são coroados com merlões chanfrados tal como os que existem no Portal de entrada de São Miguel. O outro corpo é constituído por duas torres unidas por um corpo baixo. Estas têm já um tratamento de gosto barroco, denunciado pela presença de pináculos e urnas.¹⁴⁶ Neste exemplo, mais monumental e assumidamente barroco, coexistem elementos de vários estilos que se foram materializando no edifício, aumentando a sua complexidade. Interessa neste exemplo a amálgama de estilos característica da evolução construtiva das casas senhoriais rurais (Figs. 102, 103 e 104).

Em todos os casos aqui referidos verifica-se a presença de várias características comuns e que também se podem observar no caso em estudo. A presença de corpos mais longitudinais com apenas dois pisos e que respeitam a altura da capela, sendo a sua horizontalidade acentuada através de frisos e cornijas a rematá-los é uma particularidade transversal a todos, onde o piso térreo é mais funcional (espaços de apoio) e o nobre é mais social e privado (salas e quartos). A composição simples dos alçados com linhas austeras, onde os vãos se repetem ao longo da fachada lisa criando um certo ritmo, denota-se também em todos eles. Outra característica em quase todos é a presença de uma escada em pedra na fachada principal de acesso ao andar nobre. A agregação da Capela ao conjunto edificado é também

144 Consultado em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2556 (Acesso em 18/01/2020)

145 Consultado em: http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=3478 (Acesso em 8/12/2019)

146 Ibidem



Fig. 100. Portal de entrada na Quinta de São Miguel em Viseu (Retirado de: <https://www.booking.com/hotel/pt/quinta-de-sao-miguel.pt-pt.html>)



Fig. 101. Vista da fachada principal da casa da Quinta de São Miguel em Viseu (Retirado de: <https://www.booking.com/hotel/pt/quinta-de-sao-miguel.pt-pt.html>)



Fig. 102. Portal de entrada no Solar de Bertandios (Retirado de: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3478)



Fig. 103. Pormenor da torre de Bertandios e dos vários volumes que a circundam (Retirado de: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3478)



Fig. 104. Alçado principal do Solar de Bertandios (Retirado de: AZEVEDO (1989), p. 72)

uma tendência das casas senhoriais do século XVII que se pode verificar nos exemplos referidos. Por fim, a existência de um pátio ou terreiro delimitado por muros e que articula os volumes do conjunto é também uma especificidade presente nesses casos demonstrando a necessidade de uma maior privacidade ao delimitar um espaço e resguardá-lo do exterior. Estas características presentes na arquitetura desta época refletem de certa forma “o espírito conservador dos Portugueses, que, durante quase todo o século XVII, adoptam um tipo de arquitectura mais verdadeiramente maneirista do que barroca, numa altura em que este estilo se espalhara já pela Europa.”¹⁴⁷

147 AZEVEDO (1969), p. 56

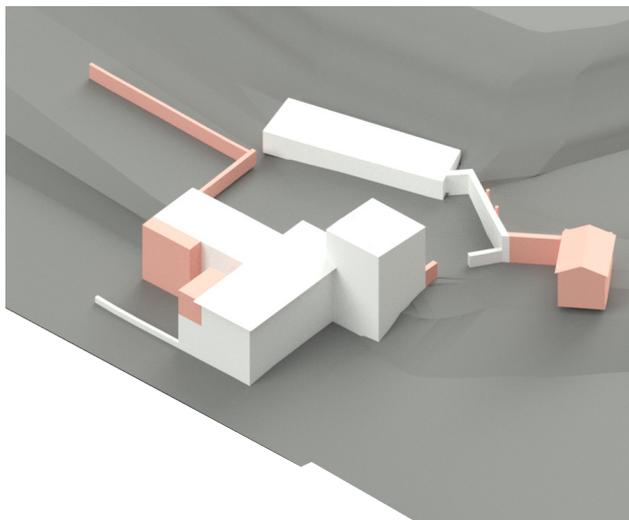
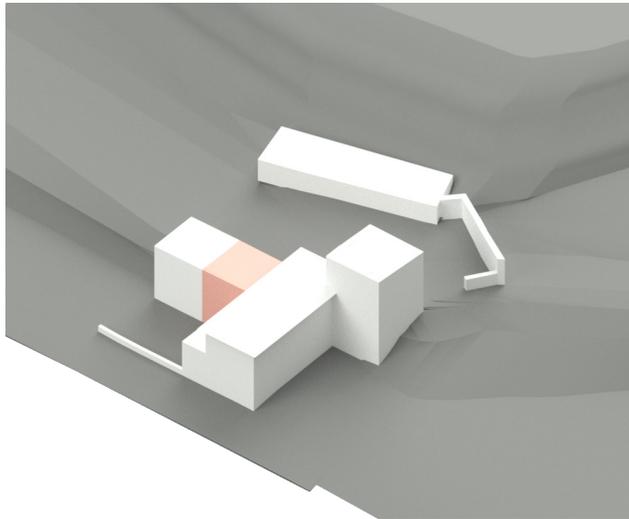
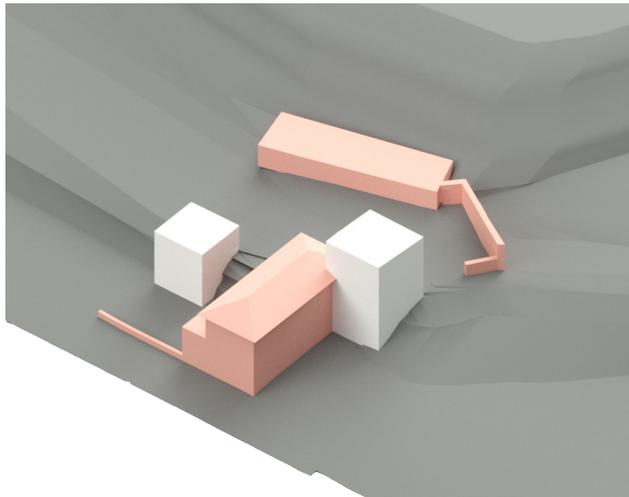


Fig. 105. Esquemas volumétricos da FASE 2

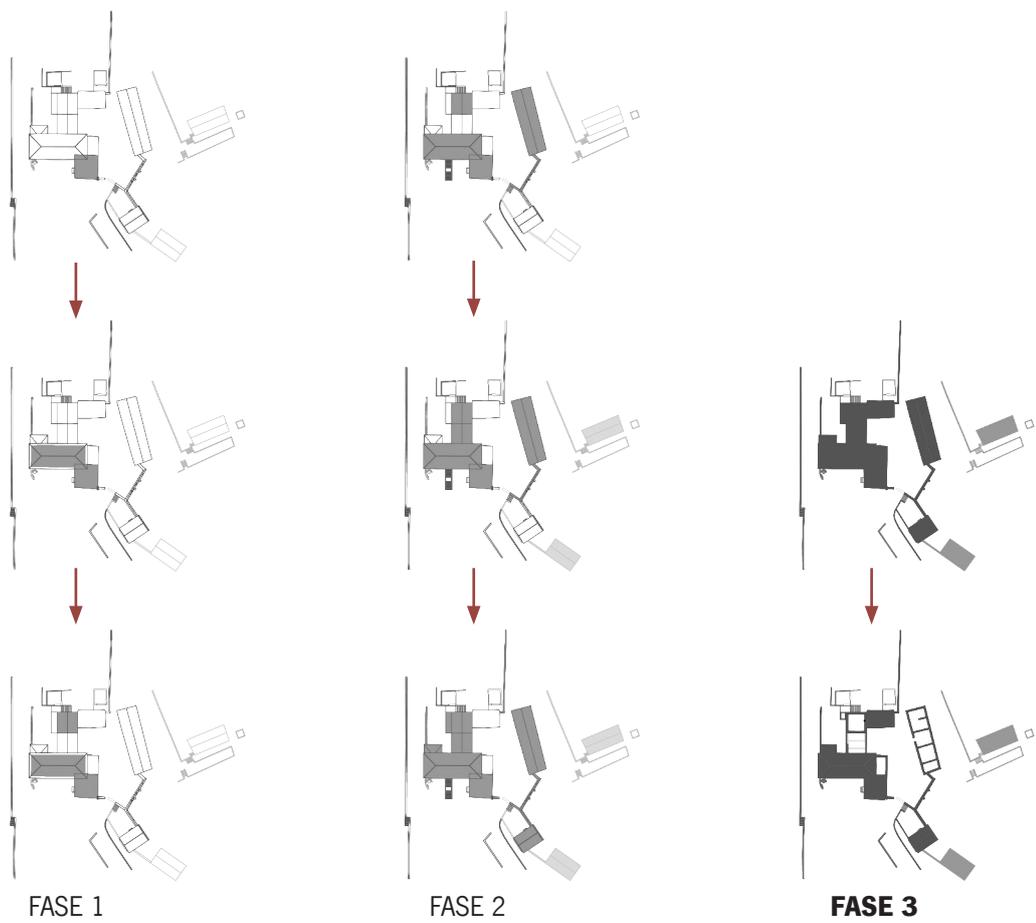


Fig. 106. Esquema evolutivo - FASE 3

FASE 3 – O período Pós-Morgadio (séc. XX – XXI)

Transformações posteriores

Após a extinção dos morgadios em Portugal, em 1863, o conjunto arquitetónico ficou durante um longo período abandonado. Já em 1880, o estado de ruína do objeto é provado por várias descrições prediais. Dado que, nestes registos, não existe a referência a uma torre, deduz-se que esta já estaria de tal modo arruinada, que já não era identificada como tal. É nesse estado que a Quinta de São Miguel passa para as mãos do Padre Manuel da Conceição da Costa e Silva, talvez já no final do século XIX e início do século XX. É ele que, segundo o testemunho de Nuno Borges de Araújo, constrói com pedra reaproveitada da Torre (V3), a pequena corte (V4) adossada à mesma e à Casa, formando estes três volumes um 'L' em planta (Fig. 107). Foi ele que recuperou a Capela e a restituiu ao culto, pois também estaria em ruína. A escada que outrora terá existido na fachada Nordeste para o andar nobre, pode, durante o período de abandono, ter desaparecido e, posteriormente, ter sido dado a esta porta de entrada, o mesmo tratamento das duas janelas de sacada existentes neste alçado.

Após a venda de quase todo o recheio da Casa e Capela pelos sobrinhos do Padre Manuel, José Joaquim, avô da atual proprietária, comprou a propriedade. A partir daí, foram apenas realizadas pequenas alterações ao conjunto como o acrescento de muros e o melhoramento de acessos (Fig. 98). Foi também colocado uma mesa e um banco em pedra no limite a Sudeste da fachada principal da Casa (Alçado Nordeste). Poderá ter sido durante esta fase que o acesso pelo Portal de Entrada deixou de fazer sentido devido ao facto de esta via se ter tornado privada, abrindo-se um novo caminho de acesso, pela cota inferior de implantação da Casa (Fig. 111).

Esta fase do objeto está bem registada por fotografias que demonstram o conjunto desde que pertenceu ao pai da proprietária até, aproximadamente, ao ano de 1980, quando foi abandonado novamente. Estas fotografias foram cedidas por Nuno Borges de Araújo, irmão da proprietária, e foram capturadas por si e pelo pai (Figs. 113 a 126). Estas imagens são os últimos registos da Casa enquanto estava habitada, sendo que hoje se encontra arruinada, como já foi referido antes. Juntamente com as fotografias, foi possível uma reconstituição do que seria o interior da Casa e o seu programa, através dos relatos, também de Nuno Borges de Araújo (Figs. 108, 109 e 110).



A



B



C



D



E

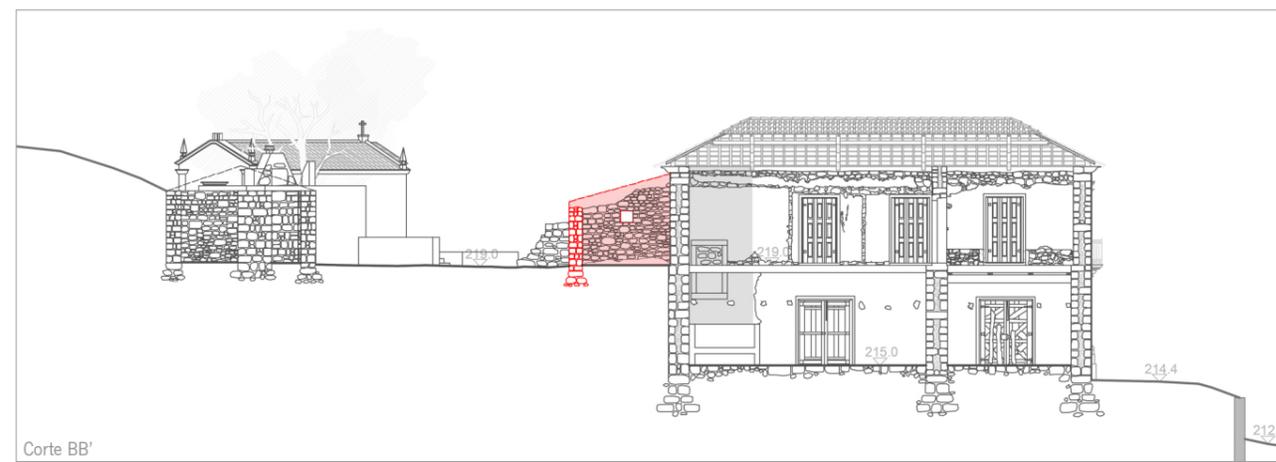
LEGENDA:

1. Desconexão do aparelho do pano da parede
2. Encerramento de vão
3. Espessura da parede
4. Interrupção da cornija
5. Estereotomia diferente
6. Diferença de altura de implantação
7. Reentrâncias na parede evidenciando a existência de um piso
8. Simetria de vãos na fachada
9. Elementos com linguagem artística contemporânea
10. Vão com tratamento diferente
11. Técnica construtiva diferente

- Nova construção
- - - Especulação - Nova construção
- Construção durante a fase anterior
- - - Especulação - Construção durante a fase anterior
- Levantamento Atual
- Reconstituição



Planta do piso superior à cota 221m



Corte BB'

Fig. 107. Desenho 1 da FASE 3 - V4, muros e banco e mesa em pedra.

Esc. 1:300

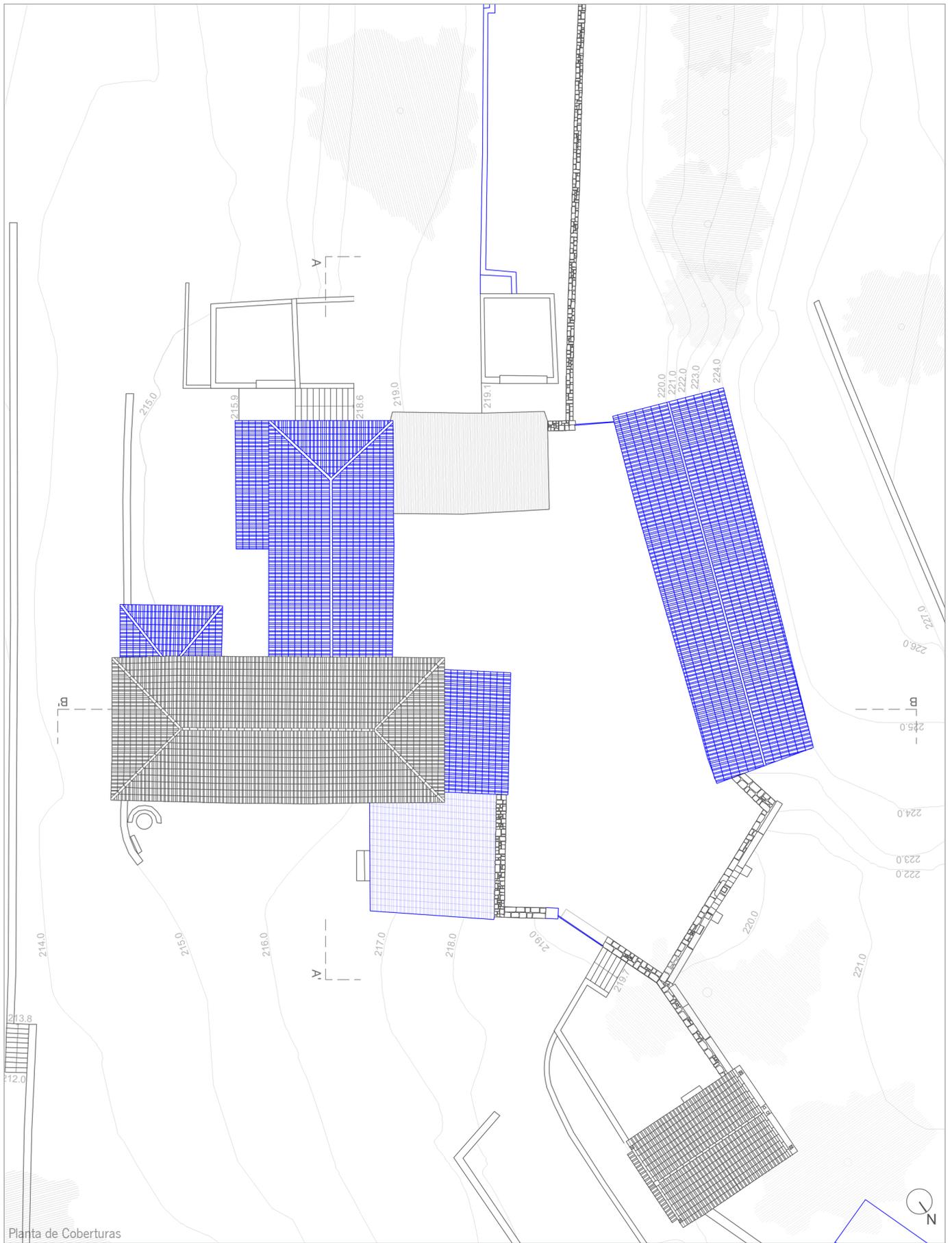


Fig. 108. Desenho 2 da FASE 3 - **Reconstituição**

Esc. 1:300

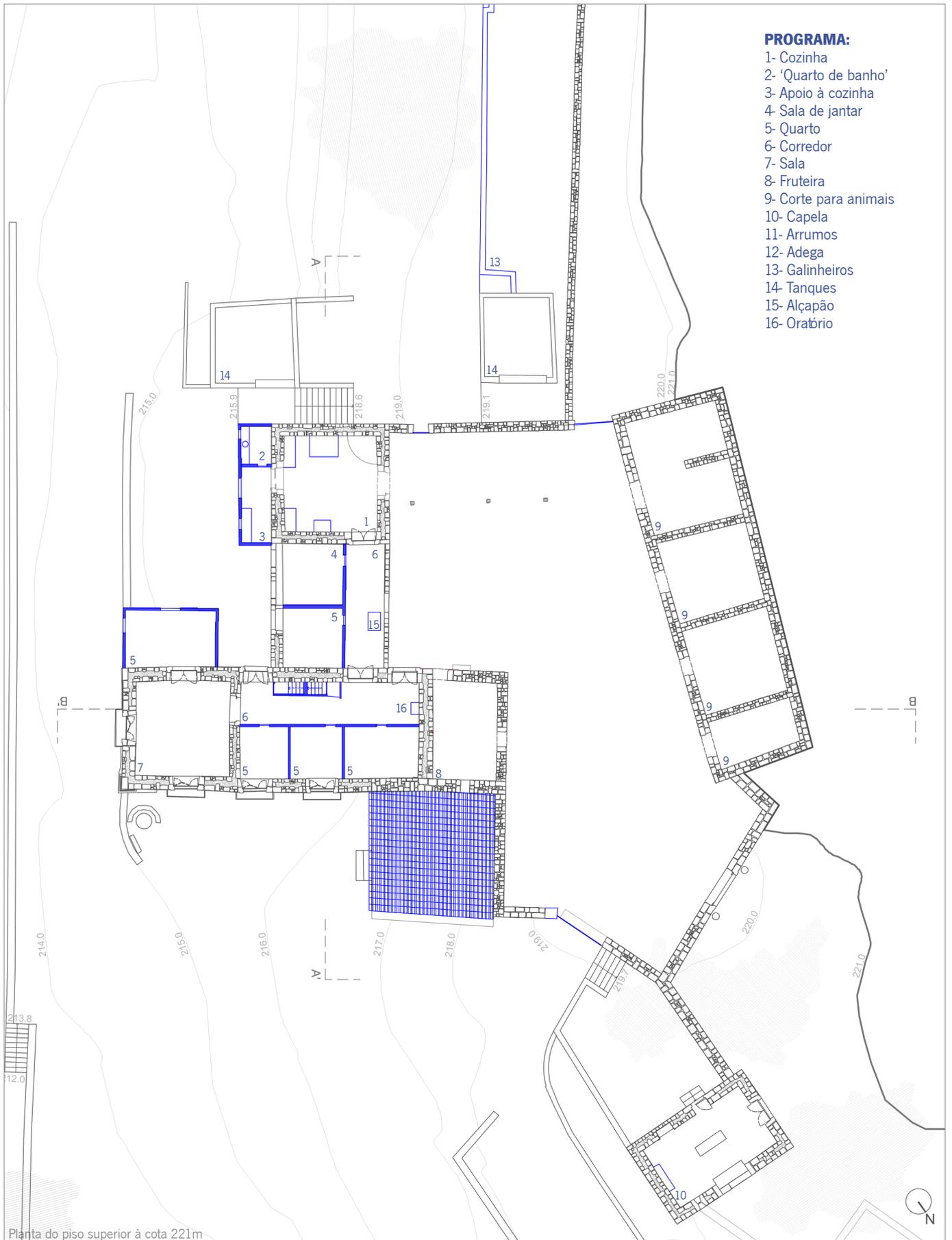


Fig. 109. Desenho 3 da FASE 3 - **Reconstituição**

Esc. 1:300

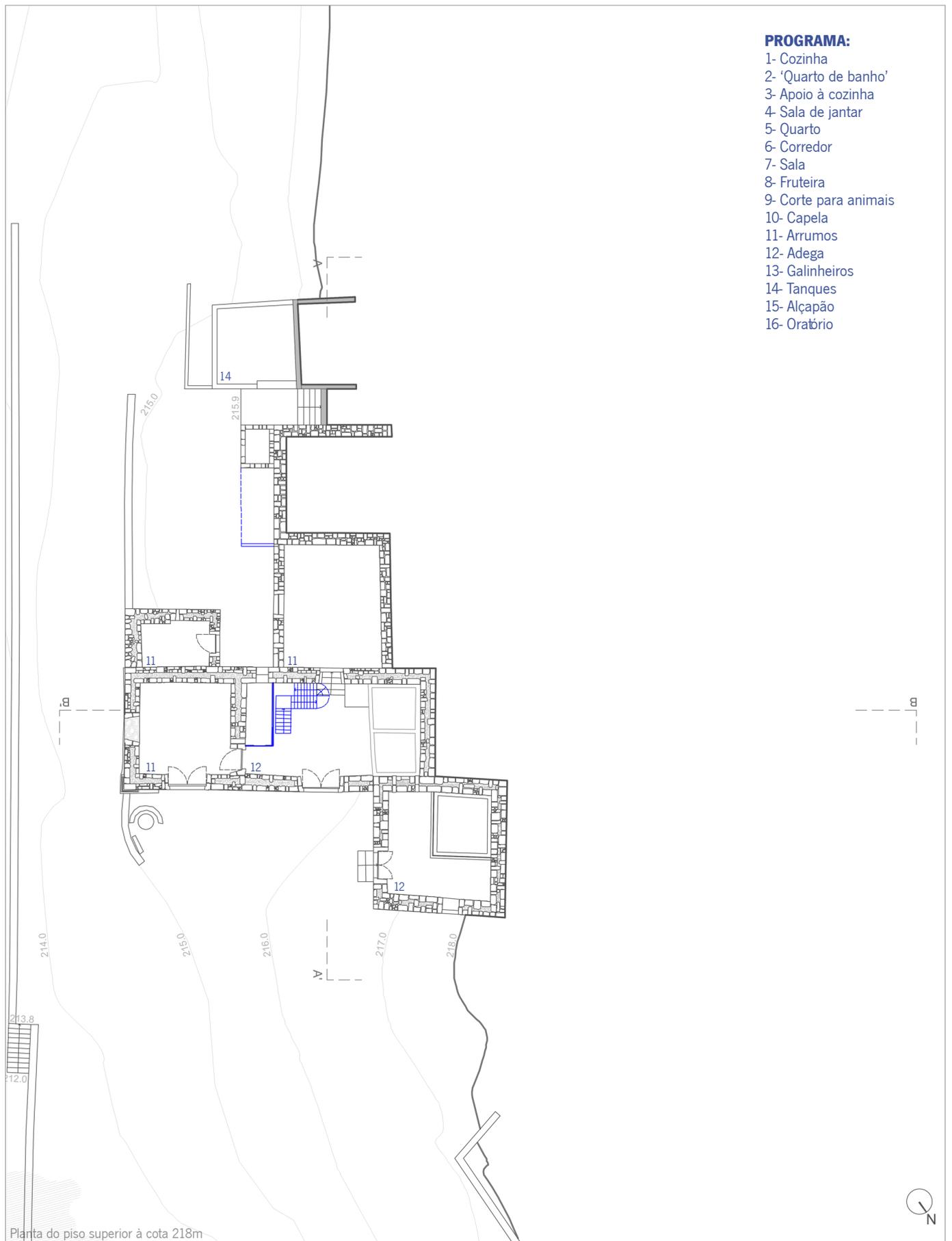


Fig. 110. Desenho 4 da FASE 3 - **Reconstituição**

Esc. 1:300

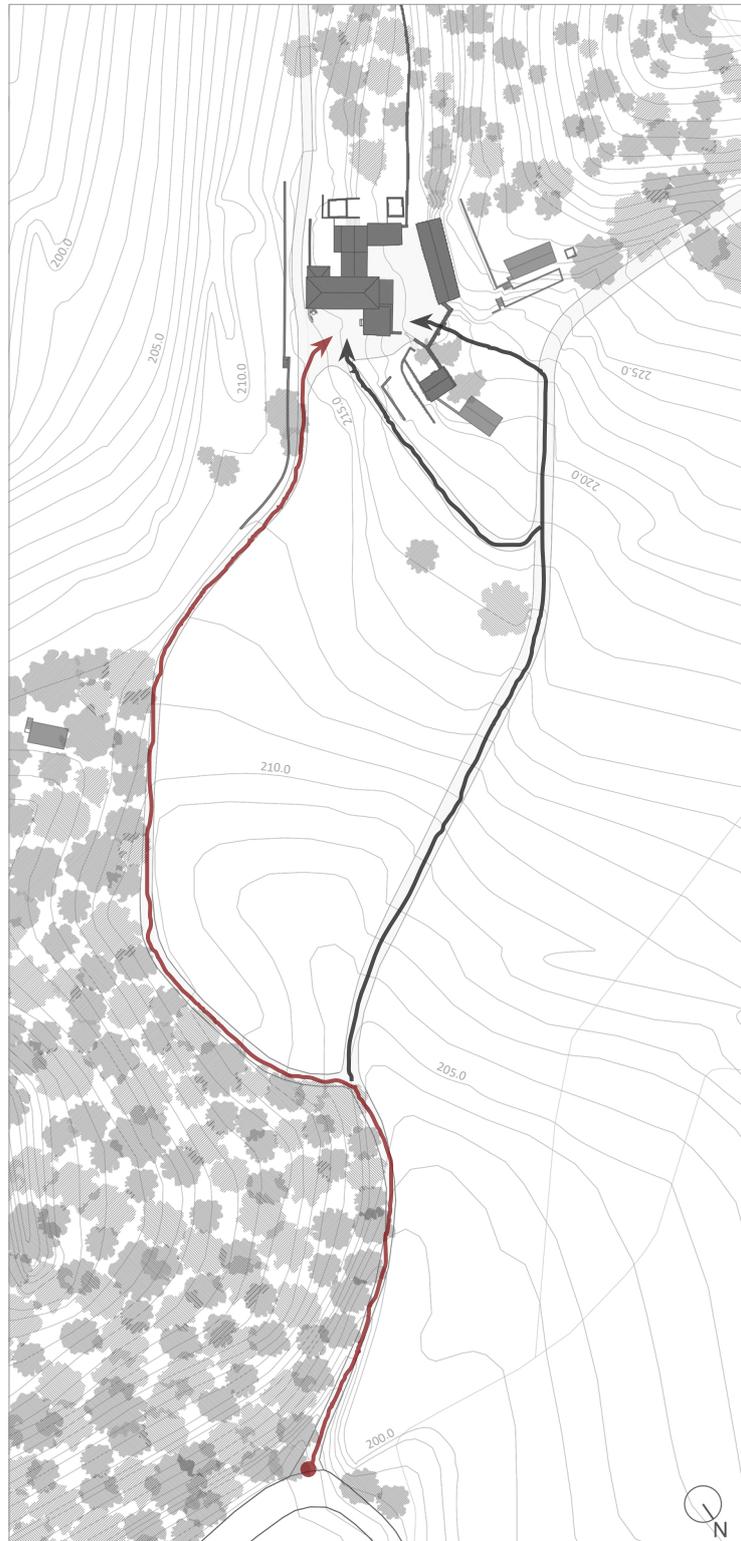


Fig. 111. Planta de Implantação com a indicação do possível percurso de acesso ao conjunto arquitetónico durante parte da FASE 3 e até hoje (**a vermelho**) e os anteriores (**a preto**) Esc. 1:2000

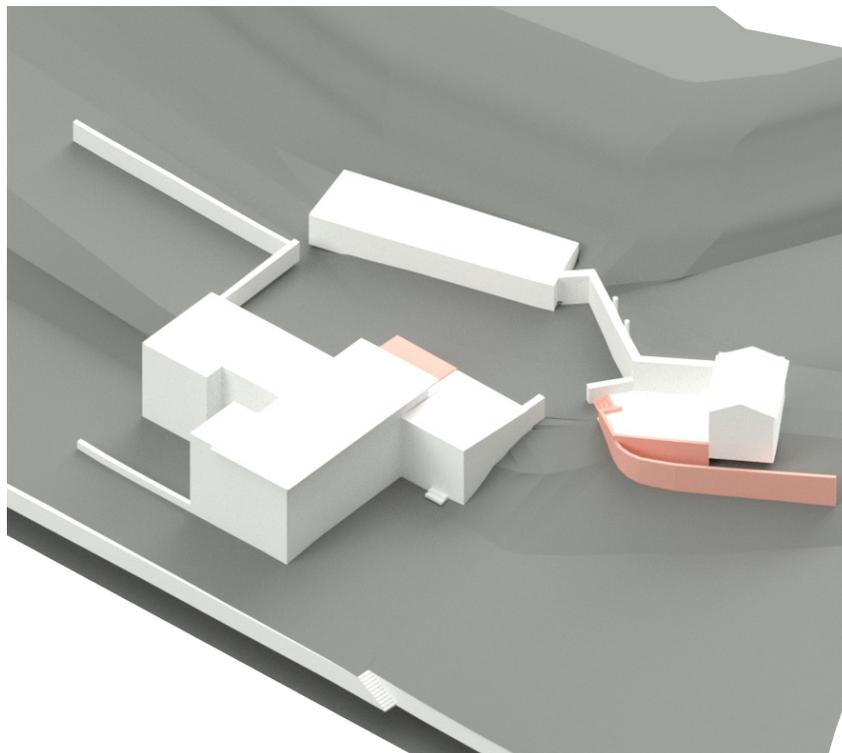


Fig. 112. Esquema volumétrico da FASE 3



Fig. 113. Vista das traseiras da Casa



Fig. 114. Vista das traseiras da Casa



Fig. 115. Alçado Oeste da Capela e Portal de Entrada



Fig. 116. Portal de Entrada



Fig. 117. Entrada lateral da Capela, na fachada Sul



Fig. 118. A Casa, à esquerda e o V4



Fig. 119. Parte do Alçado Nordeste da Casa, do V3 e do V4



Fig. 120. Vista do pátio: O V4, o acesso secundário e as cortes (V7) à direita



Fig. 121. Parte do Alçado Nordeste - a Casa e o V3



Fig. 122. Vista do pátio - O V7, à esquerda, e o Portal

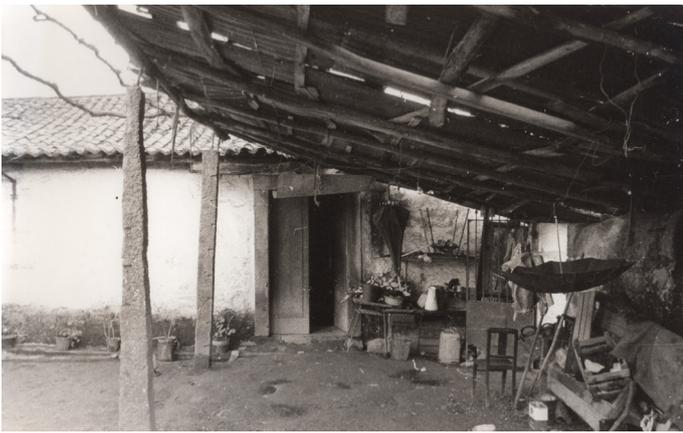


Fig. 123. A entrada para a Cozinha (V1)



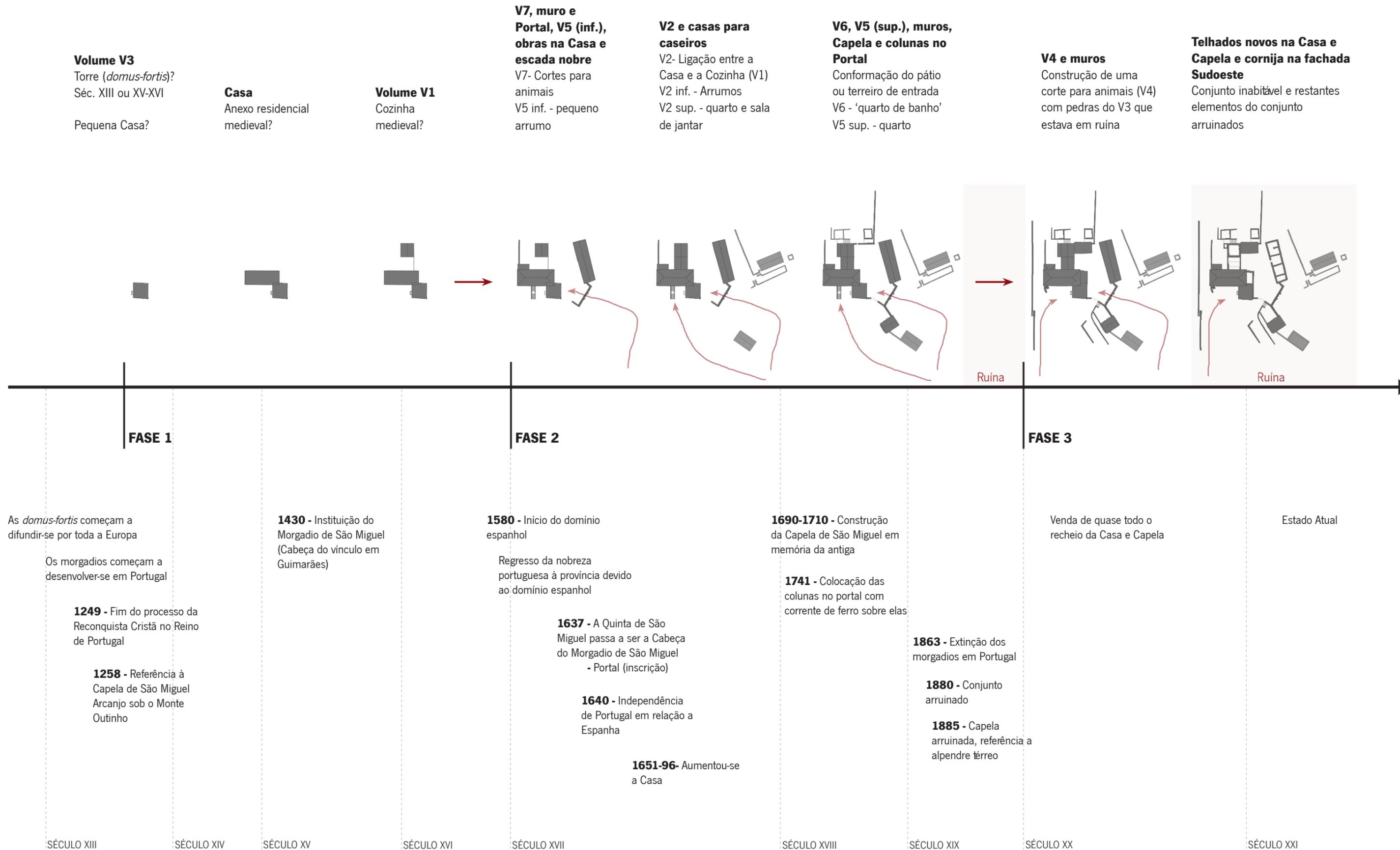
Fig. 124. A Entrada da Casa e a entrada para o V4, à esquerda.



Fig. 125. O tanque à cota superior e os galinheiros, à sua esquerda



Fig. 126. Vista de cima das escadas para a cota inferior



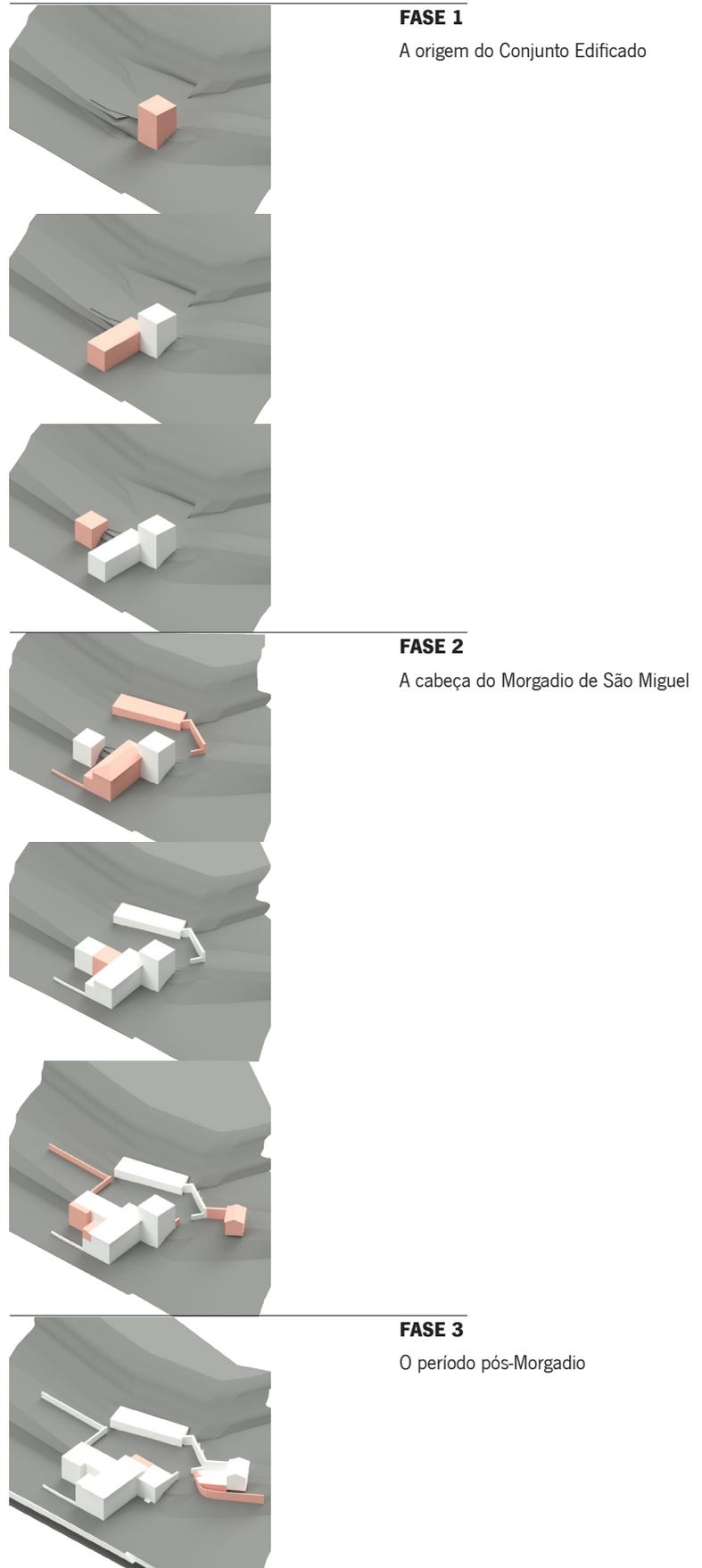


Fig. 128. Síntese Cronológica (Esquemas volumétricos)

CAPÍTULO III | **O Valor Patrimonial do Edificado**

O Valor Patrimonial do Edificado

A noção de Património não existe enquanto contexto isolado, sendo necessário compreender toda a conjuntura em volta do mesmo. O património histórico pode definir-se como “um fundo destinado ao usufruto de uma comunidade alargada a dimensões planetárias e constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que congregam a sua presença comum ao passado: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e conhecimentos humanos.”¹⁴⁸ Esta definição de Françoise Choay, remete para uma ideia de herança recebida, criada no passado, que chegou aos dias de hoje. Este legado, que podem ser bens materiais ou imateriais, reflete a história de um povo e a sua relação com o meio envolvente, sendo importante a sua preservação para manter a identidade desse povo. A identidade de cada indivíduo e de cada comunidade assenta no conhecimento da sua história e da herança que as gerações anteriores lhes transmitiram, sendo a preservação do património uma forma de manter ‘viva’ a sua história. Este complexo conceito foi evoluindo durante os séculos XIX e XX, devido aos diversos pontos de vista que surgiram relativamente ao modo de identificar, preservar e intervir nesta herança edificada, entre outras.

Primeiramente, importa elucidar vários conceitos aqui empregues, nomeadamente a distinção entre restauro e conservação. Os termos ‘restauro’ e ‘restauração’ começaram a ser utilizados e difundidos em Portugal desde 1830, “com o sentido de renovação ou de reintegração no estado primitivo.”¹⁴⁹ Inerente ao restauro está portanto a “reconstituição estilística”, devolvendo ao objeto características que se perderam por qualquer motivo e conferindo-lhe a imagem que apresentava antes. A conservação assenta na manutenção do edifício para que este se mantenha com os atributos que o tornam único e, ao mesmo tempo, continue funcional. O termo reconstrução “assumia significados mais ambíguos, podendo indicar ora uma reconstituição, inventiva - a reconstrução da forma primitiva -, ora a reposição do estado normal de funcionamento estrutural, através de acções de simples conservação.”¹⁵⁰ Todas estas práticas são intervenções no património arquitetónico, umas mais invasivas que outras e cada uma se baseia no modo individual ou coletivo de encarar e entender o património. O termo ‘preservação’ traduz mais uma ideia de proteção e salvaguarda, através, por exemplo, de medidas que promovam a consciencialização do valor inerente ao património e consequentemente a sua continuidade no tempo.¹⁵¹

Alexandre Herculano pode ser considerado o precursor da defesa do património cultural português com a sua obra, intitulada *Monumentos Pátrios*. Esta obra consiste num conjunto de quatro textos sobre

148 CHOAY (1999), p. 11

149 TOMÉ (2002), p. 128

150 Ibidem

151 Consultado em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/preservacao> (Acesso em: 20/01/2020)

monumentos e a sua definição, conceitos e valores, que foram inicialmente publicados na revista *O Panorama* em 1838-39. Esses textos foram mais tarde reunidos e reformulados pelo autor e integrados na edição de *Opúsculos* (Opúsculos II - Questões Públicas, Tomo II) em 1872-73. Neles, a noção de monumento é definida como memória, herança e património da nação, tendo o autor assumido uma posição muito crítica face ao estado de ruína de muitos edifícios com valor histórico, em consequência de negligência ou de transformações, segundo ele ofensivas, na sequência da venda em hasta pública de bens pertencentes à igreja. Almeida Garrett assumiu também um papel importante neste sentido de valorização do monumento histórico e da necessidade da sua proteção para preservar esta herança edificada. As posições destes autores marcaram o início de uma reflexão sobre os monumentos e o património, que será continuada nos anos seguintes por estes e outros autores.^{152, 153} Até finais do século XIX, o conceito de ‘monumento’ evoluiu bastante, passando a ser caracterizado por um edifício “digno de admiração pela sua estrutura ou pela sua antiguidade”.¹⁵⁴ A valorização do monumento histórico trouxe consigo a valorização da própria arquitetura e do conceito de património, na medida que “o presente tem por obrigação respeitar os monumentos legados pelo passado”.¹⁵⁵

Os conflitos armados são, de certa forma, impulsionadores da preocupação com o património histórico, já que tendem a provocar a destruição e degradação rápida e em massa das construções. A Revolução Francesa em França (1789), acelerou a definição de medidas de intervenção e uma linha de atuação para a conservação do património em risco. O vandalismo, a degradação e o desaparecimento de alguns monumentos, tornaram urgente promover o seu interesse público e a intervenção do Estado na sua salvaguarda.¹⁵⁶ A Guerra Civil em Portugal (1828-1834) deixou igualmente profundas marcas neste sentido, o que levou a uma valorização da noção de monumento e de património, através de uma vontade de ‘reparar’ os estragos causados por estas circunstâncias dramáticas.¹⁵⁷

Por toda a Europa, o tema do restauro e as suas várias implicações nos ditos monumentos foi discutida durante o século XIX. Relativamente ao tema, surgem duas posições opostas: uma intervencionista e outra anti-intervencionista. A primeira predominou na maioria dos países da Europa e a segunda sobretudo em Inglaterra. Viollet-le-Duc e John Ruskin podem ser apontados como os nomes que melhor defenderam estas duas “doutrinas”, respetivamente.¹⁵⁸ No ato de restaurar, Viollet-le-Duc defendia a destruição de todos os acrescentos de épocas posteriores à época de construção de um monumento,

152 ROSAS (1995), p. 18

153 COSTA (2002), p. 125

154 Ibidem, p. 20

155 Ibidem, p. 21

156 LUSO, LOURENÇO, ALMEIDA (2004), p. 33

157 Ibidem, p. 54-55

158 CHOAY (1999), p. 158

de modo a restituir o seu estado original. Para ele, só desse modo era possível que o edifício atingisse o seu estado mais puro, mesmo que ele nunca tivesse existido dessa forma. Isto implicava que o arquiteto restaurador se colocasse na pele do projetista da obra original para perceber quais seriam as suas ideias e motivações para continuar a obra, através de documentos e desenhos, regras de estilo ou dos edifícios circundantes, sem acrescentar contributos pessoais. O monumento devia, portanto, ser reconstruído com o objetivo de ser aperfeiçoado, procurando ser um ideal do seu estilo. Viollet-le-Duc restaurou vários edifícios, usando os seus critérios, tendo as suas ideias e orientações sido seguidas por toda a Europa, durante o século XIX, e até no século XX.¹⁵⁹

Por outro lado, John Ruskin defendia um anti-intervencionismo extremo devido ao seu entendimento de ‘monumento histórico’ como sendo sagrado. Segundo o autor, ninguém tinha o direito de intervir num monumento, pois este não pertence ao presente e sim ao passado e aos que o edificaram. Ruskin considerava que qualquer interferência num monumento era um “sacrilégio” e causaria a perda da sua autenticidade. Defendia também que o restauro era a pior forma de destruição que um monumento podia sofrer e que era um absurdo fazê-lo.¹⁶⁰ A ruína adquire, neste ponto de vista, uma maior importância, já que representa a idade da construção, a sua história e o seu passado, que são irrecuperáveis. Ruskin defendia que, quando um edifício ficava em ruína, este deveria ser apenas admirado e respeitado e nunca restaurado, permitindo a sua “desagregação progressiva”.¹⁶¹ Todavia, para um edifício não chegar a esse ponto de deterioração, Ruskin defendia a sua manutenção constante para evitar um futuro restauro.¹⁶²

Numa posição intermédia, surge Camillo Boito, que, reagindo às posições radicais dos seus contemporâneos Viollet-le-Duc e John Ruskin, defendeu intervenções de nível intermédio apoiadas nas ideias de restauro de ambos.¹⁶³ Boito defendia o respeito por todas as partes do edifício, incluindo os acrescentos de épocas posteriores, considerando que estas faziam parte da sua autenticidade, já que representavam parte da sua história. Tal como Ruskin, defendia a manutenção ao longo do tempo para que fossem evitados os restauros com acrescentos. No entanto, caso estes ficassem arruinados e degradados, e fosse necessária uma intervenção, Boito defendia que a nova obra deveria ser claramente diferenciada da original, evitando a falsificação dos edifícios, como os restauros estilísticos que Viollet-le-Duc defendia.¹⁶⁴ Foi em 1883, na *III Conferência de Arquitetos e Engenheiros Civis de Roma*, que Camillo Boito apresentou princípios de atuação no restauro de edifícios baseados neste seu modo de encarar o

159 LUSO; LOURENÇO; ALMEIDA (2004), p. 35

160 CHOAY (1999) p. 159

161 Ibidem, p. 160

162 LUSO; LOURENÇO; ALMEIDA (2004), p. 37

163 TOMÉ (2002), p. 128

164 Ibidem, p. 38

património histórico. “Os conceitos de autenticidade, de hierarquia de intervenções e de estilo restaurador permitiram a Boito estabelecer os fundamentos críticos do restauro enquanto disciplina. Ele enumerou um conjunto de regras que foram articuladas e clarificadas na sequência das destruições causadas pelos conflitos armados, desde a Primeira Guerra Mundial e à medida da evolução das técnicas construtivas, mas que, para o essencial, permanecem válidas.”¹⁶⁵

Em Portugal, ainda em 1834, os bens da igreja foram expropriados, os templos integrados no património nacional, e alguns conventos e mosteiros vendidos como quintas. Os novos proprietários destes monumentos não lhes deram uso e dedicaram-se mais à produção agrícola das suas terras, permanecendo estes edifícios ao abandono. Os monumentos que ficaram na posse do Estado foram convertidos em espaços com novas funções, nomeadamente quartéis, hospitais, universidades e outros serviços, o que levou à completa modificação do espaço interior e também, por vezes, a alterações profundas nas fachadas e volumetrias. Foi nesta altura que se começou a ser debatida a problemática da salvaguarda do património em Portugal manifestando-se em “lentas aproximações a um enquadramento legal e a instrumentos de actuação.”¹⁶⁶ Como resultado dessa preocupação com o património, em 1881 foi criada uma primeira lista que classificou os monumentos existentes no país e em 1901 foram estabelecidas bases para a classificação dos imóveis que deviam ser considerados monumentos nacionais, sendo essa lista renovada em 1910.^{167, 168}

Na transição entre o século XIX e XX, os primeiros restauros em edifícios realizados em Portugal seguiram as ideias e métodos de Viollet-le-Duc e procuraram mais reconstituir os monumentos, modificando o que os responsáveis pela intervenção consideravam ser o seu verdadeiro estilo. Várias igrejas no país foram alvo de intervenções que alteraram a sua imagem, de acordo com as vontades dos seus mentores.¹⁶⁹ Em 1920 foi criada a Administração Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, a qual “absorveu e centralizou, entre outras, as responsabilidades do Estado na intervenção no património arquitectónico classificado”, sendo dirigida por um engenheiro civil axiliado por um arquiteto. A partir da década de 1920, ocorreram uma série de grandes obras de restauro em diversos edifícios, podendo aqui apontar-se casos como a Sé do Porto (1927-1929, 1946-1968), a Igreja do Mosteiro de Leça do Balio em Matosinhos (1930-1937), a Igreja de Nossa Senhora da Oliveira em Guimarães (1930-1937) e o Paço dos Duques de Bragança também em Guimarães (1937-1945).¹⁷⁰

165 CHOAY (1999), p. 169

166 TOMÉ (2002), p. 16

167 LUSO; LOURENÇO; ALMEIDA (2004), p. 43

168 TOMÉ (2002), p. 16

169 LUSO; LOURENÇO; ALMEIDA (2004), p. 43

170 TOMÉ (2002), p.334-336

No século XX, após a 1ª Guerra Mundial (1914-18), surge a necessidade de estabelecer regras que fossem aplicadas internacionalmente, face aos vários países afetados e às várias ideias que foram surgindo relativamente ao restauro de monumentos. Tendo em vista a salvaguarda do património histórico, foram criados vários documentos e instituições de proteção e gestão do património. Através deles, foram divulgados os princípios básicos de ação e métodos a considerar na preservação e restauro dos edifícios, sítios e monumentos. O estabelecimento de normas foi provocando uma mudança no modo como todo o registo patrimonial era encarado e a necessidade de protegê-lo.

A Carta de Atenas, redigida em 1931, e com o título *Conclusões da Conferência Internacional de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos*, foi o primeiro documento normativo que expôs as noções fundamentais sobre o restauro de edifícios e estabeleceu princípios para a sua conservação. No caso de ser indispensável uma intervenção devido à degradação em edifícios, é aqui recomendado “o respeito pela obra histórica e artística do passado sem banir o estilo de nenhuma época”, bem como “que se assegure a continuidade da sua vida consagrando-os contudo a utilizações que respeitem o seu carácter histórico ou artístico.”¹⁷¹ Após este documento, surgiram outros, também sobre restauro e preservação do património.

A 2ª Guerra Mundial (1939-45) deixou por toda a Europa um rasto de destruição, que marcou profundamente este século. Cidades inteiras foram destruídas e com elas vários dos seus monumentos históricos. Devido a este cenário catastrófico, surgiu a necessidade de inovar em relação aos princípios da Carta de Atenas, que defendiam intervenções mínimas e só quando estritamente necessárias.¹⁷²

Em 1945, a ONU (Organização das Nações Unidas) criou a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), com sede em Paris. Esta organização foi criada com o propósito de contribuir para a paz e segurança no mundo mediante a educação, ciências naturais, ciências humanas e informação, e assim evitar uma nova guerra mundial. Através da sua atividade, procurou salvaguardar o património cultural e preservar as entidades culturais e tradições orais, assim como a promoção da educação para reduzir o analfabetismo.

Em 1964 surge a Carta de Veneza, intitulada *Carta Internacional sobre Conservação e Restauro dos Monumentos e Sítios*, em Veneza, e, no ano seguinte, é criado o ICOMOS (Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios), associado à UNESCO. Esta organização é composta principalmente por arquitectos, historiadores, arqueólogos, historiadores da arte, geógrafos, antropólogos, engenheiros e

171 LOPES; CORREIA (2014), p. 59

172 LUSO; LOURENÇO; ALMEIDA (2004), p. 40

urbanistas, que se dedicam a promover a teoria, a metodologia e a tecnologia aplicada à conservação, protecção e valorização dos monumentos, conjuntos e sítios.¹⁷³

O Conselho da Europa, entretanto criado em 1949, e cujos principais objetivos são a defesa dos direitos humanos, o desenvolvimento democrático e a estabilidade político-social na Europa, teve também um importante papel no âmbito do reconhecimento e protecção do património. Foi esta organização que criou a *Carta Europeia do Património Arquitectónico* em 1975, que teve lugar em Amesterdão. O seu propósito era “sensibilizar a opinião aos insubstituíveis valores culturais, sociais e económicos dos monumentos, conjuntos e sítios, no meio urbano e rural, herdados do passado” e assim criar uma linguagem comum, através dos princípios descritos na Carta, para guiar a ação de toda a Europa no que diz respeito ao seu património histórico.¹⁷⁴ Outro documento importante foi a Carta de Cracóvia em 2000, realizada em Cracóvia, e intitulada *Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído*. Este documento teve como base os princípios da Carta de Veneza, atualizando-os. Este documento introduziu também a questão da formação e a educação em património cultural, referindo que as mesmas exigem “a participação da sociedade e a integração da temática nos sistemas nacionais de educação a todos os níveis.”¹⁷⁵

Em 1972, na *Convenção Geral para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural* realizada pela UNESCO, foram criados o Comité do Património Mundial e o Fundo do Património Mundial. Nesta convenção foram definidos novos critérios para a identificação e protecção do património mundial, bem como os deveres dos Estados-membros no que diz respeito ao reconhecimento dos locais e edifícios com potencial valor, e ao seu papel na sua protecção e salvaguarda. Cada um dos Estados-membros ficou também encarregue de submeter ao Comité do Património Mundial, “um inventário dos bens do património cultural e natural situados no seu território e susceptíveis de serem inscritos” no Fundo do Património Mundial.¹⁷⁶ Portugal aderiu em 1979.

Em Portugal, as regras de classificação e protecção do património edificado, são atualmente da responsabilidade da Direção Geral do Património Cultural (DGPC). Relativamente ao Património Imóvel, os edifícios abrangidos são incluídos em três categorias diferentes, de acordo com as leis internacionais. Os imóveis podem ser classificados como: Monumento Nacional, Imóvel de Interesse Público ou Imóvel de Interesse Municipal. O conjunto arquitectónico da Quinta de São Miguel não se encontra classificado,

173 Retirado de: <http://www.icomos.pt/index.php/o-que-e-o-icomos> (Acesso a 15/12/2019)

174 Retirado de: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CARTAEUROPEIADOPATRIMONIOARQUITECTONICO.pdf> (Acesso a 20/12/2019)

175 Retirado de: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf> (Acesso a 20/12/2019)

176 Retirado de: <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf> (Acesso a 21/12/2019)

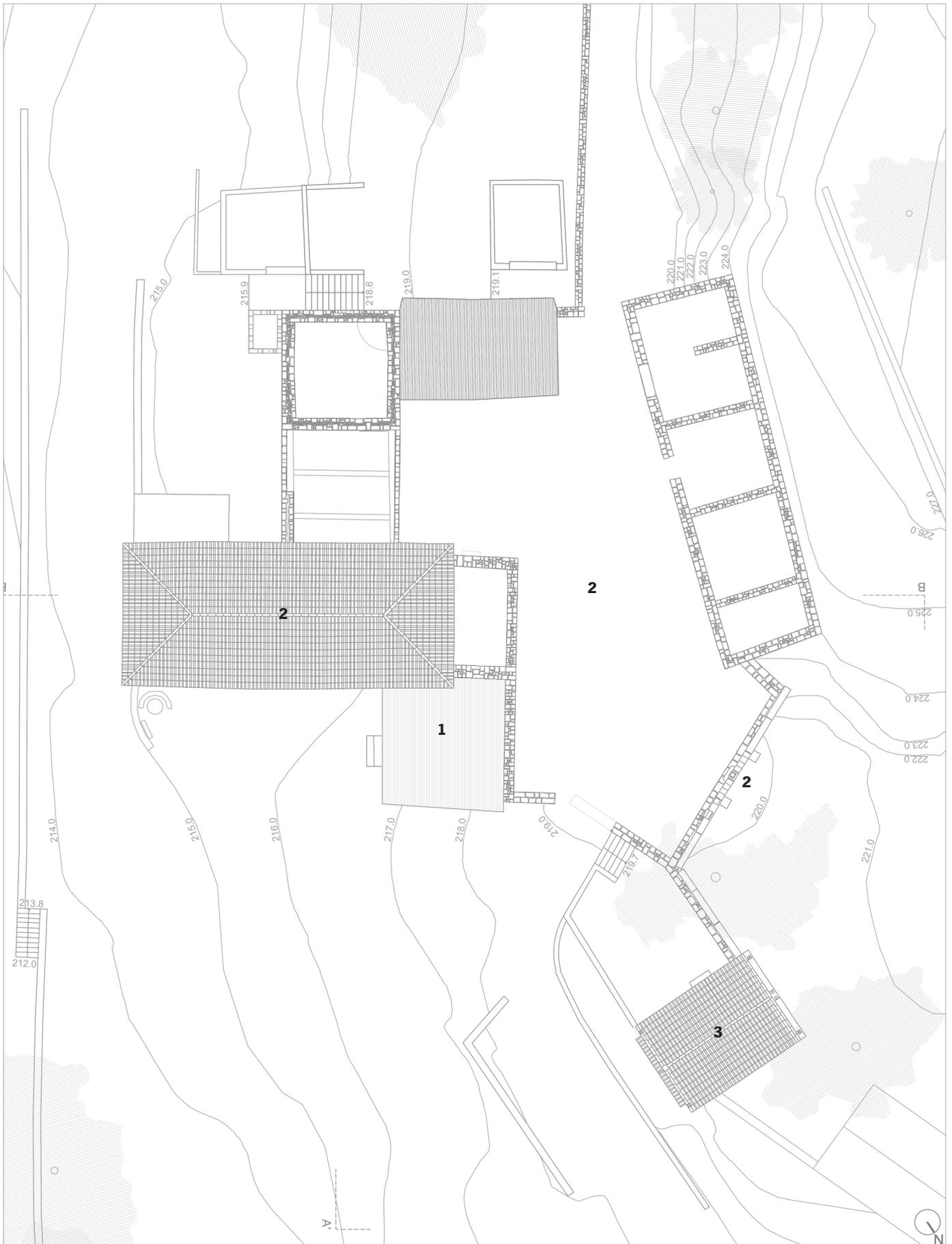


Fig. 129. Planta de Coberturas com a identificação dos elementos com valor patrimonial (Esc. 1:300)

sendo por isso importante demonstrar o valor histórico e arquitetônico que possui.

Através da análise e interpretação do objeto, realizadas nos capítulos anteriores, tornou-se óbvia a sua importância no lugar onde se insere, durante os séculos da sua existência. A Casa de São Miguel é uma prova física da sua história, ao incorporar todo um conjunto de marcas que evidenciam a sua existência em cada época. Trata-se de um edifício com interesse histórico, cultural e social na medida que, com o conhecimento do seu passado, se pode compreender o seu contexto, envolvente e imagem atuais. Por esses motivos, pode ser considerado um edifício com considerável valor para a comunidade mais próxima e também para o enriquecimento da história da casa senhorial a nível regional e nacional. No entanto, o conjunto necessita de profundas intervenções de salvaguarda, devido ao seu estado avançado de degradação, e, conseqüentemente, estas poderão ter um grande impacto na sua imagem atual. Torna-se necessário, portanto, avaliar o que de maior interesse há a salvaguardar, para que, num eventual novo projeto sejam tomadas decisões informadas, com base nesses critérios. Esta identificação e categorização é importante, já que permitirá preservar os elementos que caracterizam este conjunto edificado e o tornam único do ponto de vista histórico, impedindo que se percam por desconhecimento da sua relevância e simbolismo no contexto da sua evolução morfológica. Não sendo, no entanto, o seu valor cultural nacional reconhecido, serão de seguida enumerados os constituintes do conjunto que lhe conferem valor patrimonial.¹⁷⁷

1- A antiga torre (V3), a ter existido, que pode ter adotado um caráter defensivo e ao mesmo tempo ter sido residência, no século XIII, ou ter sido construída como símbolo de prestígio da nobreza, já no século XV-XVI, parece ter sido o elemento gerador do conjunto, e por isso, de extrema relevância. Apesar de o seu estado atual não permitir identificá-lo como torre, importa salientar a sua importância no conjunto, devido à hipótese de lhe poder conferir a designação de 'casa-torre'. A sua localização parece ter sido pensada para possuir um bom alcance visual, o que reforça a ideia de este corpo ter sido construído ainda com o objetivo de defesa. Característico das torres de menagem dos castelos, o volume é arcaizante com paredes espessas.

2- O corpo paralelepípedo retangular adossado ao volume V3 (possível torre) é o elemento que tem mais uso atualmente e o que se encontra em melhor estado de conservação, nomeadamente devido à renovação recente do telhado. Apesar da linguagem dos alçados, atribuída ao século XVII, pode ter tido origens mais recuadas. As fachadas nobres da Casa (Alçados Nordeste e Sudeste) são a imagem do

177 Aqui, pode ser repetida alguma informação já apresentada no Capítulo II

conjunto, já que se posicionam de modo a serem avistadas ao longe. O Portal de entrada com frontão triangular, exibindo o brasão da família ao centro, construído também durante este século, evidencia a importância conferida ao momento de entrada. Estes dois elementos, pelo seu desenho e composição de gosto maneirista, são a mais significativa representação deste estilo artístico no conjunto. Na fachada Nordeste do volume da Casa poderá ter existido uma escadaria nobre, hoje inexistente, reforçando o eixo de simetria deste alçado e acentuando a diferenciação entre o piso térreo e o *piano nobile*. No portal foram incorporados posteriormente elementos que podem indicar uma mudança de gosto com a colocação de duas colunas toscanas e de merlões de modo assimétrico a encimar o muro. Esta concentração de elementos simbólicos no momento de entrada, salienta a relevância da residência nobre, como também a vontade de exibir poder e prestígio. O pátio exterior ou terreiro, conformado também na mesma época com a construção do muro, do Portal e das cortes para animais (V7), articula todos os volumes, sendo o seu desenho irregular. O ato de encerrar um espaço, separando-o do exterior, demonstra uma vontade de maior privacidade e hierarquização. Este pátio, apesar de suceder ao momento de entrada principal no conjunto, tem um caráter mais funcional, com acesso direto às cortes e à cozinha. As fachadas nobres da Casa não se encontram viradas para o pátio, denotando-se aqui uma vontade de diferenciação entre uma zona de serviço e, conseqüentemente, de maior movimento, e uma zona de maior serenidade, que corresponde à área envolvente dessas fachadas, possuindo esta uma vista para a vasta propriedade e para a Capela.

3- A Capela de São Miguel, construída na transição entre o século XVII e XVIII, muito deteriorada, apesar da renovação do telhado, encontra-se sem uso. A sua volumetria é simples e caracteriza-se pela ausência de decoração, ao possuir fachadas lisas e brancas. No entanto, a talha dourada presente no altar, muito degradado, pode ser um indício da vontade de esboçar o léxico barroco no conjunto. Apesar de se encontrar separada da Casa e com uma orientação oblíqua em relação a esta, ocupa uma posição de destaque, implantando-se a uma cota ligeiramente mais elevada e virando-se para o exterior da propriedade. Juntamente com o Portal, a Capela representava a imagem do conjunto para o exterior, até possivelmente inícios do século XX, quando a entrada se realizava pelo Portal e a Capela era aberta à comunidade.

4- O modo como todo o conjunto de construções se implanta no terreno, a sequência e organização dos vários espaços, e o sentido unitário que assume, articulando as componentes medieval, vernacular e moderna são também aspetos que lhe conferem valor patrimonial.

Está espelhado, neste conjunto edificado, o abandono que sofreu e que ainda permanece na maior parte dos edifícios, sendo hoje usado, apenas como auxílio à atividade agrícola na propriedade. Este conjunto não está habitável, e necessitaria de um grande investimento para que o voltasse a ser. Nestas circunstâncias, e sendo esta propriedade privada, torna-se pertinente refletir sobre as possíveis formas de recuperar e preservar a sua integridade, devido ao valor que possui.

Até à extinção dos Morgadios, em 1863, a família foi sempre responsável pela conservação e manutenção do conjunto, enquanto aí residiu. Após o primeiro período de abandono, que durou até inícios do século XX, o objeto foi alvo de obras, que certamente alteraram a configuração original de vários elementos. Em alguns casos, no entanto, o restauro poderia já não se justificar. A possível torre, por exemplo, podia estar já tão arruinada que, para além de não fazer sentido um restauro devido à sua inutilidade do ponto de vista funcional, poderia haver falta de meios financeiros para o fazer, acabando esta por ser transformada em algo mais útil entretanto - uma adega - talvez já em meados do século XX. A mesma adega ainda hoje é usada, juntamente com a existente no piso térreo da Casa. Esta reconversão ocorreu durante a evolução morfológica desta residência e não deve ser entendida como um 'atentado' ao património mas como um processo de evolução natural deste conjunto, e que deve ser respeitado. Torna-se óbvio que este volume já não tem e nunca mais terá a configuração de uma torre, sendo importante a sua conservação, tal como se encontra hoje. O mesmo sucede com a antiga escada nobre que existiu na casa, não havendo neste caso qualquer vestígio da sua presença no edifício.

Como declara a Carta de Cracóvia, “devem ser evitadas reconstruções de partes significativas de um edifício, baseadas no que os responsáveis julgam ser o seu “verdadeiro estilo””, não fazendo portanto o menor sentido a sua reconstrução. Interessa, no entanto, reter o seu passado como memória, para assim se compreender o contexto e a evolução morfológica do conjunto. Ou seja, preservar o que resta desse volume e diferenciá-lo dos restantes acrescentos em possíveis intervenções no mesmo. Isto aplica-se também aos seus restantes elementos, que estando já muito deteriorados e incompletos, necessitam de intervenções que os tornem suscetíveis de serem usados, sendo importante distinguir os elementos existentes dos que forem adicionados, devendo estes últimos “expressar a linguagem da arquitectura actual”¹⁷⁸, como Camillo Boito já defendia no século XIX. Na mesma Carta, é ainda referido, acerca dos monumentos e dos edifícios com valor histórico, que o objetivo da sua conservação é o de “manter a sua autenticidade e integridade, incluindo os espaços interiores, o mobiliário e a decoração, de acordo com o seu aspecto original.”¹⁷⁹ Ora, esta afirmação demonstra a importância de uma manutenção constante

178 Retirado de: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf> (Acesso em 24/01/2020)
179 Ibidem

para que o objeto se mantenha com as características que o tornam único. Esta manutenção deixou, há muito, de ser realizada na Casa de São Miguel, sendo importante encontrar uma solução que sustente o seu restauro, conservação e preservação, e que promova a divulgação da sua história.

Dado que a proprietária não pretende habitar a casa permanentemente, o turismo rural será provavelmente uma das soluções possíveis para sustentar as despesas das obras de restauro e de manutenção e garantir o uso contínuo dos espaços, impedindo um novo período de abandono e ruína. Importa no entanto salientar que este uso deverá ser apropriado às especificidades do edifício. Como se pode ler na Carta de Cracóvia, requer-se “um uso apropriado para os monumentos e edifícios com valor histórico, compatível com os seus espaços e o seu significado patrimonial. As obras em edifícios com valor histórico devem analisar e respeitar todas as fases construtivas pertencentes a períodos históricos distintos.”¹⁸⁰ Segundo estas recomendações da Carta de Cracóvia, verifica-se a importância da ocupação destes espaços ser similar à que outrora teve, para desse modo não serem necessárias grandes alterações no edifício. Desse modo, poderão manter-se os espaços existentes, permanecendo estes adequados ao uso atual. Ao mesmo tempo, é importante o conhecimento profundo da história do conjunto para, com base nas suas especificidades, serem tomadas as decisões mais adequadas no ato projetual.

Não existe uma só forma de intervir num edifício histórico, cada caso é um caso e é necessária uma análise aprofundada para reconhecer quais as melhores medidas a tomar de modo a que o objeto em questão seja reaproveitado da melhor forma no momento atual, mantendo as características que refletem o seu passado histórico. As normas e princípios estabelecidos nas cartas sobre a conservação do património são um auxílio no momento de intervir, mas o que terá mais peso no resultado final será a sensibilidade do arquiteto e do cliente no ato de projetar e o seu conhecimento da evolução morfológica do objeto, bem como o novo programa atribuído, entre outros fatores. “Qualquer intervenção sobre o património, em particular o arquitectónico, exige hoje um conjunto complexo de operações, que obrigam à adopção de modelos e metodologias de abordagem cada vez mais consistentes e completos, e o recurso a uma diversidade de especialidades científicas e técnicas. Porque o património respeita a entidades com uma complexidade acrescida pelo Tempo; o tempo da construção, os tempos das sucessivas sobreposições de etapas de modificação, os tempos próprios dos materiais, dos sistemas e das técnicas construtivas, o tempo dos conceitos de projectar os espaços em cada época, e os tempos dos usos e das diferentes maneiras de utilizar os monumentos.”¹⁸¹

No âmbito da valorização do património arquitectónico, pode aqui mencionar-se a obra do arquiteto

180 Ibidem

181 LACERDA (2002), p. 6

Fernando Távora, nomeadamente os restauros da Casa da Covilhã (1973-76) e da Casa da Rua Nova (1985-87) em Guimarães. A Casa da Covilhã localiza-se na freguesia de Fermentões e a sua construção compreendeu diversas fases. No primeiro quartel do século XVII foi construída a Casa e a Capela, em 1705 a casa foi ampliada e no século XIX foram remodelados alguns vãos.¹⁸² Em 1973, Fernando Távora herdou a casa e realizou “uma obra intimista onde os valores espirituais da paisagem e da arquitetura emergem como o lugar transcendente da memória.”¹⁸³ Apesar das mudanças por razões de conforto no interior, e pelas exigências contemporâneas, o arquiteto manteve a disposição espacial da casa e procurou preservar a sua imagem original.¹⁸⁴ A Casa da Rua Nova situa-se na Rua de Egas Moniz e “apesar da origem medieval, foi totalmente reconstruída no século XVIII, tendo sofrido nova intervenção no século XIX, que modificou a configuração do seu interior.” Esta obra marcou o início da revitalização do centro histórico da cidade e graças a ela Fernando Távora recebeu o prémio *Europa Nostra* em 1985, na categoria de Conservação. Na sua recuperação foram utilizados mão-de-obra local e materiais e técnicas tradicionais, tendo a União Europeia reconhecido “a qualidade da actuação levada a cabo” na Casa e “sublinhou os critérios de restauro adoptados no edifício.”¹⁸⁵

O modo de encarar o património arquitetónico está em constante evolução e esse facto poderá influenciar as possíveis obras de restauro que o objeto irá sofrer. Na Carta de Cracóvia, o termo restauro está definido como sendo “uma intervenção dirigida sobre um bem patrimonial, cujo objectivo é a conservação, da sua autenticidade e a sua posterior apropriação pela comunidade”¹⁸⁶, no entanto, como se tem vindo a observar ao longo dos séculos a sua definição poderá também alterar-se no futuro. Considera-se todavia que no presente, a ação mais importante numa intervenção será a de manter e conservar os estratos arquitetónicos correspondentes aos diferentes tempos da existência do objeto - a componente **medieval** (eventualmente), a **vernacular** (de várias épocas) e a **moderna** - preservando desse modo o valor intrínseco ao mesmo. Nos projetos de intervenção no património, deve sempre existir a preocupação em entender o que já existe e a sua história, não podendo esta ser ignorada. O encontro do ‘novo’ com o ‘velho’ deve ser trabalhado com algum cuidado e ponderação, de modo a criar um ‘diálogo’ entre ambos. Esse ‘diálogo’ é que irá ditar o sucesso da obra, ao promover o uso do edifício, adaptado ao modo de habitar atual, sem destruir as heranças do passado, e preservando assim o seu valor patrimonial.

182 Retirado de: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=25197 (Acesso em: 25/01/2020)

183 Retirado de: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.095/147> (Acesso em 27/01/2020)

184 GONÇALVES (2013), p. 75

185 Retirado de: <https://www.publico.pt/2010/02/25/jornal/casa-recuperada-por-tavora-esta-ha-mais-de-dois-anos-abandonada-em-guimaraes-18872671> (Acesso em 27/01/2020)

186 Retirado de: <http://patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf> (Acesso em: 25/01/2020)

NOTAS FINAIS | **Conclusão**

Conclusão

Através da análise ao conjunto edificado da Quinta de São Miguel, compreendida nos capítulos anteriores, pode concluir-se que estão nele materializados gostos e vontades de várias épocas, talvez desde a Idade Média, tornando-o num objeto com valor histórico e arquitetónico. Esta investigação revelou-se essencial para o reconhecimento e especulação das transformações morfológicas que ocorreram no conjunto desde a sua fundação até aos dias de hoje, contribuindo assim para um maior conhecimento e compreensão sobre o mesmo.

Metodologicamente, o processo de análise realizou-se nos dois primeiros capítulos, que expõem os resultados das diversas fases de análise e interpretação acerca do objeto, intitulados '**Da História ao Objeto**' e '**Do Objeto à Interpretação**'. No último capítulo, intitulado '**O Valor Patrimonial do Edificado**', foi feita uma reflexão sobre o valor patrimonial do conjunto, identificando os elementos que lhe conferem esse valor e que interessa serem preservados numa futura intervenção. Transversal a todo o trabalho foi o contributo do levantamento arquitetónico, realizado num momento inicial, e que constitui o registo mais atual e rigoroso sobre o conjunto. Os desenhos resultantes deste levantamento, juntamente com o levantamento fotográfico, possibilitaram o pensamento, interpretação e demonstração constantes ao longo do trabalho. O cruzamento dos desenhos e de todos os dados recolhidos ao longo do processo de trabalho, as análises métricas e visuais, e a comparação com outros casos coevos e exemplares de cada época, resultaram na identificação de três fases construtivas por que terá passado o objeto em estudo. A primeira fase, intitulada '**A origem do Conjunto Edificado**', corresponde à fundação de um volume de base aproximadamente quadrangular que poderá ter sido uma torre ou uma pequena casa, um corpo paralelepípedo retangular adossado a ele e outro quadrangular, construídos provavelmente até ao final do século XVI. A segunda fase, intitulada '**A cabeça do Morgadio de São Miguel**', decorre desde o início do século XVII até ao final do século XIX e retrata o conjunto durante o período em que mais cresceu e se aproximou do estado em que se encontra hoje. A terceira fase, intitulada '**O período pós-Morgadio**', é alusiva a pequenas alterações que se verificaram desde o século XX até hoje.

Com a contextualização de cada fase construtiva proposta na história da arquitetura portuguesa, pretendeu-se compreender o valor patrimonial do conjunto. A importância e significado de cada um dos seus estratos arquitetónicos é aqui exposta de modo a auxiliar as decisões a serem tomadas num futuro ato projetual. Com isto pretende-se que este documento seja também uma ferramenta útil para o entendimento deste edifício como palimpsesto construtivo, assumindo-se como uma síntese da evolução entre diferentes épocas da história, e no qual estão presentes as marcas das transformações por que

passou, e dos seus vários períodos de existência. São precisamente essas marcas e elementos que conferem ao conjunto valor patrimonial e o tornam único, sendo por isso importante a sua preservação numa eventual intervenção de salvaguarda e valorização, dado o seu estado de ruína e degradação.

Para além da criação de um novo e detalhado documento sobre a Casa de São Miguel, inexistente até então, procura-se que o trabalho não fique estanque no tempo mas que seja um contributo para o campo de estudo da História da Arquitetura e que crie oportunidade para a realização de mais estudos sobre o objeto. Dado que já foram realizados vários estudos sobre a Casa Senhorial, nomeadamente na região do Minho, e este caso nunca foi abordado, ficam aqui reunidas condições para que este possa futuramente entrar na discussão desta temática. Face às dificuldades e dúvidas que surgiram na presente investigação, e na eventualidade de este objeto ser alvo de mais estudos no futuro, poderá ser vantajosa a articulação com outras áreas disciplinares, como por exemplo a arqueologia e a história, que poderiam auxiliar no processo de investigação.

Bibliografia

Monografias/Estudos

AFONSO, José Ferrão; FERRÃO, Bernardo - *A evolução da forma urbana de Guimarães e a criação do seu património edificado*. Guimarães : Câmara Municipal de Guimarães, 2000.

APPLETON, João - *Reabilitação de Edifícios Antigos - Patologias e Tecnologias de Intervenção*. 2ª ed. Lisboa: Edições Orion, 2011. ISBN 972-8620-03-9.

AZEVEDO, Carlos – *Solares Portugueses: Introdução ao estudo da casa nobre*. 1.ª ed. Lisboa : Livros Horizonte, 1969.

AZEVEDO, Padre Torquato Peixoto D' – *Memórias Ressuscitadas da Antiga Guimarães*. Porto : Typographia da Revista. 1845 p. 362.

BARROCA, Mário Jorge - Torres, casas-torres ou casas-fortes: a concepção do espaço de habitação da pequena e média nobreza na Baixa Idade Média (sécs. XII-XV). *Revista de História das Ideias*. Coimbra. Vol. 19 – A Cultura da Nobreza (1998), p. 39-103.

BARROCA, Mário Jorge – Em torno da residência senhorial fortificada: quatro torres medievais na região de Amares. *Revista de História*. Porto. Vol. 5, nº9 (1989), p.9-61.

BELLINO, Albano – *Archeologia Christã*. Lisboa : Empreza da História de Portugal Sociedade Editora, 1900. p. 121, 122 e 163. [Disponível em: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/91/Archeologia_christã%3B_descricao_historica_de_todas_as_egrejas%2C_capellas%2C_oratorios%2C_cruzeiros_e_outros_monumentos_de_Braga_e_Guimarães.pdf]

BINNEY, Marcus; SAPIEHA, Nicolas – *Casas Nobres de Portugal*. 4.ª ed. Lisboa : Difel, 1987. ISBN 978-972-29-0160-4.

CALDAS, António José Ferreira – *Guimarães: apontamentos para a sua história*. Guimarães : Câmara Municipal de Guimarães; Sociedade Martins Sarmiento, 1996.

CALDAS, João Vieira – *A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII*. Porto : FAUP - Faculdade de Arquitectura da Universidade Porto, 1999. ISBN 9789729483318.

CARITA, Helder – *A Casa Senhorial em Portugal: Modelos, Tipologias, Programas Interiores e Equipamento*. 1.ª ed. Lisboa : Leya S.A., 2015. ISBN 978- 989-660-393-9.

CHOAY, Françoise - *A Alegoria do Património*. 1ª ed. Lisboa: Edições 70, 1999. ISBN: 972-44-1037-4.

Conservatória do Registo Predial de Guimarães, Livro B, nºs 13382 e 13387.

CORREIA, José Eduardo Horta - *Arquitectura Portuguesa - Renascimento, Maneirismo, Estilo Chão*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 2002. ISBN 972-23-1442-4.

COSTA, Alexandre Alves - A Arte de Construir a Transformação. *Revista Património Estudos*. Lisboa. ISSN 1645-2453. nº 3 (2002), p. 124-128.

CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra – *Memórias Ressuscitadas da Província de Entre Douro e Minho no ano de 1726*. Ponte de Lima : Edições Carvalhos de Basto Lda, 1992, Vol. I. p. 196.

FERNANDES, José Manuel - *Cidades e Casas da Macaronésia*. Porto : FAUP - Faculdade de Arquitetura da Universidade Porto, 1996. ISBN 9789729483202.

GAYO, Felgueiras – *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Impressão Diplomática do original manuscrito existente na Santa Casa da Misericórdia de Barcelos. Braga: Tip. Augusto Costa & C.a Lim.da, 1940. Vários Tomos.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia.

GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira - Monumenta usque ad regiminis Alphonsi Henrici initium exarata complectens. In GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira - *Vimaranis Monumenta Historica*. 2ª ed. Guimarães: Vimaranensis Senatus Edita, 1931. Parte I.

HESPANHA, António Manuel et al. - O Antigo Regime (1620-1807). In MATTOSO, José - *História de Portugal*. 2407ª ed. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. ISBN 972-42-0715-3. 4º Volume.

LACERDA, Manuel - Na perspectiva do Tempo. *Revista Património Estudos*. Lisboa. ISSN 1645-2453. nº 3 (2002), p. 5-7.

Léxico Comum. In *Dicionário Enciclopédico*. 3ª ed. Lisboa : Larousse, 1980. vol. 1.

LOPES, Flávio - *Património Arquitetónico e Arqueológico - Noção e normas de proteção*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2012. ISBN 978-989-658-190-9.

LOPES, Flávio; CORREIA, Miguel Brito - *Património Cultural - Critérios e Normas Internacionais de Proteção*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2014. ISBN 978-989-658-250-0.

LUSO, Eduarda; LOURENÇO, Paulo B.; ALMEIDA, Manuela - Breve história da teoria da conservação e do restauro. *Revista de Engenharia Civil*. Guimarães. ISSN 0873 - 1152. nº 20 (2004), p. 31-44.

MAGALHÃES, Joaquim Romero et al. - Do Alvorecer da Modernidade (1480-1620). In MATTOSO, José - *História de Portugal*. 2406ª ed. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. ISBN 972-42-0798-6. 3º Volume.

MARQUES, A.H. de Oliveira - *A Sociedade Medieval Portuguesa: Aspectos da vida quotidiana*. 3.ª ed. Lisboa : Sá da Costa, 1974.

MARQUES, José – O morgado de Gil Lourenço de Miranda e a sociedade vimaranense, em 1498. In *Boletim de Trabalhos Históricos*. Guimarães : Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, 2008. série II, vol. VIII, p. 9-29.

MATTOSO, José; SOUSA, Armindo de - A Monarquia Feudal (1096-1480). In MATTOSO, José - "*História de Portugal*". 2405ª ed. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. ISBN 972-42-0636-X. 2º Volume.

MATTOSO, José - *A Nobreza Medieval Portuguesa: A Família e o Poder*. Lisboa : Editorial Estampa, 1981.

MATTOSO, José et al. - Antes de Portugal. In MATTOSO, José - *História de Portugal*. 2404ª ed. Lisboa: Círculo de Leitores, 1992. ISBN 972-42-0589-8. 1º Volume.

MATTOSO, José - (1998) - Perspectivas actuais sobre a nobreza medieval portuguesa. *Revista de História das Ideias*. Vol. 5. 19, p.7-29. [Disponível em: https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/41899/1/Perspectivas_actuais_sobre_a_nobreza_medieval.pdf]

MENDES, J. Silva - S. Clemente de Sande e o seu passado histórico. *O Comércio de Guimarães*. Guimarães. de 25/02/1988, p. 5.

- MORAIS, Maria Adelaide Pereira de – Eugénia da Cunha Peixota ou o morgado do Parto Suposto. In *Separata de Armas e Troféus*, janeiro-abril de 1977 n.º1, Braga, 1977.
- MORAIS, Maria Adelaide Pereira de - *Guimarães, Terras de Santa Maria*. Guimarães, 1978.
- NÓBREGA, Artur Vaz-Osório da - *Pedras de Armas e Armas Tumulares do Distrito de Braga*. Braga, Assembleia Distrital de Braga, Abril de 1981, vol. VII, tomo I, Cidade de Guimarães, n.º 21, p. 48-49.
- OLIVEIRA, Ana Maria da Costa - Torre de Vilar: uma Residência Senhorial do Vale do Sousa. In *Duas Torres Senhoriais do Vale do Sousa*. Coleção subsídios para a história de Lordelo, 3. Lordelo: Biblioteca da Fundação A Lord, 2006. ISBN 972-8845-03-0. 728.8 OLI (BMS) - 63552 S.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando - *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. 1.ª ed. Lisboa : Dom Quixote, 1992. ISBN 972-20-0959-1.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando – Um tipo de casa rural dos arredores do Porto, In: *“Douro Litoral – Boletim da Comissão de Etnografia e História”*. Porto, 1956. Sétima série – VII – VIII.
- PEREIRA, Paulo – *História da Arte Portuguesa: Do “Modo Gótico” ao Manuelino (séculos XV-XVI), Do Renascimento ao Maneirismo (séculos XVI-XVII)*. Volume 5. Lisboa: Círculo de Leitores, 2007 ISBN 978-972-42-3957-6.
- PINTO-COELHO, Maria João - *Património Mundial - Portugal*. Lisboa: ESTAR Editora, 1997. ISBN 972-8095-25-2.
- RIO MAIOR, Marquês de – A Casa dos Mirandas na Rua das Flores. *Revista Municipal*. Lisboa. n.º40 (1949), p. 29-32. [Disponível em: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RevMunicipal/N40/N40_item1/P30.html]
- RUÃO, Carlos - *Arquitectura Maneirista no Noroeste de Portugal. Italianismo e Flamenguismo*. Coimbra: Instituto de História da Arte da Universidade de Coimbra/ EN- Electricidade do Norte, S.A., 1996. ISBN 972-9309-09-4.
- SARAIVA, José Hermano - *História de Portugal*. Alfa S.A. Lisboa. 1993. ISBN 972-626-141-4.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo - Formação do Estado Moderno (1415-1495). In SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *História de Portugal*. 3ª ed. Lisboa: Editorial Verbo, 1980. ISBN 972220274X. 2º Volume.
- SILVA, José Custódio Vieira da - *Paços Medievais Portugueses*. 2.ª ed. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), 2002. ISBN 972-8736-11-8.
- STOOP, Anne de - *Arquitectura Senhorial do Minho*. Braga: Caminhos Romanos, 2015. ISBN 9789898379436.
- STOOP, Anne de - *Quintas e Palácios nos arredores de Lisboa*. Lisboa: Livraria Civilização Editora, 1986. ISBN 9789722606196.
- TÁVORA, Fernando; PIMENTEL, Rui; MENERES, António – Zona 1 – Minho. In *“Arquitectura Popular em Portugal”*. 3.ª ed. Lisboa : Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988. Volume 1.
- TOMÉ, Miguel - *Património e restauro em Portugal (1920-1995)*. 1ª ed. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2002. ISBN 972-9483-54-X.
- TORGAL, Luís Reis et al. - O Liberalismo (1807-1890). In MATTOSO, José - *História de Portugal*. 2408ª ed. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. ISBN 972-42-0752-8. 5º Volume.

TRIGUEIROS, Luiz - *Fernando Távora*. Lisboa: Editorial Blau, 1993. ISBN 97-294-8330-2.

VIEIRA, José Augusto – *O Minho Pittoresco* (versão eletrónica). Lisboa : Livraria de António Maria Pereira, 1886. Tomo I. [Disponível em: <https://archive.org/stream/ominhopittoresco01viei#page/n3/mode/2up>]

Publicações académicas

AZEVEDO, Pedro Ricardo Coelho de – *Roteiro das casas nobre com torre(s): Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto e Amarante*. Guimarães: Universidade do Minho, 2016. Dissertação de Mestrado em Património e Turismo Cultural.

CASTRO, Márcio Gonçalves de – *O Solar da Agrela: A Arquitetura Senhorial no Minho*. Guimarães: Universidade do Minho, 2017. Dissertação de Mestrado em Arquitetura.

FERNANDES, Mário Jorge Gonçalves - *O Solar de Vila Garcia : redescoberta da sua fábrica*. Guimarães: Universidade do Minho, 2014. Dissertação de Mestrado em Arquitetura.

GARCÊS, Patrícia Maria Rocha - *A Honra de Barbosa: para uma retrospeção construtiva do seu Solar*. Guimarães: Universidade do Minho, 2016. Dissertação de Mestrado em Arquitetura.

GONÇALVES, Duarte Pinto – *Estudo às Casas Nobres Portuguesas: Para o entendimento da Casa de Alvelo*. Porto: Universidade Lusófona Faculdade de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação, 2013. Dissertação de Mestrado em Arquitetura.

MACEDO, Fernando Wolfango Vasconcelos Pereira – *Proteção e valorização de paisagens associadas às casas-forte medievais*. Porto: FCUP, 2012. Dissertação de Mestrado em Arquitetura Paisagista.

MOREIRA, Márcia Andreia de Paiva – *A Casa da Tulha do Burgo: Retrospectiva morfológica e construtiva*. Guimarães: Universidade do Minho, 2018. Dissertação de Mestrado em Arquitetura.

NORAS, José Miguel Correia - *Contributos dos Municípios para a Salvaguarda do Património*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011. Dissertação de Doutoramento em História.

ROCHA, Joana Mafalda Faria e – *A Casa de N. S. da Aurora, Ponte de Lima: Análise histórico-formal*. Guimarães: Universidade do Minho, 2017. Dissertação de Mestrado em Arquitetura.

RODRIGUES, Luís Maciel Gonçalves – *A Casa da Quinta da Naia em Braga. Análise e estudo histórico-artístico*. Guimarães: Universidade do Minho, 2017. Dissertação de Mestrado em Arquitetura.

ROSAS, Lúcia Maria Cardoso - *Monumentos Pátrios. A arquitectura religiosa medieval - património e restauro (1835-1928)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995. Dissertação de Doutoramento em História de Arte.

SILVA, Eva Caridade - *Ensaio sobre a Residência Senhorial Fortificada: Torre de Dornelas, Amares*. Guimarães: Universidade do Minho, 2019. Dissertação de Mestrado em Arquitetura.

Sites

www.patrimoniocultural.pt

www.monumentos.gov.pt

www.cm-guimaraes.pt/

www.liturgia.pt/

www.solaresdeportugal.pt/

<https://colepa6.wixsite.com/uminho>

www.anossaterra.pt/?co=5694&tp=15&ct=0&cop=6&LG=0&mop=5695&it=pagina_e

<http://pedraformosa.blogspot.com/2008/04/esclarecimento-da-direco-da-sociedade.html>

<https://www.publico.pt/2018/11/29/ciencia/noticia/historia-morgados-portugal-nao-so-impulsionada-16-milhoes-euros-1852929>

https://araduca.blogspot.com/2018/02/memorias-paroquiais-de-1758-sao_24.html

www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.095/147

www.publico.pt/2010/02/25/jornal/casa-recuperada-por-tavora-esta-ha-mais-de-dois-anos-abandonada-em-guimaraes-18872671

Fig. 1 - Ortofotomapa com a localização e limites atuais da Quinta de São Miguel	12
Fig. 2 - Pedra de Armas no Portal de Entrada na Quinta de São Miguel	14
Fig. 3 - Vista da Casa de São Miguel através do atual caminho de acesso principal	16
Fig. 4 - Anotações do processo do levantamento métrico	18
Fig. 5 - Esquema do método de trabalho e estrutura	20
Fig. 6 - Portal de entrada na Quinta de São Miguel nos anos 1960	24
Fig. 7 - Planta da Casa de São Miguel em relação aos Montes de São Bartolomeu e Outinho	26
Fig. 8 - Fotografias do livro <i>Eugénia da Cunha Peixota ou o Morgado do Parto Suposto</i>	28
Fig. 9 - Inscrição no exterior do muro que contém o Portal de Entrada na Quinta	30
Fig. 10 - Inscrição na fachada lateral Sul da Capela	33
Fig. 11 - Inscrições nas colunas do Portal de Entrada na Quinta	33
Fig. 12 - Esquema dos proprietários da Quinta desde a Instituição do Morgadio, em 1430, até hoje	36
Fig. 13 - Cronologia Síntese de toda a informação referente à Quinta de São Miguel	38
Fig. 14 - Planta de Localização com a marcação do acesso principal à Quinta de São Miguel	41
Fig. 15 - Planta de Implantação	43
Fig. 16 - Planta de Coberturas	45
Fig. 17 - Planta do piso superior à cota 221m	47
Fig. 18 - Planta do piso térreo à cota 218m	49
Fig. 19 - Alçado Nordeste	51
Fig. 20 - Alçado Sudeste	51
Fig. 21 - Corte AA'	51
Fig. 22 - Corte BB'	51
Fig. 23 - Plantas esquemáticas com a identificação dos vãos nos dois pisos	52
Fig. 24 - Vão P5 (Casa - Piso Térreo)	53
Fig. 25 - Vão P6 (Casa - Piso Térreo)	53
Fig. 26 - Vão P8 (V3 - Piso Térreo)	54
Fig. 27 - Vão P1 (Casa - Piso Superior)	54
Fig. 28 - Vão J3 (Casa - Piso Superior)	55
Fig. 29 - Vão J2 (Casa - Piso Superior)	55
Fig. 30 - Vão P12 (V2/V1 - Piso Superior)	56
Fig. 31 - Vão P13 (V1/V6 - Piso Superior)	56
Fig. 32 - Vão P24 (Capela)	57
Fig. 33 - Vão P23 (Capela)	57

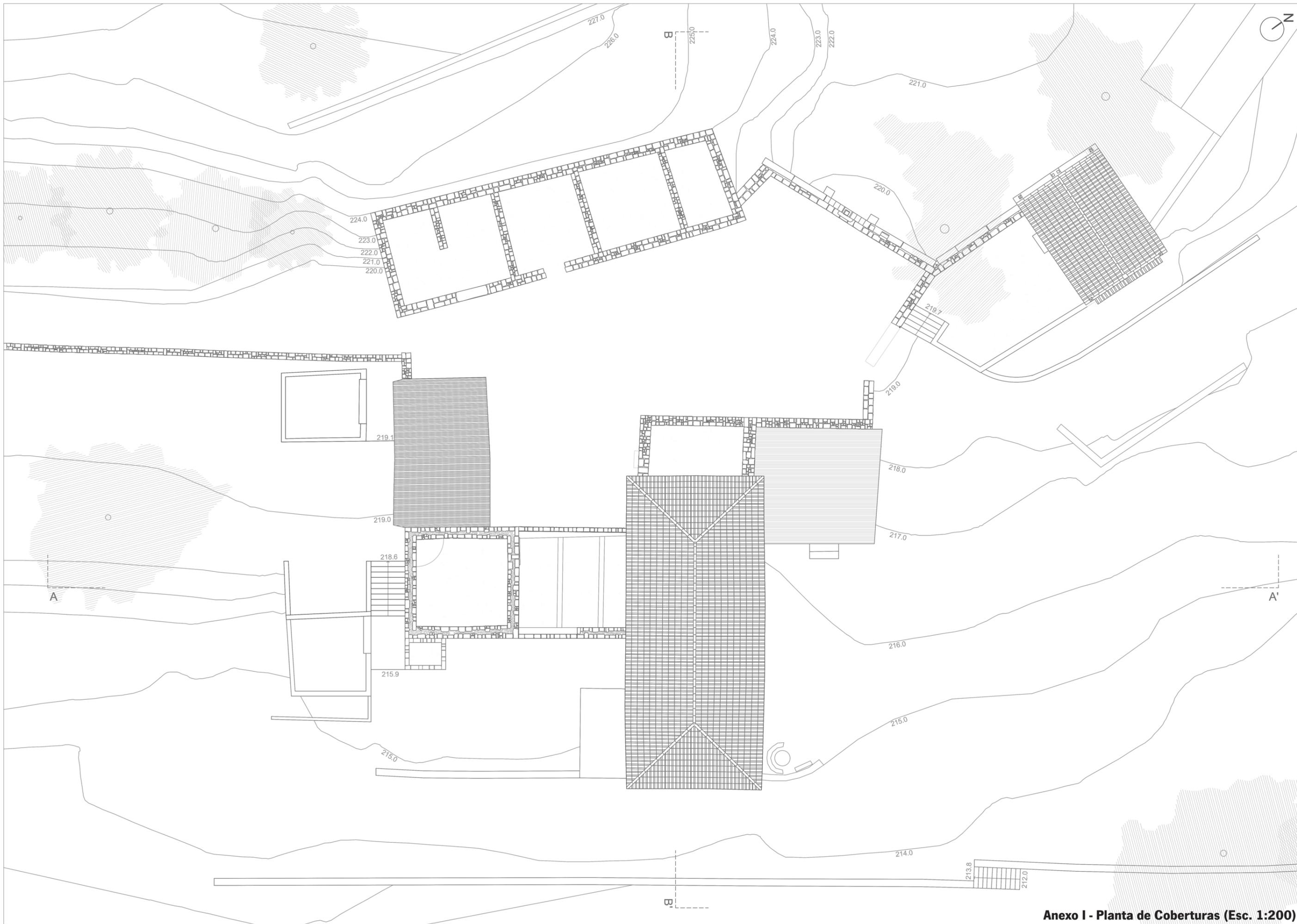
Fig. 34 - Planta esquemática do piso superior demonstrando o pátio e os seus acessos	58
Fig. 35 - Portal de entrada da Quinta de São Miguel	60
Fig. 36 - Escadas de acesso ao patamar da Capela, para a entrada lateral	60
Fig. 37 - O acesso secundário ao pátio, à esquerda, e o V7, à direita	62
Fig. 38 - O V4, à esquerda, e a entrada para o piso superior da Casa, à direita	62
Fig. 39 - A Casa, à esquerda, o V3 ao seu lado direito, e a Capela	64
Fig. 40 - Porta encerrada entre o V3 e a Casa	64
Fig. 41 - A Casa e o V3 à direita	66
Fig. 42 - O V5, à direita em baixo, adossado à Casa. Do lado esquerdo, o V2	66
Fig. 43 - O V1, à esquerda em cima, o V6 em baixo e o V2 à direita	67
Fig. 44 - As escadas de acesso ao nível do pátio. Os tanques, à direita o V1 e o V6 em baixo	67
Fig. 45 - Plantas esquemáticas com os espaços em ruína, em uso e sem uso definido	68
Fig. 46 - Plantas esquemáticas com o programa antes do abandono	69
Fig. 47 - Esquema evolutivo - FASE 1	73
Fig. 48 - Desenho 1 de análise da FASE 1 - Volume V3	79
Fig. 49 - Desenho 2 de análise da FASE 1 - Volume V3	81
Fig. 50 - Desenho 3 de análise da FASE 1 - Anexo Residencial (Casa)	83
Fig. 51 - Desenho 4 de análise da Fase 1 - Cozinha (V1)	85
Fig. 52 - Planta e secção pelo V3 com as linhas de água e os alcanços territoriais	88
Fig. 53 - Ortofotomapa e secção entre o Conjunto Edificado e os montes da Penha e do Sameiro	89
Fig. 54 - Torre de Refóios	91
Fig. 55 - Torre de Dornelas	91
Fig. 56 - Torre de Vila Verde ou de Dona Elvira	91
Fig. 57 - Torre de Oriz	91
Fig. 58 - Volume V3 (Fachada Sudeste)	91
Fig. 59 - Volume V3 (Fachada Nordeste)	91
Fig. 60 - Planta da Torre de Vasconcelos e do seu anexo residencial	93
Fig. 61 - Planta do piso térreo do volume V3 e da Casa	93
Fig. 62 - Torre de Refóios e o corpo residencial	95
Fig. 63 - Planta da Torre de Dornelas e parte dos seus anexos	95
Fig. 64 - Planta da Torre de Vila Verde ou de Dona Elvira com o anexo residencial	95
Fig. 65 - Torre de Oriz com o corpo residencial	95
Fig. 66 - Plantas do Paço de Giela e do piso térreo da FASE 1	96

Fig. 67 - Plantas esquemáticas com o possível programa da FASE 1	98
Fig. 68 - Planta do 2º piso do Solar de Bertandos	101
Fig. 69 - Planta da torre do Solar de Bertandos	101
Fig. 70 - Planta do volume V3	101
Fig. 71 - Esquemas volumétricos da FASE 1	102
Fig. 72 - Esquema evolutivo - FASE 2	103
Fig. 73 - Desenho 1 da FASE 2 - Casa, Portal e V7 (cortes)	109
Fig. 74 - Desenho 2 da FASE 2 - Casa e V5	111
Fig. 75 - Desenho 3 da FASE 2 - V2 (Ligação Casa - V1)	113
Fig. 76 - Desenho 4 da FASE 2 - V5 (piso superior), V6, Capela, colunas no Portal, muros	115
Fig. 77 - Planta de Implantação com os percursos de acesso ao conjunto durante a FASE 2	117
Fig. 78 - Eixos de simetria presentes nos alçados Nordeste e Sudeste	120
Fig. 79 - Janela de sacada do piso superior evidenciando o uso do duplo quadrado	120
Fig. 80 - Plantas dos dois pisos evidenciando a repetição do uso do quadrado	122
Fig. 81 - Portal evidenciando a horizontalidade conferida pelo friso e cornija a encimar o muro	124
Fig. 82 - Fachada principal (cunhal empilastrado, friso e cornija a rematar o volume)	124
Fig. 83 - Porta de entrada na Capela de São Miguel na fachada principal (Oeste)	126
Fig. 84 - Antigo altar da Capela, do qual só existem vestígios	126
Fig. 85 - Antigo arco para sineta, no topo da fachada principal da Capela	126
Fig. 86 - Janela em arco quebrado na fachada Norte da Capela	126
Fig. 87 - Vista da Capela, da cota inferior, do atual caminho de acesso ao conjunto	127
Fig. 88 - Portal evidenciando a posição assimétrica dos merlões em relação ao eixo central	127
Fig. 89 - Planta do Piso 0 do conjunto edificado da Torre de Dornelas	129
Fig. 90 - Planta do piso superior do conjunto edificado de São Miguel	129
Fig. 91 - Capela e Portal de entrada no conjunto edificado da Torre de Dornelas	129
Fig. 92 - Capela e Portal de entrada no conjunto edificado da Quinta de São Miguel	129
Fig. 93 - Janelas de sacada na fachada do corpo residencial adossado à Torre de Dornelas	129
Fig. 94 - Janelas de sacada no alçado Nordeste da Quinta de São Miguel	129
Fig. 95 - Fachada principal da Quinta do Molha Pão em Sintra (Portal de entrada)	131
Fig. 96 - Portal de entrada nos jardins da Quinta do Molha Pão em Sintra	131
Fig. 97 - Vista das traseiras da Casa da Quinta do Molha Pão em Sintra	131
Fig. 98 - Escadaria da entrada principal na Casa de São Miguel em Viseu	131
Fig. 99 - Pormenor da fachada lateral da Casa de São Miguel em Viseu	131

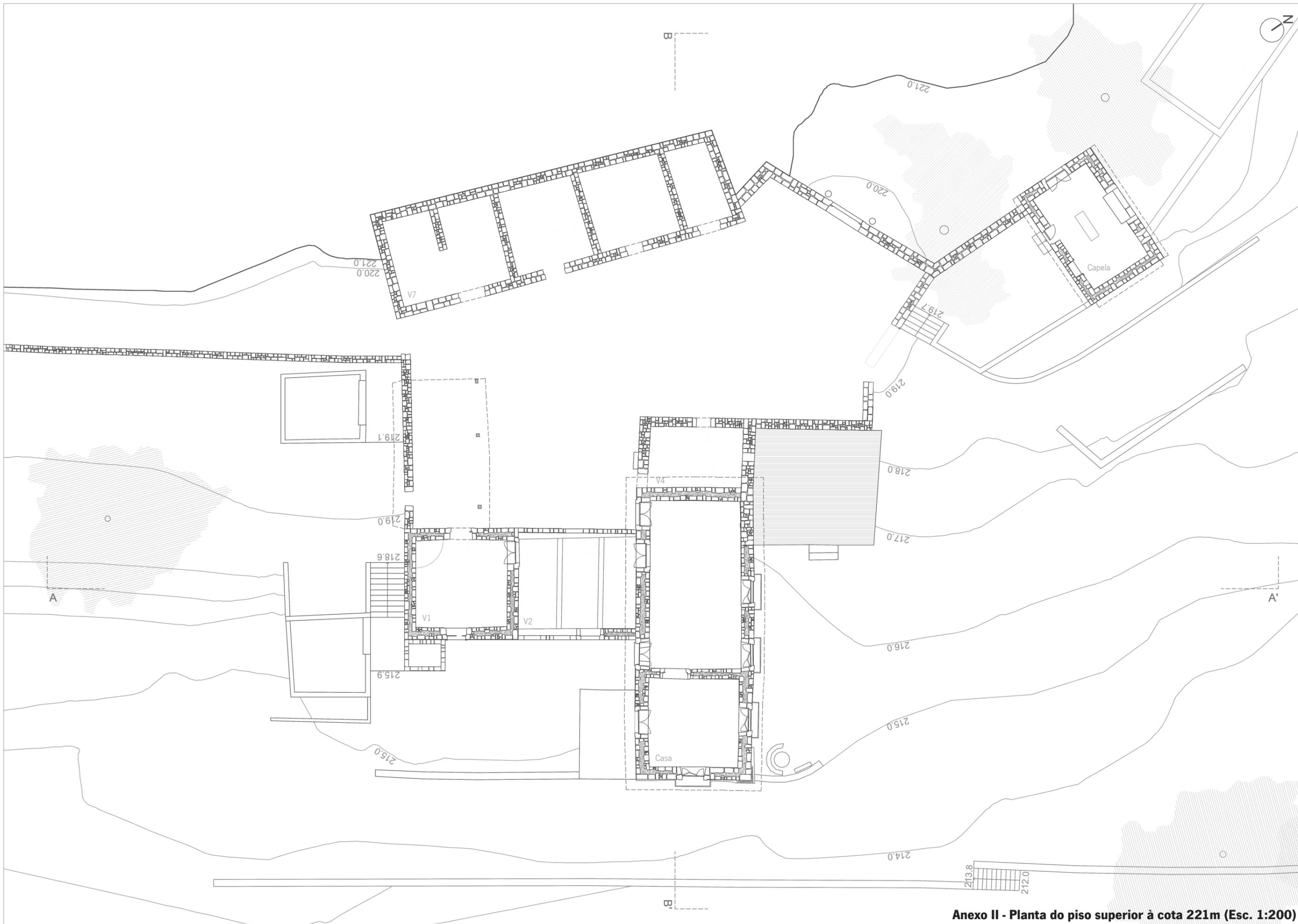
Fig. 100 - Portal de entrada na Quinta de São Miguel em Viseu	133
Fig. 101 - Vista da fachada principal da casa da Quinta de São Miguel em Viseu	133
Fig. 102 - Portal de entrada no Solar de Bertandos	133
Fig. 103 - Pormenor da torre de Bertandos e dos vários volumes que a circundam	133
Fig. 104 - Alçado principal do Solar de Bertandos	133
Fig. 105 - Esquemas volumétricos da FASE 2	135
Fig. 106 - Esquema evolutivo - FASE 3	137
Fig. 107 - Desenho 1 da FASE 3	141
Fig. 108 - Desenho 2 da FASE 3	142
Fig. 109 - Desenho 3 da FASE 3	143
Fig. 110 - Desenho 4 da FASE 3	144
Fig. 111 - Planta de Implantação com o percurso de acesso da FASE 3 e os anteriores	145
Fig. 112 - Esquema volumétrico da FASE 3	146
Fig. 113 - Vista das traseiras da Casa	147
Fig. 114 - Vista das traseiras da Casa	147
Fig. 115 - Alçado Oeste da Capela e Portal de Entrada	148
Fig. 116 - Portal de Entrada	148
Fig. 117 - Entrada lateral da Capela, na fachada Sul	148
Fig. 118 - A Casa, à esquerda e o V4	148
Fig. 119 - Parte do Alçado Nordeste da Casa, do V3 e do V4	148
Fig. 120 - Vista do pátio: O V4, o acesso secundário e as cortes (V7) à direita	148
Fig. 121 - Parte do Alçado Nordeste - a Casa e o V3	149
Fig. 122 - Vista do pátio - O V7, à esquerda, e o Portal	149
Fig. 123 - A entrada para a Cozinha (V1)	149
Fig. 124 - A Entrada da Casa e a entrada para o V4, à esquerda	149
Fig. 125 - O tanque à cota superior e os galinheiros, à sua esquerda	149
Fig. 126 - Vista de cima das escadas para a cota inferior	149
Fig. 127 - Síntese Cronológica	151
Fig. 128 - Síntese Cronológica (Esquemas volumétricos)	153
Fig. 129 - Planta com a identificação dos elementos com valor patrimonial	162

Índice de Anexos

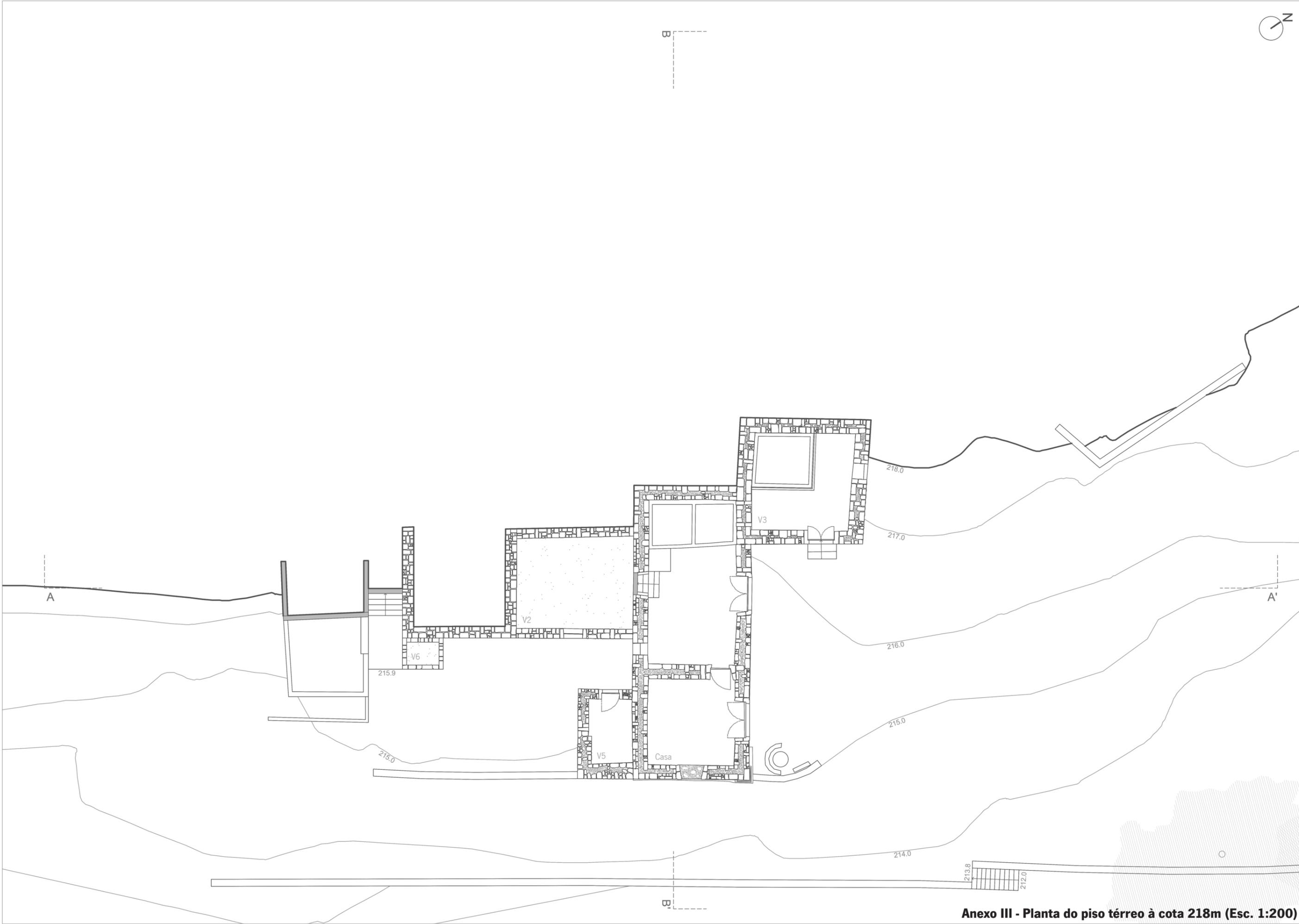
Anexo I - Planta de Coberturas (Esc. 1:200) [Levantamento Arquitetónico]	185
Anexo II - Planta do piso superior à cota 221m (Esc. 1:200) [Levantamento Arquitetónico]	187
Anexo III - Planta do piso térreo à cota 218m (Esc. 1:200) [Levantamento Arquitetónico]	189
Anexo IV - Alçados (Esc. 1:200) [Levantamento Arquitetónico]	191
Anexo V - Cortes (Esc. 1:200) [Levantamento Arquitetónico]	193
Anexo VI - Fotografias da Maqueta (Realizada à escala 1:100)	195



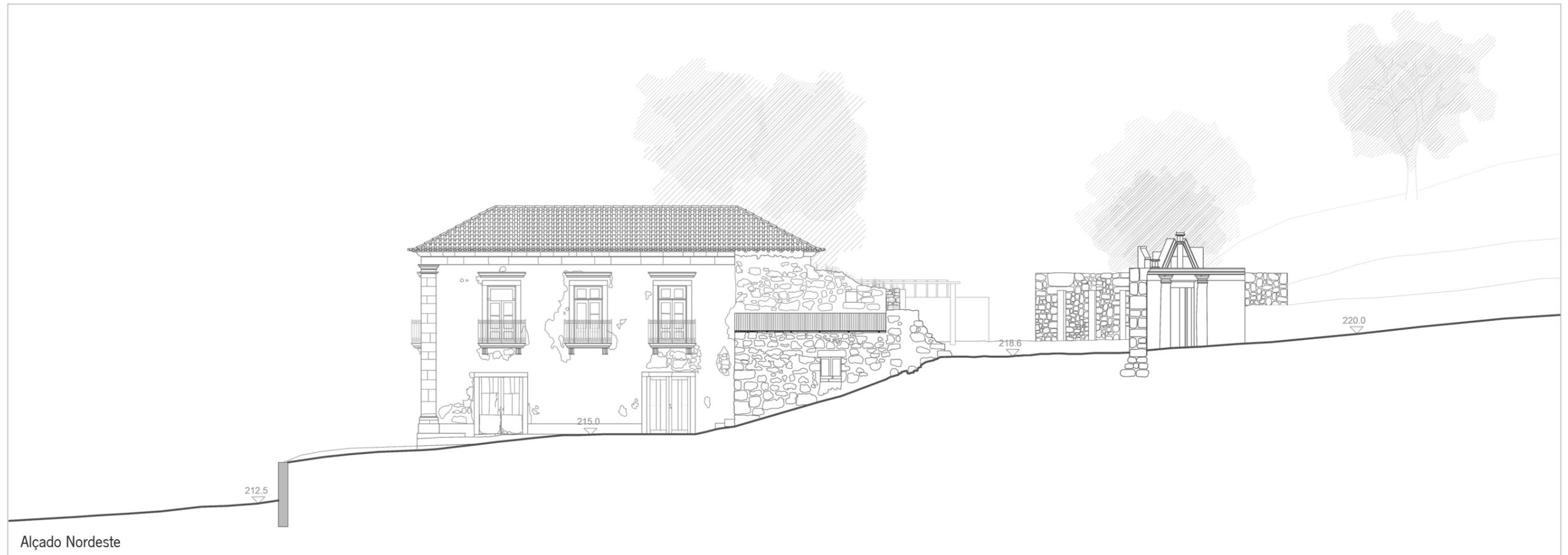
Anexo I - Planta de Coberturas (Esc. 1:200)

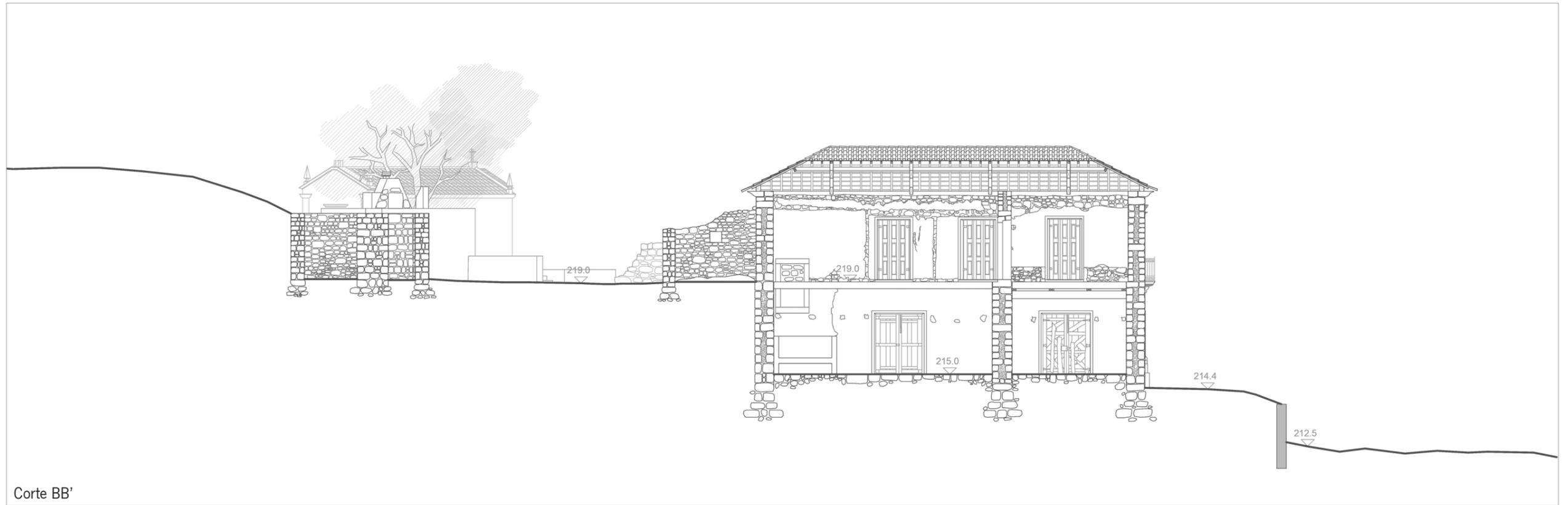


Anexo II - Planta do piso superior à cota 221m (Esc. 1:200)

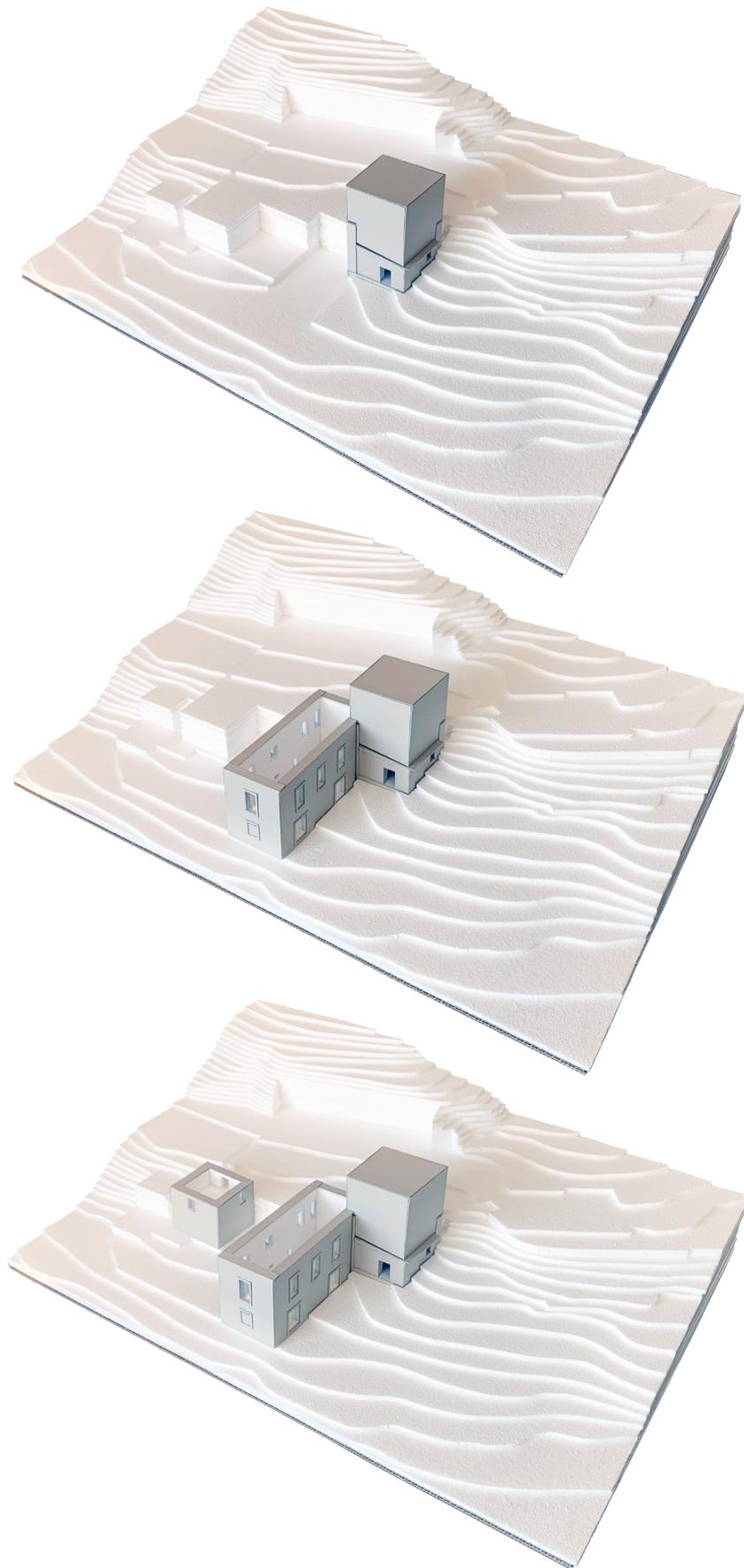


Anexo III - Planta do piso térreo à cota 218m (Esc. 1:200)

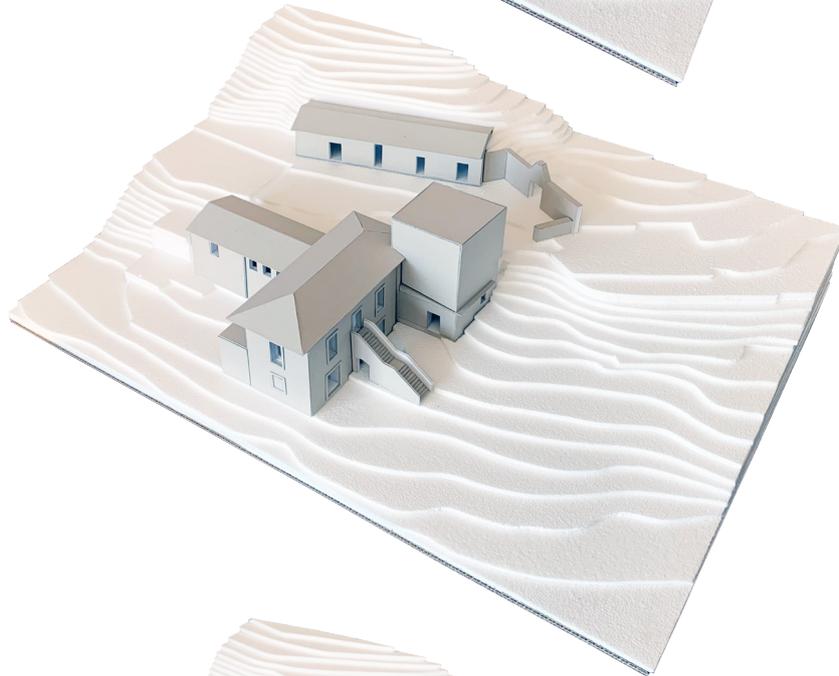
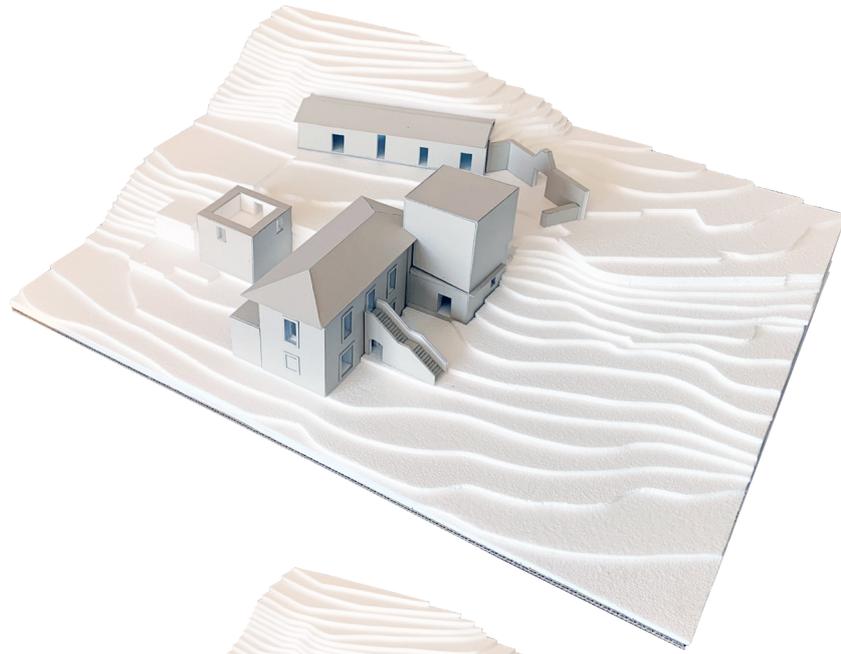




Fotografias da Maqueta (Realizada à escala 1:100)



FASE 1



FASE 2



FASE 3

